

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO - PPGEC
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

GEOPARQUE E PATRIMÔNIO:
O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul a partir da perspectiva do patrimônio cultural.

ANNIKA KAUDER CAMARA

Rio de Janeiro

2023



ANNIKA KAUDER CAMARA

GEOPARQUE E PATRIMÔNIO: O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul a partir da perspectiva do patrimônio cultural

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ecoturismo e Conservação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Rio de Janeiro

2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C Camara, Annika Kauder
GEOPARQUE E PATRIMÔNIO: O Geoparque Caminhos dos
Cânions do Sul a partir da perspectiva do
patrimônio cultural. / Annika Kauder Camara. -- Rio
de Janeiro, 2023.
104

Orientadora: Maria Amália Silva Alves de
Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ecoturismo e Conservação, 2023.

1. patrimônio natural. 2. unidade de conservação.
3. geoparque. 4. hospitalidade. I. Oliveira, Maria
Amália Silva Alves de, orient. II. Título.

ANNIKA KAUDER CAMARA

GEOPARQUE E PATRIMÔNIO: O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul a partir da perspectiva do patrimônio cultural.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ecoturismo e Conservação.

Aprovada em: 31/01/2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



MARIA AMALIA SILVA ALVES DE OLIVEIRA

Data: 27/03/2023 11:48:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Documento assinado digitalmente



CAMILA MARIA DOS SANTOS MORAES

Data: 28/03/2023 18:02:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Camila Maria dos Santos Moraes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Membro Interno



Documento assinado digitalmente

JAIRO VALDATI

Data: 27/03/2023 13:27:02-0300

CPF: ***.131.609-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Jairo Valdati

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, minha mãe, meu irmão e meu pai (*in memoriam*) que são os grandes apoiadores das minhas escolhas e o alicerce que me permitiu correr atrás dos meus sonhos. Sem vocês não teria chegado até aqui. Essa conquista é de todos nós.

Ao Gustavo, meu companheiro de vida, que esteve do meu lado em mais uma conquista. Obrigada por sempre me ouvir e motivar a seguir em frente.

À EAC que sempre me apoiou, flexibilizando meus horários e tornando possível conciliar o trabalho com o mestrado. Obrigada Rejane, Patricia, Amanda, Luciana e Diego e todos que que direta e indiretamente estiveram presentes ao longo desses anos.

Às amigas que mesmo longe se fizeram presentes ouvindo minhas ideias, angústias e tornando esse caminho menos solitário: Melissa, Willian, ter vocês, torna a vida mais leve.

Às novas amigas que fiz durante o mestrado na UNIRIO, Bernardo, Rafael, Tamires e todos que fizeram parte dessa jornada. Compartilhar a sala de aula com vocês foi muito inspirador.

À minha orientadora, Maria Amália, pelo carinho e persistência, por acreditar em mim e não me fazer desistir.

Ao Jairo, um grande incentivador, sempre cheio de ideias. O primeiro a me apresentar o Geoparque nos tempos da graduação. Seus conselhos sempre foram muito valiosos.

E em especial, à UNIRIO, por oferecer um ensino gratuito e de qualidade e por resistir e persistir em meio ao caos. Eu sou muito grata por ter tido a oportunidade de concluir o mestrado em uma universidade pública brasileira.

*Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza
– mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro –
atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança.*

Aziz Ab'Sáber

CAMARA, Annika Kauder. **GEOPARQUE E PATRIMÔNIO: O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul a partir da perspectiva do patrimônio cultural**. 2023. 104 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

A chancela do geoparque, conferida pela UNESCO, tem sua origem no desdobramento do significado de patrimônio. A gênese do conceito de patrimônio natural, a origem das Unidades de Conservação e as diferenças do seu significado para a UNESCO e para o Brasil, é a base para o entendimento da chancela que vem ganhando espaço mundialmente. A partir dessa base teórica é apresentado o contexto histórico que gerou o interesse em conquistar a chancela de geoparque na região entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Objetivo Geral da dissertação se define por analisar o processo de candidatura do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, chancela da UNESCO, até a sua efetiva aprovação, no intuito de contribuir com a oferta de hospedagem do referido geoparque. A metodologia se orienta pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e se baseia nos conceitos de etnografia digital onde são analisados os portais Airbnb, Booking.com, e Tripadvisor. As características físicas da região, marcadas pela presença de escarpas íngremes que chegam a 1.300 m de altitude, formam uma sucessão de cânions ao longo da borda do planalto. Esse relevo atrai muitos turistas para a região que conquistou a chancela do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. O geoparque tem como premissa o desenvolvimento sustentável, e a hospedagem é uma das atividades que deve ser fortalecida para alcançarem esses objetivos. Porém a construção de novos hotéis pode trazer impactos para a região. A hospitalidade característica da população local se encaixa como uma possibilidade de reduzir o impacto negativo através do incentivo ao intercâmbio cultural e a possibilidade de vivenciar outras realidades.

Palavras-chave: patrimônio natural, unidade de conservação, geoparque, hospitalidade.

CAMARA, Annika Kauder. **GEOPARK AND HERITAGE: The *Caminhos dos Cânions do Sul* Geopark from the perspective of cultural heritage** 2023. 104 p. Master's degree dissertation (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

The geopark label, conferred by UNESCO, has its origin in the breakdown of the meaning of heritage. The genesis of the concept of natural heritage, the origin of Parks and conservation units, and the differences in their meaning for UNESCO and for Brazil, is the foundation for understanding the label that has been gaining worldwide attention. It will be presented the historical context that generated the interest in conquering the geopark label in the region between the states of Santa Catarina and Rio Grande do Sul. The main objective of the dissertation is defined by analyzing the application process of the Geopark *Caminhos dos Cânions do Sul*, label of UNESCO, until its effective approval, to contribute with the offer of accommodation of the referred geopark. The methodology is guided by bibliographic research, documentary research and is based on the concepts of digital ethnography where the Airbnb, Booking.com, and Tripadvisor portals have been analyzed. The physical characteristics of the region, marked by the presence of steep cliffs that reach an altitude of 1,300 m, form a succession of canyons along the edge of the plateau. This relief attracts many tourists to the region that became the *Caminhos dos Cânions do Sul Geopark* in 2021. The geopark label is based on sustainable development, and accommodation is one of the activities that must be strengthened to achieve these goals. However, the construction of new hotels can bring impacts to the region. The characteristic hospitality of the local population fits as a possibility to reduce the negative impacts by encouraging cultural exchange and the possibility of experiencing other realities.

Keywords: natural heritage, conservation unit, geopark, hospitality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de distribuição dos Geoparques no mundo em 2021.	39
Figura 2: Cânion de cima do Parque Aparados da Serra. CAMARA, Annika. 2015.....	52
Figura 3: Cânion no Parque Aparados da Serra. CAMARA, Annika. 2015.	53
Figura 4: Mapa de localização dos municípios que estão pleiteando o título de Geoparque pela UNESCO	63
Figura 5: Mapa de localização do geossítios apresentados ao dossiê de candidatura do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul à UNESCO.....	65
Figura 6: Seleção de imagens retiradas do portal do GCCS disponibilizadas por pousadas parceiras.....	76
Figura 7: Imagens das hospedagens disponíveis no portal Airbnb.	76
Figura 8: Oferta de hospedagem total nos municípios integrantes do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.....	84
Quadro 1: Quantidade total de geoparques por ano no mundo.	38
Quadro 2: Porcentagem de distribuição dos Geoparques no mundo, por região, em 2021.....	40
Quadro 3: Geomorfossítios brasileiros inventariados e publicados pela Sigep entre 2002 e 2013.	42
Quadro 4: Propostas de Geoparque publicadas no portal da CPRM.....	43
Quadro 5: Fases do histórico do projeto GCCS.	61
Quadro 6: Geossítios mapeados pela CPRM, 2012.....	62
Quadro 7: geossítios mapeados pela Geodiversidade Soluções Geológicas Ltda.....	64
Quadro 8: Oferta de hospedagem do portal Booking.com, por segmento e a avaliação do visitante.....	78
Quadro 9: Oferta de hospedagem do portal Airbnb, por segmento e a avaliação do visitante. 78	
Quadro 10: Oferta de hospedagem do portal Trip Advisor por segmento e a avaliação do visitante.....	79
Quadro 11: Oferta de hospedagem do portal Booking.com, por segmento e a avaliação do visitante.....	80
Quadro 12: Oferta de hospedagem do portal Airbnb.com, por segmento e a avaliação do visitante.....	80
Quadro 13: Comparação quantitativa da oferta de hospedagem nos dois momentos da pesquisa.	81
Quadro 14: Comparação percentual da oferta de hospedagem entre os dois momentos da pesquisa.	82
Quadro 15: Oferta de hospedagem do portal Airbnb.com, por segmento e a avaliação do visitante.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEC	Comitê Educativo Científico
CEC	Comitê Científico e Educativo
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DNPM	Departamento Nacional Produção Mineral
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ETCICCS	Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Caminho dos Cânions do Sul
GATS	Governança da Água e do Território na perspectiva da Sustentabilidade
GCCS	Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul
GT	Grupos de Trabalho
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MaB	O Programa Homem e Biosfera
PIN I e II	Programa de Integração Nacional
SECITE/CE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SIGEP	Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOL	Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte de Santa Catarina
UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O GEOPARQUE E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PATRIMÔNIO	20
2.1. A Criação de Áreas Protegidas e as Unidades de Conservação.....	20
2.2. Relações entre o patrimônio, áreas protegidas e turismo	25
2.2.1. O Conceito de Patrimônio	26
2.2.2. A UNESCO e o Turismo	30
2.2.3. A Origem do Geoparque.....	33
3. A PAISAGEM E A ÁREA DE ESTUDO	46
3.1. Entendendo o Conceito de Paisagem	46
3.2. A Paisagem da Área de Estudo.....	51
3.3. A Proposta do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul	59
3.4. A Hospitalidade.....	67
4. A HOSPITALIDADE COMO DIFERENCIAL NO GEOTURISMO	74
4.1. A oferta de hospedagem no GCCS.....	74
4.2. O Produto técnico: a oferta de hospedagem por município relacionada à localização dos geossítios do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.....	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	95
ANEXO I.....	101
ANEXO II.....	102
ANEXO III	103
ANEXO IIII	104

1. INTRODUÇÃO

A sensação de entrar em uma área protegida, caminhar por suas trilhas, respirar o ar puro e ouvir o canto dos pássaros nos remete quase que a um mundo à parte. As formas do relevo, a vegetação, as cachoeiras, os animais, o cheiro, os sons e o ar despertam sentidos de uma forma diferente da que conhecemos do dia a dia. Mas o que significa natureza? Podemos nos considerar parte da natureza? Ou existe uma separação entre a cultura e a natureza?

Existem diversas formas de responder à essas perguntas de acordo com a cultura na qual se está inserido, o contexto histórico e as correntes teóricas em que se baseia. Essa visão romantizada da natureza tem sua origem na cultura ocidental capitalista. Porém vem se modificando ao longo do tempo, originando diversos formatos de áreas protegidas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), foi criada com o objetivo de buscar solução para os problemas sociais e alcançar o desenvolvimento econômico dos países membros. A UNESCO se destaca pela criação de programas e chancelas a partir de um ponto de vista que reforça a ligação entre natureza e cultura, relacionando a identidade cultural com o meio em que se vive (UNESCO, 1985). O geoparque foi concebido como um desses instrumentos para proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural com o objetivo de estimular a união entre a conservação do patrimônio geológico e a diversidade cultural, sendo reconhecido internacionalmente por promover a geodiversidade da Terra através do envolvimento ativo das comunidades locais.

Essa dissertação de mestrado nasce da minha ligação com o estado de Santa Catarina, devido aos seis anos que morei em Florianópolis onde trabalhei no setor hoteleiro e cursei a faculdade de geografia. Minha primeira formação, a hotelaria, cursei na Alemanha. Trabalhei nessa área entre 2004 e 2019 no exterior e no Brasil. Nos últimos anos, em Florianópolis, trabalhei em um hotel localizado em um pequeno município litorâneo que se destacava pela exclusividade e pela preocupação com a sustentabilidade. Foi a partir dessas experiências que eu comecei a observar os impactos de um empreendimento hoteleiro e do turismo na comunidade local e o seu envolvimento com o setor que traz junto à promessa de desenvolvimento econômico diversas consequências e desafios.

Paralelamente a esse meu percurso profissional eu iniciei a faculdade de geografia na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) em Florianópolis. A partir das disciplinas e dos trabalhos de campo oferecidos, ao longo dos 4 anos de graduação, tive a oportunidade de conhecer o estado, entendendo a origem da sua formação social, seus aspectos culturais e

características físicas. Essa trajetória me permitiu vivenciar a região despertando meu olhar em direção às possibilidades turísticas, à cultura e o envolvimento de comunidades locais no desenvolvimento do seu território. O tema da minha monografia, apresentada para conclusão do curso de geografia, abordou os impactos que ocorreram em uma comunidade tradicional em Florianópolis que teve seu território transformado em uma Unidade de Conservação (UC) e uma posterior mudança de categoria.

Após a conclusão da faculdade iniciei a busca pelo mestrado encontrando o curso de Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Vislumbrando a possibilidade de unir a experiência da minha primeira formação, a hotelaria, à minha segunda formação, a geografia ingressei no mestrado. Além de um desejo pessoal, manter minha área de estudo no estado de Santa Catarina se apresentou como uma oportunidade devido aos contatos cultivados durante o período que estudei e trabalhei. A possibilidade de expandir a problemática da minha monografia para uma pesquisa de mestrado surgiu após uma palestra que participei na época ainda da graduação, sobre o Geoparque Araripe (PE). A chancela concedida pela UNESCO, o geoparque, despertou minha atenção pelo espaço que vem conquistando na América do Sul e no mundo, unindo a geoconservação ao conceito de desenvolvimento sustentável das comunidades locais e à educação ambiental.

Além da temática do geoparque, o interesse na área da minha pesquisa está relacionado às visitas que tive a oportunidade de fazer à região que é marcada pela presença de cânions. Localizado na divisa entre o sul de Santa Catarina e o nordeste do Rio Grande do Sul, o conjunto de cânions de aproximadamente 250 km com paredões verticais até 900 m de altura, escava o platô vulcânico criando uma barreira física entre a planície e o planalto (SCHOBENHAUS, SILVA, 2012). Esta formação geológica é considerada um testemunho da história da Terra. Os aspectos geológicos associados à cobertura vegetal levaram a criação do Parque Nacional Aparados da Serra (em 1959) e o Parque Nacional da Serra Geral (em 1992).

Foram quatro visitas a região, três de cunho pessoal, como turista e uma saída de campo realizada no âmbito do curso de geografia para as disciplinas de Biogeografia e Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Em todas essas oportunidades me hospedei no município de Praia Grande (SC), base para os diversos atrativos da região, e a localidade com maior oferta de serviços turísticos e estrutura. Percorri as trilhas, visitei os Parques Nacionais, vivenciei a culinária e a hospitalidade sempre com o olhar sensível, absorvendo e aprendendo com as pessoas que vivem no local. Foram inúmeras conversas com proprietários de pousadas,

pequenos agricultores, comunidade quilombola, guias de turismo, artistas, artesãos, turista, entre outros. Todos carregam em si uma forte influência das formas geográficas que marcam essa paisagem singular.

Os parques nacionais atraem muitos turistas que são considerados um potencial de geração de renda para a região. Concomitantemente esses turistas podem trazer diversos impactos, entre eles também impactos negativos. Por esse motivo a chancela da UNESCO, o geoparque, despertou o interesse de um grupo de municípios da região almejando a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Em 2007, os municípios criaram o Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul que inclui os municípios de Cambará do Sul, Torres e Mampituba (no Rio Grande do Sul), Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande (em Santa Catarina) (LIMA & VARGAS, 2018). Em 2012 o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), desenvolveu um projeto seguindo as diretrizes propostas pela UNESCO, destacando os aspectos culturais, econômicos e ambientais com a presença de vinte geossítios que são definidos como rochas, minerais e fósseis considerados arquivos da história da Terra e da vida (CPRM, 2012).

Também em 2012 foi criado o Comitê Educativo Científico (CEC) com foco na preparação da candidatura do território para a criação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (GCCS) com uma área de 2.830 km². A gestão do projeto é articulada através de ações conjuntas entre instituições parceiras, comunidade local e a equipe técnica formada por profissionais das estruturas municipais junto com o CEC. O projeto inclui atividades de conservação, educação e turismo. O aval da UNESCO foi concedido no final de 2021 após uma inspeção da equipe técnica. O reconhecimento e a conquista do selo da UNESCO aumentam a visibilidade nacional - e internacional, e o potencial de desenvolver a economia local através do geoturismo, uma vez que a criação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul reconhece o território por sua geodiversidade o considerando apto para visitação.

O geoparque não possui um enquadramento legal. Ele é uma chancela atribuída pela UNESCO que tem como premissa básica o desenvolvimento econômico das regiões em consonância com a proteção do patrimônio geológico local, objetivo que difere dos moldes das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras que são espaços territoriais especialmente protegidos. As UCs têm como objetivo a proteção de uma determinada área, incentivando a pesquisa científica e oferecendo opção de lazer à população urbana. Essas diferenças têm sua origem na gênese do conceito de patrimônio natural consagrado pela UNESCO em 1970.

Inserido no universo das questões culturais, a origem do conceito patrimônio está na preocupação com os monumentos históricos e artísticos (culturais) para depois se configurar em monumento natural (SCIFONI, 2006). A autora explica que a construção da ideia de patrimônio natural se desenvolve em dois sentidos, o de monumentalidade com a preocupação estética, e o segundo sentido, ligado à memória coletiva e as práticas sociais na qual a natureza faz parte da vida humana. O patrimônio geológico nasce do entendimento do patrimônio natural como parte das práticas socioespaciais enquanto as UCs trazem uma forte influência do sentido de monumento, razão pela qual, a categoria patrimônio natural está sob a tutela do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e não do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), como é o caso das UCs.

A proposta dessa dissertação visa refletir sobre a origem dessas duas categorias, relacionando à sua justificativa de implantação e o uso público e a partir desse entendimento, discorrer sobre a candidatura do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, área da minha pesquisa. O geoparque nasce fundamentado na noção atual de patrimônio da UNESCO gerando um novo entendimento de área protegida, onde a população local participa ativamente das decisões em relação à conservação e o desenvolvimento sustentável através do geoturismo. A hospedagem é a base para realização de um projeto de geoparque, é o alicerce que possibilita a visitação por um período estendido. Mas ela pode, quando mal planejada, causar impactos negativos na região.

A hospitalidade é entendida como um traço cultural de um determinado grupo e se apresenta como uma das bases para o desenvolvimento do turismo, que para D'Onofre (2017) se materializa através dos serviços de alimentação, recepção e hospedagem. Os laços entre seres humanos se constroem através da recepção, da comensalidade, dos ritos festivos e da hospedagem (D'ONOFRE, 2017), quesitos que serão levantados neste estudo. Para Mauss (2003), a origem do vínculo social está fundamentada no sistema de trocas - ligado à mutualidade. O mundo é construído pelas trocas, entendendo-se que a hospitalidade deriva do ato de dar e receber (D'ONOFRE, 2017). Identificando as práticas e caracterizando os aspectos que fundamentam os serviços será analisada a oferta de hospedagem e como esta está sendo percebida pelos visitantes do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Serão destacadas as iniciativas que estão funcionando e relacionadas a localização dos atrativos do geoparque, os geossítios apresentados em um mapa.

O Objetivo Geral da dissertação se define por analisar o processo de candidatura do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), até a sua efetiva aprovação, no intuito de contribuir com a oferta de hospedagem do referido geoparque.

Os capítulos da dissertação serão desenvolvidos a partir dos objetivos específicos abaixo:

1. Discorrer sobre as noções de criação de Geoparque (UNESCO) e Unidades de Conservação (SNUC) a partir das diferenças ideológicas entre as categorias.

2. Descrever e caracterizar a paisagem da área de estudo. Apresentação do espaço físico discutindo o conceito de paisagem e paisagem cultural e descrição do processo de criação do geoparque.

3. Analisar a oferta de hospedagem e como está sendo percebida pelos visitantes do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul e apresentar o potencial de hospedagem para a região de acordo com a disponibilidade das plataformas de pesquisa.

O geoparque tem como premissa o desenvolvimento sustentável e a hospedagem é uma das atividades que deve ser fortalecida para alcançarem esse objetivo. Porém a construção de novos hotéis e o crescimento do turismo sem planejamento trazem impactos para a região. Criar e desenvolver opções de hospedagem em consonância com as características da população local é uma forma de reduzir o impacto negativo, incentivar o intercâmbio cultural e a possibilidade de vivenciar outras realidades. O trabalho se justifica pela relevância do desenvolvimento de opções de hospedagem que estejam em sintonia com a proposta do geoparque uma vez que a região ainda não possui redes de hotelaria nem grandes empreendimentos consolidados. Buscarei sistematizar os elementos relativos à hospitalidade enquanto fenômeno social, associando-os às teorias sobre o território (SOUZA, 2000; HAESBAERT, 2007) e a historicidade das relações sociais (D'ONOFRE, 2017; MAUSS, 2003). Serão apresentados os conceitos tradicionais de hospitalidade em comparação com o entendimento pela UNESCO e o Geoparque.

Originalmente, o projeto tinha em seu escopo duas visitas técnicas à região com entrevistas e observação participante. Devido a pandemia do Covid19, que iniciou em 2020, e os seus desdobramentos, foi necessária uma adaptação. Por esse motivo escolhi me aprofundar

nos estudos da oferta de hospedagem disponível na internet. Esse é o primeiro contato do visitante com o geoparque, o seu site, a busca por uma acomodação e um reconhecimento prévio da região para planejamento das atividades. Cada vez mais, o visitante planeja sua viagem por conta própria, sem a interlocução de agências de turismo. Por essa razão irei apresentar como o turista percorre esse caminho, com o foco na oferta de hospedagem. Além disso, será considerada também a qualidade dessa oferta, de acordo com a interação do turista nas plataformas estudadas. Os capítulos da dissertação serão desenvolvidos conforme descrição abaixo:

O primeiro capítulo propõe comparar o contexto histórico de criação de um Geoparque (UNESCO) e Unidades de Conservação (SNUC) a partir das diferenças ideológicas entre as categorias. Será apresentado o contexto histórico do conceito de patrimônio natural, e as diferenças do seu significado para a UNESCO e o Brasil. O conceito é a base para o entendimento da chancela do Geoparque (UNESCO) que tem sua origem no desdobramento do significado de patrimônio.

O segundo capítulo descreve e caracteriza a paisagem da área de estudo, apresentando o espaço físico, discutindo o conceito de paisagem e paisagem cultural e descrevendo processo de criação do geoparque. Serão apresentadas as características físicas, culturais e os sítios geológicos e demonstrada sua relevância para definição da paisagem e o contexto que gerou o interesse em conquistar a chancela do geoparque. Será descrito o processo de candidatura desde sua origem até a conquista da chancela, destacando os aspectos culturais que se relacionam à hospitalidade e descrevendo a oferta de serviços do geoparque em consonância as diretrizes do geoparque.

No terceiro capítulo será analisada a oferta de hospedagem e como esta está sendo percebida pelos visitantes do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul destacando as iniciativas que estão funcionando. O geoparque tem como premissa o desenvolvimento sustentável e hospedagem é uma das atividades a ser fortalecida para alcançarem esses objetivos. Porém a construção de novos hotéis e pode trazer impactos para a região e fomentar a hospitalidade característica da população local é uma forma de reduzir o impacto negativo proporcionando ao visitante e ao anfitrião a vivência de realidades que diferem das suas, fomentando o enriquecimento cultural. A partir da disponibilidade das plataformas de pesquisa online foi explorado o atual cenário da hospedagem da região e desenvolvido, como produto técnico do trabalho, um mapa no qual é relacionado a localização dos sítios geológicos à oferta

de hospedagem de cada município integrantes do geoparque além de uma cartilha de orientação para hospedagem familiar.

A metodologia da pesquisa se orienta pela pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Oliveira (2007) define a primeira como uma categoria de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007, p. 69), como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. A pesquisa documental, segundo a autora, “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Considerando a definição da autora, é a partir da pesquisa bibliográfica que será possível estruturar os diversos autores que contribuíram para a produção deste artigo no que se relaciona a contextualização histórica, a teorização de conceitos e ao estado da arte.

A metodologia que orienta o primeiro capítulo possibilitou refletir sobre a origem da UC e do geoparque e refletir sobre o contraste dessas duas categorias em relação a sua justificativa de implantação e seu uso público. A pesquisa se baseou nos documentos do SNUC (2000), a constituição de 1937 e demais decretos relacionados para contextualização histórica. Os conceitos de patrimônio natural abordados se baseiam nos artigos de Fernandez (2016), Ferreira (2006) e Pinheiro (2006), entre outros, relacionando às diretrizes da UNESCO (2014).

Os dados recolhidos nos documentos dão suporte ao capítulo dois, no qual a pesquisa em documentos foi a metodologia escolhida. Serão estudados os documentos (1) Inventário de Geossítios do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul - Território Catarinense (LIMA & VARGAS, 2018), (2) Geoparques do Brasil / Propostas - volume I: O Papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de Geoparques e na conservação do patrimônio Geológico (SCHOBENHAUS & SILVA, 2012), (3) diretrizes da UNESCO para criação de Geoparque e as diretrizes para Reavaliação do Geoparque.

No terceiro capítulo, para a pesquisa sobre as ofertas de hospedagem na região do geoparque, a metodologia se baseia nos conceitos de etnografia digital. O papel do etnógrafo é observar, documentar e analisar as práticas da vida cotidiana de um determinado grupo social e apresentá-las sobre uma nova luz (HINE, 2000). O estudo da etnografia a partir da tecnologia deve receber uma atenção ao papel que essas tecnologias desempenham.

Foram analisadas as ofertas nos principais canais de busca de hospedagem, o Airbnb, Booking.com, e Tripadvisor. Segundo Soares, et. al (2017), essas plataformas permitem a comunicação entre os turistas a partir do compartilhamento das experiências vividas. Para Oliveira, Sperb e Cortimiglia (2013) às novas tecnologias permitem a interação e a inovação dos empreendimentos onde a criatividade alavanca a construção de um produto ou serviço. A metodologia é abordada de forma quantitativa buscando-se entender a realidade da oferta de hospedagem existente no momento em relação à qualidade (seguindo as pontuações das plataformas) e sua associação com o geoparque.

Foi também considerada a minha experiência de trabalho em meios de hospedagem (na organização e gestão de hotéis) assim como o conhecimento da área de estudo com visitas já realizadas ao local, incluindo hospedagem e trilhas a diversos geossítios. Com base nessa premissa, apresento os resultados iniciais expostos no próximo item.

2. O GEOPARQUE E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PATRIMÔNIO

Existem diferenças ideológicas entre um Geoparque (UNESCO) e uma Unidade de Conservação (SNUC). O contexto histórico de criação das duas categorias será apresentado a partir do entendimento do conceito de patrimônio natural, e as diferenças do seu significado para a UNESCO e o Brasil. Para entendermos o significado e a relevância da chancela do Geoparque (UNESCO) é fundamental discorrer sobre sua origem, os seus desdobramentos e a relação intrínseca com o desenvolvimento do significado do conceito de patrimônio. Para isso, inicialmente será descrito a origem das áreas protegidas, no Brasil e no mundo até a criação da legislação brasileira que regulamenta as unidades de conservação. A origem e o significado do conceito de patrimônio se articulam com os propósitos da UNESCO influenciando o turismo e dando origem à chancela do Geoparque.

2.1. A Criação de Áreas Protegidas e as Unidades de Conservação

O modelo de criação e gestão de áreas protegidas no Brasil se baseia em duas frentes ideológicas, o preservacionismo e o conservacionismo. O primeiro modelo inspirou a criação dos parques nacionais nos EUA no final do séc. XIX e tem como principal objetivo proteger a natureza, estabelecendo um distanciamento entre o homem e os refúgios da vida silvestre, destinados ao lazer e à contemplação. Já o conservacionismo tem origem na Europa a partir da concepção de natureza associada aos processos de manejo promovendo o uso racional dos recursos, o que hoje é chamado de “desenvolvimento sustentável” (DIEGUES, 2004).

Nas sociedades “modernas” ocidentais, a ideia de natureza é entendida como oposição ao que é construído pelo homem. Porém, até o século VI a.C. a compreensão da experiência e dos meios de vida tinham seu alicerce no pensamento mágico, sem fazer a separação entre o humano e não humano, envolvendo a dimensão espiritual e mítica da vida. Segundo Latour (1994) essa separação, que surge na cultura ocidental moderna é a fundação para a cisão que ocorre entre o Ocidente e as outras culturas. “Nas culturas Deles, a natureza e a sociedade, os signos e as coisas são quase coextensivos. Em Nossa cultura, ninguém mais deve poder misturar as preocupações sociais e o acesso às coisas em si” (LATOURE, 1994, p.99).

Essa separação tem sua origem na antiguidade clássica onde filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles contribuíram para pensamentos que privilegiavam o homem e a ideia, “desprezando” as pedras e as plantas (PORTO-GONÇALVES, 2000). Segundo o autor, a igreja

católica aprofunda essa separação, difundindo a noção de que a natureza é regida por leis próprias ou pela obra e vontade de um Deus superior. Com o avanço da revolução intelectual (séc. XVII) e dos conhecimentos físicos e astronômicos, a natureza começa a ser “dominada” pelo homem, “ela vai deixando de ser encantada para se tornar uma coisa passível de ser metodologicamente entendida e controlada de modo à melhor servir aos propósitos da “humanidade” (SILVA, 2013, p. 27-28, grifo do autor).

A transição do sistema feudal para o capitalismo se caracteriza pelo processo de separação das comunidades feudais dos seus meios de produção, transformando terras comuns em propriedade privada e a força de trabalho em “mercadoria”. Segundo Diegues (2004), a domesticação de animais na Europa era tida como o ponto mais alto da civilização. A vida na cidade era valorizada em relação à vida rústica no campo. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, o crescimento populacional e a industrialização das cidades, o ar se torna irrespirável, originando conseqüentemente o interesse pela contemplação de uma natureza selvagem, em busca de um lugar de reflexão e isolamento espiritual. Escritores românticos do século XIX influenciaram a criação de áreas naturais protegidas a partir da ideia de “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano a meditação das maravilhas da natureza intocada” (DIEGUES, 2004, p. 24).

Para Scifoni (2006) é nesse período que inicia a construção da ideia de patrimônio natural que abrange duas direções (1) como expressão de grandiosidade e beleza que, por sua vez, advém de um sentido de monumentalidade como preocupação estética, também, (2) a partir da intocabilidade, ou seja, os grandes testemunhos da natureza que foram “poupados” da intervenção humana. É essa a gênese do conceito de parque nacional que segundo Diegues (2004) nasce nos EUA a partir da noção de *wilderness* (vida natural/selvagem), criando parques em áreas consideradas “inabitadas” após o extermínio dos povos indígenas e em resposta ao desenvolvimento industrial, a urbanização acelerada e a expansão da fronteira agrícola para o oeste. Esse modelo, influenciado por ideais preservacionistas, tem como símbolo a criação do parque Yellowstone, em 1872. O projeto de criação de um sistema nacional de áreas protegidas tinha como objetivo: “manter os remanescentes intocados para contemplação e como testemunhos para gerações futuras, estabelecendo um distanciamento entre o homem e esses “refúgios” de vida silvestre protegidos do uso direto” (GUERRA; COELHO, p. 32, 2009).

Apesar das discussões mundiais sobre a preservação das grandes áreas naturais datarem do século XIX foi em 1933 que ocorreu em Londres a primeira Convenção para Preservação da Flora e da Fauna que definiu o conceito de parque nacional como:

- a) Áreas controladas pelo poder público;
- b) Para preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida;
- c) Que devem servir a visitação pública. (DIEGUES, 2004, p. 99)

A ideia de parque com área selvagem e desabitada é influenciada pelos mitos do Cristianismo de “paraíso terrestre”. Segundo Diegues (2004) a área do parque Yellowstone deveria ser reservada, proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. Desconsiderou-se, portanto, que o território era habitado por povos indígenas. Para eles, o território era considerado domesticado, e não selvagem. Apesar de não ter cercas “a terra era rodeada de bênçãos do Grande Mistério” (MC LUHAN, 1971, apud DIEGUES, 2004, p. 28). Entende-se assim que o preservacionismo tem como premissa a “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 2004, p. 30), como um monumento natural que deve ser protegido do desenvolvimento moderno, industrial e urbano.

Já o conservacionismo tem sua origem, segundo Guerra e Coelho (2009), na Europa onde as políticas de proteção da natureza surgem associadas à abordagem de conservação da paisagem geográfica por meio de leis de uso do solo. O engenheiro florestal, Gifford Pinchot difundiu a ideia do uso racional e a conservação dos recursos baseados em três princípios: “(1) o uso dos recursos naturais pela geração presente; (2) a preservação de desperdício; (3) e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2004, p. 29). Essas leis possuíam características de utilização sustentável e vinculavam as culturas à terra, influenciando os debates como o ecodesenvolvimento na década de 70, presentes na Conferência de Estocolmo (1972) na Eco-92 e no Nosso Futuro Comum (1986).

No Brasil, a primeira legislação sobre conservação, de 1785, se referia à regulação da exportação de madeira como o Pau Brasil, Canela Preta, Ipê entre muitas outras espécies. Após mais de dois séculos de exploração e comércios de madeiras a monarquia divulga uma relação de árvores que deveriam ser preservadas. Em 1797, a Carta Regia teve então o objetivo de regularizar a questão permanentemente (CARUSO, 1990). Porém, essas legislações não saíram do papel e a economia colonial, baseada na exportação de madeira e produtos agrícolas, produzidos em larga escala, intensificou o desmatamento das florestas principalmente na costa brasileira.

No século XIX aumenta a preocupação com o desmatamento no Brasil motivando a criação de movimentos de proteção à natureza. A partir da contribuição de intelectuais do início do século XX (influenciados por ideais iluministas) são elaboradas propostas de criação de áreas de preservação e setores administrativos responsáveis pela conservação (DIEGUES, 2004). Escritores modernistas como Mário de Andrade, envolvido na elaboração de um anteprojeto de lei sobre a proteção do patrimônio cultural, são responsáveis pela institucionalização da responsabilidade do Estado para com a proteção dos bens culturais e naturais. Os primeiros esforços aparecem na Constituição de 1934, porém é na constituição de 1937 que os monumentos naturais surgem pela primeira vez e são elevados à qualidade de patrimônio nacional. É deste mesmo ano a criação do primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia (RJ), baseado no modelo de Yellowstone, no qual a natureza deve ser protegida da ação humana. Segundo Ferreira (2006) o valor estético da natureza virgem e a noção de grandiosidade originam a concepção de patrimônio natural, também no Brasil, a partir da ideia de monumentalidade.

Esse modelo de criação de parques associados ao monumento possui de um lado um caráter ideológico que segundo Fernandez (2011) se apresenta como “espaços racionalmente planejados de resistência a um modelo predatório de desenvolvimento e como espaços onde novas formas de sociabilidade e integração homem-natureza podem ser recriadas” (FERNANDEZ, 2011, p. 8). Por outro lado, esse modelo não questiona o modelo dominante de desenvolvimento econômico e caminha em parceria aos projetos desenvolvimentistas. Até a década de 1960 a criação de parques no Brasil se dá de forma lenta seguindo a partir dessa época o fluxo do desenvolvimento industrial e urbano do país, como resposta a política desenvolvimentista praticada durante o período militar. “Entre 1959 e 1961 são criados 12 parques nacionais” (DIEGUES, 2004, p. 115). Um dos motivos para esse crescimento significativo foram as pressões que o Brasil sofreu de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros, em troca dos altos empréstimos para financiar grandes projetos, dentro do Programa de Integração Nacional (PIN I e II) (DIEGUES, 2004).

São criados parques na região Centro-Oeste, como reflexo da construção de Brasília, seguindo para o Norte. Segundo Caruso (1979), o período de maior número de criação de novas áreas protegidas foi entre os anos 1970 e 1986. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi o órgão criado em 1967 para administração das então denominadas Unidades de

Conservação (UCs) que possuíam na época somente duas categorias (parques nacionais e reserva biológica). Em 1979 foi criado o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil que impulsionou ainda mais a criação de novas unidades. Foram mantidas as diretrizes de criação, de cima para baixo, do ponto de vista das riquezas naturais, sem consultar as populações locais que em grande parte dos casos tiveram seus modos de vida afetados pelas mudanças impostas com a transformação da lógica do seu território.

A legislação atual, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado em 2000, é orientado pelas duas frentes ideológicas vistas acima, o conservacionismo e o preservacionismo. Ele foi elaborado com o objetivo de assegurar que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais (BRASIL, 2000). O regulamento estabelece dois grupos principais, unidades de (1) proteção integral e de (2) uso sustentável. A primeira tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei, e a segunda compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais. Cada um dos grupos é subdividido em categorias com objetivos específicos.

Apesar das discussões mundiais na década de 80, relacionando cultura-natureza, o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil e mudança no significado do patrimônio cultural, o SNUC é criado abrangente em sua concepção, mas com uma forte influência do ideal norte-americano. Os modelos e as formas de gestão geram dúvidas e conflitos associados às restrições de uso, o manejo das áreas e a convivência com as comunidades locais. Os conflitos têm sua origem na dicotomia entre natureza e cultura e na epistemologia dos conceitos que definem o Patrimônio Natural no Brasil e no mundo. A transformação de um território em UC introduz não só novos limites territoriais, como também altera todo o significado que existe em um determinado local. A população passa a conviver com novas políticas públicas, a chegada de turistas, especulação imobiliária e muitas vezes até uma internacionalização de uma região invisibilizada até o momento.

Segundo Ferreira e Oliveira, “apesar do termo “conservação” ter se estabelecido, a partir de disputas diversas nesse campo do saber e das políticas públicas, a visão preservacionista permaneceu, durante longo tempo, como hegemônica” (FERREIRA, OLIVEIRA, 2019, p. 171). As autoras explicam que há uma maior valorização às unidades do tipo proteção integral, por parte do governo e dos ambientalistas. Grande parte da implementação e recategorização

das UCs revelaram conflitos territoriais relacionados a diferentes visões sobre a natureza e os objetivos das UCs, divergentes dos das comunidades que habitam o local (FERNANDEZ, 2016).

Segundo Diegues (2004), a ideia das unidades criadas como ilhas de conservação interligadas é uma noção que foi criticada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) desde 1986. Em sua criação também não são mencionadas a necessidade de preservar os seus moradores além da hierarquia entre categorias subentender o julgamento de valor entre elas, como por exemplo unidade de manejo sustentável serem menos importantes que proteção integral. Outros pontos observados pelo autor são que, ao não mencionar a participação da sociedade na sua definição, o SNUC traz uma visão tecnocrata e autoritária da conservação, além de não se distinguirem as formas de relação sociedade natureza e os diferentes grupos sociais.

As comunidades tradicionais que vivem dentro das áreas transformadas em UCs tendem a ver o território a partir de uma dominância simbólica ligado à sua cultura e a forma que concebem a relação entre humanos e o ambiente em que vivem, onde ao mesmo tempo em que se apropriam também produzem a natureza. Entram em conflitos diferentes territorialidades, quase que contraditórias. De um lado a relação natureza-cultura como um conjunto indissociável, onde a existência de um sentido de correlação e de crescimento conjunto que estabelece uma relação dinâmica e ativa entre os seres, as coisas e o mundo (MARIA, 2016). Do outro lado, a visão ocidental moderna, representada pela transformação do seu território em UC impondo limites e valores de troca e não de uso – concebido a partir da ideia de conservação dos recursos naturais. Um terceiro entendimento de territorialidade é introduzido com a criação das UCs e a chegada dos turistas que usam o território para o lazer, como um refúgio da vida agitada das grandes cidades.

2.2. Relações entre o patrimônio, áreas protegidas e turismo

O modelo de áreas protegidas no Brasil está associado à atual noção de patrimônio. Criado com o objetivo de conservar o patrimônio geológico, o geoparque, chancela da UNESCO, nasce em 2004 influenciado por esses dois conceitos. No primeiro capítulo será apresentada a origem do conceito de patrimônio e seus desdobramentos como patrimônio cultural, imaterial e o natural. A UNESCO, criada em 1945, tem um papel chave na criação de

programas que influenciaram a criação de áreas protegidas no mundo. O geoparque é um dos programas criados pelo órgão que será apresentado na última parte deste capítulo.

2.2.1. O Conceito de Patrimônio

Atualmente o patrimônio é um conceito que está presente no nosso cotidiano. Temos a noção que é importante e necessário preservar o patrimônio e vemos crescer uma preocupação mundial com os processos de deterioração. O patrimônio cultural pode ser entendido de diversas formas, uma construção histórica, uma dança típica de uma determinada região, um prato típico, uma paisagem ou, no caso desta pesquisa, uma forma de relevo e o conjunto da paisagem. A noção de patrimônio remete ao sentido de preservar, de guardar objetos para lembrança dos que já foram. Por um lado, pode ser interpretado como algo que deve ser protegido do desaparecimento, mas por outro lado, o patrimônio também é um campo de “construção e afirmação de identidades” (FERREIRA, 2006).

A origem do sentido do patrimônio está na Idade Média e nas sociedades tribais. Gonçalves (2009) explica que é uma categoria de pensamento importante em todas as relações sociais, não só nas sociedades ocidentais modernas. Segundo o autor a categoria é formada a partir da ideia de colecionamento e “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro” (GONÇALVES, 2009 p.22). Mas não é para todas as culturas que o colecionar tem o sentido de acumular, alguns grupos colecionam para redistribuir, ou para destruir. Em muitos casos esses objetos chegam a ser uma “extensão moral dos seus proprietários”, ultrapassando a condição do ser humano, alcançando um “significado mágico-religioso” (GONÇALVES, 2009, p.23).

Abreu (2007) também associa à todas as sociedades a dinâmica entre as lembranças e os esquecimentos. Ela explica que a memória social está relacionada à duas diferentes concepções de tempo, a linear e a cíclica:

Enquanto a concepção de tempo linear está diretamente associada à noção de história, que no Ocidente moderno vai ser objeto de todo um aparato técnico e metodológico específico diretamente relacionado à ideia moderna de ciência, por outro lado, a concepção cíclica de tempo está mais diretamente associada ao contexto mítico-religioso (ABREU, 2007, p. 53-54).

A autora aponta que a concepção cíclica do tempo é inerente das sociedades tradicionais onde “o lembrar está no fazer” e essa função é representada pelos cantos, festas, rituais e

narrativas míticas, que são repetidos com frequência, e passados assim para as gerações futuras. Os objetos neste caso, possuem um significado maior, considerados como “seres análogos aos seres humanos” (ABREU, 2007, p. 55), como uma extensão das pessoas, apontado por Gonçalves (2009) acima. Já na concepção linear do tempo, os acontecimentos são considerados históricos e por esse motivo, irrevogáveis e irreversíveis. Por isso a necessidade de guardar, como uma tentativa de controlar a passagem veloz do tempo.

Essa breve contextualização dos diferentes significados é importante para entendermos que a noção de patrimônio da forma que conhecemos hoje tem sua origem na sociedade ocidental moderna. Porém, Abreu (2007) explica que até chegarmos no sentido de patrimônio como um bem coletivo, percorremos um longo caminho. É no contexto da Revolução Francesa, final do século XVIII, o patrimônio começa a ser visto pela primeira vez como obras de artes e monumentos públicos, relacionados a preocupação com a nacionalização dos bens da coroa e da igreja que deveriam ser patrimonializados na formação do Estado francês. Havia um sentimento revolucionário de destruição dos vestígios do antigo regime e Abreu (2007) afirma que a noção de patrimônio se sustenta então em oposição à noção de vandalismo.

A noção de preservação do patrimônio brasileiro também se associa à construção de uma identidade nacional que começa a surgir na década de 1930 (PINHEIRO, 2006). Paralelamente como resposta aos movimentos modernistas ganham força iniciativas que tinham em sua concepção a tentativa de apagar o passado colonial e valorizar as raízes nacionais. Projetos de reurbanização das cidades, como ocorreu no Rio de Janeiro, se caracterizaram pela modernização de fachadas e alargamento das avenidas. Aumenta a preocupação com a destruição da arquitetura colonial que se intensifica com uma crescente evasão de obras de arte. A busca pela preservação associa o patrimônio às suas relações sociais e simbólicas definindo-o como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2002):

O patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si (GONÇALVES, 2002).

Devido à preocupação com o desaparecimento dos monumentos históricos e artísticos começaram a surgir iniciativas de preservação como inventários da arquitetura colonial, inspetorias de monumentos nacionais e projetos de lei. Em 1933 Ouro Preto é declarada Monumento Nacional e em 1936 é criado o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pinheiro (2006) explica que o trabalho dos primeiros anos tinha como objetivo evidenciar o valor do patrimônio brasileiro, em comparação com os grandes monumentos estrangeiros, inserindo o SPHAN no processo de internacionalização da preservação.

O monumento natural se insere neste contexto, associado ao universo das questões culturais. As articulações políticas para a elaboração de projetos de lei para proteção dos bens culturais incluíram os bens naturais. A constituição de 1937 colocou sob tutela do Estado os “monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza” (BRASIL, 1937a). A edição da legislação federal específica para proteção do patrimônio (decreto-lei nº 25 de 1937) elevou o monumento natural a patrimônio nacional. Destaca-se a menção da sua vinculação com “fatos memoráveis da História do Brasil” e a paisagem relacionada a sua “feição dotada pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937b).

Esse período histórico no Brasil é marcado pelo governo de Getúlio Vargas, nacionalista e desenvolvimentista, com grande preocupação com a construção de uma nova identidade brasileira. Essa visão foi influenciada por estrangeiros que desde o império construíram a imagem do Brasil como um lugar de paisagens espetaculares e natureza selvagem. Roncaglio (2009), explica que com a chegada da família Real em 1808 e a abertura dos portos, o país começa a receber expedições estrangeiras com artistas e naturalistas que buscavam retratar em detalhes a configuração e as riquezas da natureza brasileira. Essa visão se somou ao contexto político vivido nos anos 1930 moldando a produção dos intelectuais iluministas que estavam à frente da construção da nova identidade brasileira.

A monumentalidade se fundamenta no discurso de um passado de protagonistas heroicos, escrevendo a história “oficial” que se apresenta pela grandiosidade e o valor estético das edificações (SCIFONI, 2006).

Do ponto de vista do patrimônio natural, a monumentalidade reflete uma natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente de condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual. Já o discurso do cotidiano prioriza outros valores, como a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais, constituindo o patrimônio como a representação da diversidade cultural presente em uma sociedade nacional. (SCIFONI, 2006, p. 59)

A importância da noção de preservar começa a aparecer no discurso de intelectuais brasileiros, inicialmente marcado pela preservação do patrimônio material. Porém é na virada

do século XIX para o XX que no campo literário surgem os primeiros registros de conjuntos de manifestações locais e regionais, através de livros sobre o folclore nacional (ABREU, 2007). Paralelamente à institucionalização do patrimônio no Brasil, ganha expressão mundial a defesa de ideais humanistas e antirracistas. Abreu (2007) explica que, esses movimentos ganharam força após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da UNESCO em 1947 que estimulou a pesquisa, a salvaguarda e difusão internacional de manifestações folclóricas de cada país membro. A ideia era preservar a diversidade das culturas como contribuição para o aumento da tolerância, generosidade e respeito entre as culturas humanas.

Esse “novo paradigma do conceito antropológico de cultura” (ABREU, 2007, p. 58) influenciou também as políticas patrimoniais no Brasil trazendo novos elementos que acompanhavam os debates internacionais. A autora aponta que foram criados nos anos 1980 a Fundação Nacional Pró-Memória, o Centro Nacional de Referências Culturais e o Programa das Cidades Históricas (que será discutido mais adiante neste capítulo). Formou-se uma mentalidade a favor da defesa da diversidade cultural que resultou nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, prevendo a proteção dos bens culturais de natureza imaterial. Segundo Scifoni (2006) é nesse período que no Brasil o patrimônio natural passa a ser entendido como uma conquista da sociedade, ligado às práticas sociais no qual a natureza é parte de uma memória coletiva.

Essa nova concepção, por um lado, manifesta-se como influência e contribuição do debate acadêmico que possibilitou a compreensão de um patrimônio natural indissociável da vida humana, e por outro, é produto, igualmente, de uma nova demanda social que se criou principalmente a partir das novas condições políticas do país nos anos 1980. A abertura política possibilitou a atuação dos movimentos sociais e, dentre estes, consolidaram-se novas esferas, como a luta pelo patrimônio e pelo meio ambiente. (SCIFONI, 2006, p. 73).

A autora ressalta a inclusão do universo cultural à instituição do conceito de patrimônio natural pela UNESCO, destacando uma relação intrínseca entre cultura e natureza. Entre os anos de 1970-1990 foram incorporadas novas categorias de bens culturais, bens imateriais e naturais com destaque para a ampliação de tombamentos por parte de grupos sociais e não do governo. O aumento da participação social nos processos de patrimonialização se deve a partir do fortalecimento de movimentos sociais e de grupos até então invisibilizados. A compreensão do patrimônio natural como parte integrante da vida humana possibilita uma maior atuação da participação social.

Porém, o modelo de criação de áreas protegidas se apoia na ideia de monumentalidade. Scifoni (2006) divide o monumento natural em duas origens contrárias, a primeira a partir de seu caráter memorial e simbólico, associado aos costumes e lembranças coletivas – uma visão oriental. A segunda visão associa o monumento a sua amplitude estética a partir da experiência francesa e da ideia de grandiosidade e beleza, distante da relação de identidade estabelecida entre a sociedade e os objetos. Esse modelo do natural como lugares da vida selvagem, idealizados e longe da interferência humana fundamentou a criação de parques nacionais, no qual o homem é mero visitante, onde são permitidas apenas pesquisas científicas e atividades fiscalizadas (DIEGUES, 2004). O monumento que, originalmente, possuía uma função memorial, marcando o que deveria ser transmitido para as futuras gerações, passa a ser associado ao poder e à grandiosidade, manifesto de um caráter estético (SCIFONI, 2006).

2.2.2. A UNESCO e o Turismo

A UNESCO foi criada em 1947 após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação internacional e auxiliando na solução de problemas sociais em busca do desenvolvimento econômico, atuando em áreas como Educação, Ciências Naturais, Humanas e Sociais, além de Cultura, Comunicação e Informação. Segundo Abreu (2007), sua criação visa “estimular estudos e pesquisas sobre a diversidade cultural no planeta, fomentar encontros entre indivíduos de culturas diferentes, ensinar às crianças o respeito à ideia de diferença cultural”. O turismo começa a aparecer associado às questões de preservação do patrimônio, nos anos 1960, mesmo período em que o conceito de cultura é difundido pelo mundo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 o patrimônio que até então estava associado à construção das identidades nacionais, passa a ser considerado pelo seu valor simbólico, entendido então como um “bem material concreto de alto valor material” (LEITE, CAPONERO, 2015, p. 11). Os autores (LEITE, CAPONERO, 2015; ABREU, 2007; SCIFONI, 2003), explicam, que a UNESCO, começa a promover os debates entre a preservação do patrimônio cultural, o desenvolvimento econômico sustentável e a identidade cultural coletiva. Paralelamente buscava-se através da noção de diversidade uma solução de paz entre os povos, fruto do trauma causado pela guerra.

O discurso da diversidade é apropriado em diversos campos, como o das artes por exemplo, e a noção de patrimônio histórico se estende para o campo da diversidade cultural, religiosa e étnica. Nesse período, Scifoni (2003) também ressalta a importância do processo de

mundialização dos valores ocidentais como gatilho para a criação da ideia de patrimônio universal. A modernização das cidades, fruto da aceleração industrial no pós-guerra, gerou uma grande preocupação por possíveis perdas do patrimônio cultural das cidades, “a vida selvagem, áreas necessárias à vida do homem (como elemento regenerador físico e espiritual) e de potencial econômico (recursos); e preocupações com salubridade” (SCIFONI, 2003, p. 80). Esse processo foi acentuado devido a repercussão mundial da construção de uma represa no Egito nos anos 1960, que iria inundar uma grande área com importantes monumentos históricos.

Esse contexto histórico levou a uma valorização do patrimônio no mundo quintuplicando o número de bens tombados pela UNESCO na década de 1980. Em dez anos o número de patrimônios mundiais passa de 61 para 282 (SCIFONI, 2003). A maior parte deles na Europa e Estados Unidos, o que a autora justifica devido ao grau de exigência dos processos da UNESCO. Scifoni (2003) também aponta que “estar na lista significa contar com status internacional, prestígio e reconhecimento que é fundamental para o marketing do turismo. Quanto mais bens um determinado país tiver inscrito na Lista do Patrimônio, maior é o potencial turístico posto à venda no mundo.” (p. 82).

É sob a direção de René Matheu (1960-1970), que o turismo passa a ser enfatizado como uma possibilidade no favorecimento do desenvolvimento e o sustento do patrimônio cultural. Foram diversas as convenções internacionais organizadas em torno dessa temática. Destaca-se a Reunião do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico (Tunísia, 1968), na qual foi promovida a ideia de financiamento internacional e assistência para o desenvolvimento do turismo, para os países que desejassem estabelecer programas turísticos integrados aos planos de desenvolvimento locais (LEITE, CAPONERO, 2015). O turismo passa a assumir um papel central, impulsionado pela visita do patrimônio, cada vez mais como uma mercadoria a ser consumida pelo crescente número de visitantes. Essa articulação se expande por todo o mundo, influenciando também as políticas públicas brasileiras.

O Brasil acompanha as articulações internacionais. Nos anos 1960 o IPHAN, que na época se chamava Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), buscava reformular e reforçar as políticas de proteção do patrimônio cultural que vinha crescendo em representação, no contexto da industrialização do país, crescimento populacional dos centros urbanos e conseqüentemente, a preocupação com a degradação dos monumentos históricos. Em 1964 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o DPHAN e a UNESCO, com o

objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico à preservação (LEITE, CAPONERO, 2015). No ano seguinte o órgão solicita a visita de um perito as cidades históricas para “desenvolver um programa de proteção do patrimônio histórico e de desenvolvimento do turismo” (LEITE, CAPONERO, 2015, p. 14).

Michel Parent, foi o técnico enviado ao Brasil em 1966 e 1967 como especialista no âmbito do programa “Turismo Cultural” da UNESCO. Ele fazia parte do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, e o objetivo da missão era “o estudo e execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais” (LEAL, 2009, p. 4). Foram visitadas 35 localidades onde foi analisado o patrimônio cultural já reconhecido pelo DPHAN e feitas sugestões de novos tombamentos. Leal (2009) ressalta que o relatório também se destaca pela “valorização do conhecimento das potencialidades turísticas de cada local e do desenvolvimento da infraestrutura viária e hoteleira oferecida para fins turísticos” (p. 5).

É neste período que a questão ambiental se torna objeto dos movimentos sociais no qual o “discurso de proteção à natureza é associado à condição para sobrevivência do homem e das diversas formas de vida no planeta” (GUERRA, COELHO, 2009, p. 34). Segundo os autores, essas discussões sobre conservação ganham força internacional através da Organização das Nações Unidas (ONU) que promove conferências internacionais nas quais são discutidos temas relacionados às políticas de áreas protegidas, como por exemplo, o Congresso Internacional de Áreas Protegidas que é realizado a cada dez anos, desde 1962, por iniciativa da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Os debates são baseados nos conceitos de desenvolvimento sustentável voltados para conservação do patrimônio cultural e natural.

A partir dessas discussões, começa a ser introduzida uma visão sistêmica que na década de 70 ganha destaque na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris em 1972 na qual foi discutido o valor universal do ponto de vista estético, científico e de conservação introduzindo uma abordagem ecológica (SCIFONI, 2006). A UNESCO (1985) reforça a ligação entre natureza e cultura como complementar, a identidade cultural se relaciona com o meio em que se vive assim como as obras criadas pelo homem se integram com o local em que se encontram. Nesse período ocorre uma revisão dos significados do patrimônio onde a natureza é incorporada às políticas culturais, em escala internacional. A partir dos anos 1970 que a UNESCO institui um novo conceito de patrimônio natural. O patrimônio natural mundial

é definido em 1977 a partir de 3 critérios: o valor estético, ecológico e científico (UNESCO, 1977).

2.2.3. A Origem do Geoparque

O Geoparque é uma chancela concedida pela UNESCO e concebido como um dos instrumentos para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Junto com os programas de Patrimônio Mundial (Natural e Cultural) e Reserva da Biosfera formam um “conjunto completo” do patrimônio mundial, conservando a diversidade cultural, biológica e geológica através do desenvolvimento sustentável. A UNESCO tem como proposta promover em seus programas o envolvimento harmonioso entre a conservação e a diversidade cultural. Os geoparques trazem essa mesma lógica em sua idealização, sendo reconhecidos internacionalmente por promover a geodiversidade da Terra através do envolvimento ativo das comunidades locais.

O geoparque nasce então do entendimento do conceito de patrimônio e suas múltiplas interpretações, uma abordagem pouco estudada no campo da geoconservação. Os geoparques também podem ser considerados como um ponto de encontro entre a iniciativa privada, as instituições não governamentais e os cientistas (JUHÉ-BEAULATON, GIRAULT, 2016). Assim como a própria noção de patrimônio, o geoparque se desenvolve de forma ambivalente em relação ao seu significado, a partir da necessidade de resguardar algo em desaparecimento e como lugar de construção e afirmação de identidades (Ferreira, 2003). O geoparque é resultado do crescente reconhecimento dos aspectos naturais à categoria de patrimônio combinado com o desejo de desenvolver economicamente regiões rurais a partir do turismo (GONZALEZ-TEJADA et al, 2017).

As formações geológicas e o relevo de grande beleza cênica sempre tiveram em evidência na criação dos parques no Brasil e no Mundo. Associados a ideia de monumentos naturais, as formas de relevo, como os cânions, montanhas e cachoeiras, estão presentes na descrição dos primeiros parques nacionais norte-americanos, assim como em grande parte dos parques criados no Brasil e no mundo. A geologia e a forma de relevo é mencionada desde a primeira definição mundial de parque nacional, em 1933 e em 1944, no Brasil, o Serviço Florestal define como objetivo dos parques nacionais “conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais” (DIEGUES, 2004, p.

114, grifo nosso). Parques como *Grand Canyon*, *Yosemite* nos Estados Unidos e Itatiaia, Iguaçu, Serra dos Órgãos no Brasil são apenas alguns dos exemplos do reconhecimento pelas suas origens geológicas.

Quase um século depois a UNESCO adota a Recomendação de Paris (1962) que diz respeito a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e lugares. Considerado o antecessor da “Convenção do Patrimônio Mundial”, foi responsável pelo início das discussões sobre a criação de uma chancela para conservação de áreas especiais e insere a UNESCO como um importante ator para criação de patrimônios e na conservação. Os programas do “Patrimônio Mundial” e “Homem e Biosfera” (MaB) da UNESCO assumem um papel central na diplomacia mundial e na comunidade internacional em relação à conservação do patrimônio.

O MaB, criado em 1971, introduz uma nova abordagem da conservação da natureza que passa a se diferenciar do conceito tradicional de parque nacional conhecido até então. A criação dessas reservas se destaca pelos múltiplos entendimentos do conceito de patrimônio e sua designação às áreas protegidas, caracterizados pela sobreposição de reservas da biosfera nas áreas onde já existiam parques nacionais (GONZALEZ-TEJADA et al, 2017). A UNESCO (1985) reforça a ligação entre natureza e cultura como complementar, a partir da identidade cultural relacionada com o meio em que se vive. Em 1972 a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural constitui um importante instrumento de conceituação e criação de um patrimônio de valor universal considerando, como patrimônio cultural os monumentos naturais, arquitetônicos e artísticos, conjuntos de edificações e sítios naturais, arqueológicos e históricos (UNESCO, 1972). A convenção traz como característica inovadora a elaboração de um único documento para conservação da natureza e dos aspectos culturais. Reconhece a interação do homem e a natureza e a necessidade de preservar esse equilíbrio.

No Artigo 2 da mesma Convenção, a UNESCO considera como patrimônio natural:

- a) Monumentos naturais: constituídos por formações físicas e biológicas ou por um conjunto de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- b) Formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- c) Sítios naturais ou áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (NASCIMENTO, 2008, p. 25)

Fruto das discussões que já ocorriam desde 1972 e de forma a mitigar a constatação da limitação dos recursos naturais e a necessidade de preservar o equilíbrio, foi instituída em 1987

a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, “O Nosso Futuro Comum” (BRUNDTLAND, 1987). Cria-se pela primeira vez um documento com metas para o desenvolvimento sustentável e é proposta uma nova abordagem que traz a importância do papel das comunidades tradicionais e a criação de parques nacionais não isolados da sociedade:

Tais comunidades são depositárias de um vasto acervo de conhecimentos e experiências tradicionais, que liga a humanidade a suas origens ancestrais. Seu desaparecimento constitui uma perda para a sociedade, que teria muito a aprender com as técnicas tradicionais de lidar com sistemas ecológicos muito complexos. É uma incrível ironia que, à medida que o desenvolvimento formal vá atingindo mais intensamente as florestas tropicais, os desertos e outros ambientes isolados, tenda a destruir as únicas culturas que se mostram capazes de lidar bem com esses ambientes. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 125)

Apesar Relatório considerar o envolvimento das comunidades tradicionais como fundamental para a sustentabilidade é em 1992, na A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, conhecida como ECO 92, que a discussão sobre a participação de comunidades locais na dinâmica da conservação ganha visibilidade internacional. As consequências negativas das decisões tomadas de “cima pra baixo” começam a ser apontadas. O debate ganha evidência por ocorrer em um país em desenvolvimento, como o Brasil, marcado por tensões decorrentes da criação de áreas protegidas em território com a presença de populações tradicionais.

Analisando a trajetória da noção de patrimônio em perspectiva processual, observa-se que inicialmente o conceito limitava-se ao denominado patrimônio material. O atravessamento de contextos em nível global e local, favorece a ampliação de tal perspectiva para os recursos naturais. Assim percebido, ganha destaque os saberes e fazeres de grupos culturais até então excluídos. Tais grupos enquadrados na denominação povos ou populações tradicionais, no caso brasileiro, são inseridos em proteção prevista pela constituição de 1988 e assim sendo, suas identidades e seus patrimônios tornam-se obrigação de cuidado por parte do Estado. Desta forma, órgãos como o IPHAN buscam adequar-se às diretrizes oriundas da UNESCO no que tange o reconhecimento do patrimônio desses grupos.

Os fundamentos do que é patrimônio, para esses grupos, constam na Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003). Pela natureza de suas trajetórias culturais que se compõem de práticas e saberes diferenciados da cultura hegemônica, o patrimônio desses grupos foi denominado imaterial e ou intangível, pois geralmente encerram-se em um saber transmitido pela oralidade e em fazer tradicional. A salvaguarda do

patrimônio imaterial e ou intangível, diferentemente do patrimônio material, que se concretiza através do tombamento, ocorre por meio de inventários, ou seja, o instrumento de registro desse tipo de bem. Nesse contexto, representações de grupos subalternizados começam a integrar a “cena” do patrimônio no Brasil, resultado de reivindicações dos movimentos populares (LONDRES, 2003). Gonçalves (2015) explica que o reconhecimento desses “novos patrimônios” por grupos sociais e pelo Estado, auxilia na afirmação de sua identidade, associado à sua história e a sua luta pela própria existência e permanência social e cultural. A salvaguarda do patrimônio imaterial guarda estreita relação com os debates acerca da preservação da natureza, pois como demonstrado, povos ou populações tradicionais passam a ser percebidos como fundamentais no processo e assim sendo, a própria noção de patrimônio se estende para a natureza.

Apesar da chancela do geoparque ter sua origem na transformação do conceito de conservação da natureza a partir da noção de patrimônio são poucas as referências nos diversos artigos científicos sobre o tema (GONZALEZ-TEJADA et al, 2017). Em quase todo mundo a evolução do conceito de geoparque foi desenvolvido por geologistas. Os autores explicam que os fundamentos de sua concepção se baseiam nas (1) características geológicas, (2) as múltiplas designações das áreas protegidas, (3) o vínculo entre a conservação da natureza e o patrimônio cultural, (4) a participação das comunidades nos processos de conservação. Esses conceitos, apesar de terem sido integrados ao discurso, acabaram sendo pouco incorporados na prática.

O termo geodiversidade surge na década de 90, em estudos sobre conservação geológica e geomorfológica, com o objetivo de descrever a variedade do meio biótico e abiótico (GRAY, 2004). Em 2000, Stanley define o termo como “A variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra” (NASCIMENTO, 2008, p. 10). Porém é somente em 2004 que Murray Gray publica o primeiro livro sobre o assunto no Reino Unido. Para o autor, geodiversidade é definida a partir “da variedade natural de aspectos geológicos (minerais, rochas e fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, processos) e do solo. Inclui suas coleções, relações, propriedades, interpretações e sistemas” (GRAY, 2004).

Nascimento (2008) explica que o patrimônio geológico se relaciona com a geodiversidade, porém são conceitos distintos. Para o autor, o patrimônio geológico é uma pequena parte da geodiversidade (variedade de minerais, rochas, fósseis e paisagens) que deve ser conservada por apresentar características especiais. Essas partes se destacam por possuírem

uma relevância científica e educativo, são considerados os geossítios. Brilha (2005), define o patrimônio geológico como um inventário do conjunto de geossítios de um ou mais elementos da geodiversidade de singular valor do ponto de vista científico, pedagógico, cultural ou turístico. Esse patrimônio pode ser encontrado na natureza, *in-situ*, ou em museus, *ex-situ*.

A importância mundial do patrimônio geológico é marcada pela elaboração da Carta de Digne, também conhecida como “Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra” (Anexo I), que foi aprovada ao final do 1º. Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, na França em 1991. Esse documento é a base filosófica para o futuro do programa do geoparque e em seus nove parágrafos define a importância da proteção da memória da história da Terra como suporte da vida humana. A Terra é o elo de união entre todos os povos e conhecer sua história é fundamental para entendermos o nosso futuro. A memória da Terra está gravada nas rochas, nos fósseis, nas paisagens - no novo conceito de patrimônio, o patrimônio geológico.

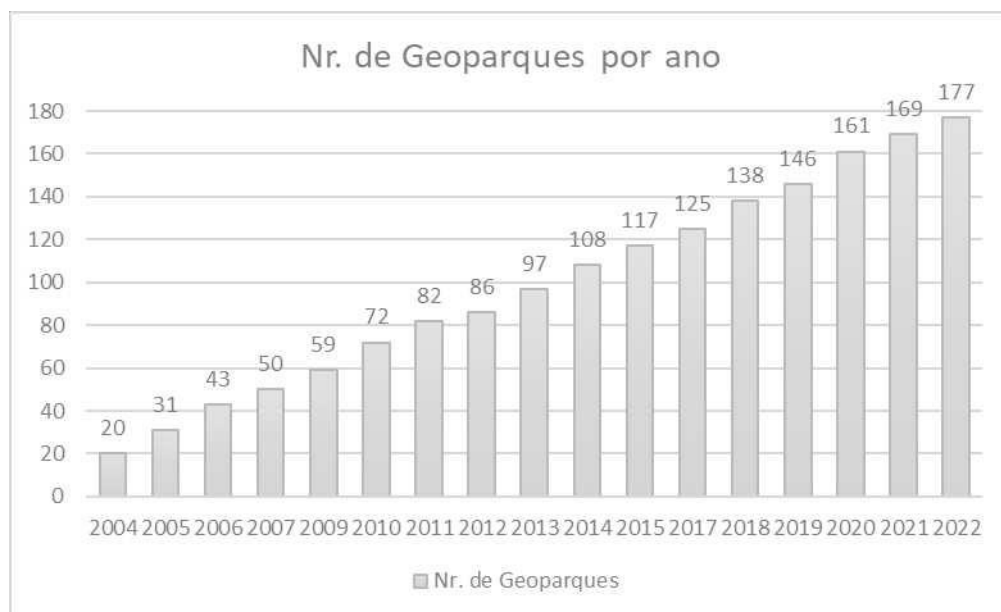
O simpósio de 1991 foi motivado a partir do reconhecimento do patrimônio geológico (essencialmente fósseis) em uma região na França e sua conservação sem a proibição de exploração comercial. É neste contexto histórico que o conceito de geoparque foi introduzido pela primeira vez neste mesmo simpósio (SCHOBENHAUS, 2010), com o objetivo de proteger o patrimônio geológico através do desenvolvimento sustentável. Segundo Gonzalez-Tejada et al, (2017) esse programa inovativo previa o apoio a projetos de desenvolvimento em áreas rurais. Foram criados os quatro primeiros geoparques (1) Vulkaneifel Naturpark na Alemanha, o (2) Maestrazgo em Aliaga na Espanha, a (3) Reserva Geológica Haute-Provence na França e a (4) Floresta Petrificada em Lesbos na Grécia, formando um sistema transnacional de cooperação baseado no geoturismo. Essas quatro regiões eram áreas rurais que enfrentavam problemas de baixo crescimento econômico, desemprego e emigração e viram a possibilidade de valorizar a sua imagem associada ao patrimônio geológico e a possibilidade de desenvolvimento a partir do geoturismo (GONZALEZ-TEJADA et al, 2017).

O Programa Geosites foi criado em 1994 pela União Internacional das Ciências Geológicas (International Union of Geological Sciences - IUGS, de 1993) para proteção dos recursos geológicos para fins educacionais e científicos e envolver a comunidade geológica internacional. Já em parceria com a UNESCO, a IUGS constituiu em 1995 o Grupo de Trabalho de Geossítios Globais (Global Geosites Working Group – GGWG) para o projeto de

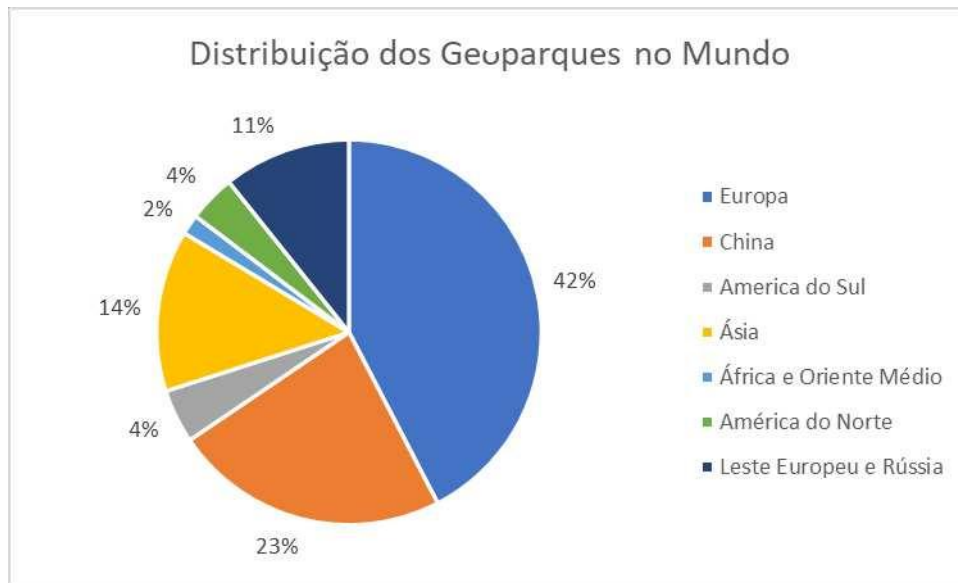
compilação da lista dos geossítios importantes em escala global e construção de uma base de dados (IUGS, 2013) com 310 Geosites no mundo, sendo 14 localizados no Brasil.

Em 1997 a UNESCO divulga o Programa de Geoparque que ganha força em 2000 com a criação da Rede Europeia de Geoparques fundada pelos quatro parceiros acima. A partir da assinatura de um acordo de colaboração com a UNESCO no ano seguinte, demais parceiros europeus puderem contar com o apoio da UNESCO. Neste mesmo período a China cria a sua rede de geoparque nacionais e em 2004 os 12 geoparques europeus juntam-se com 8 geoparques nacionais chineses formando a Rede Global de Geoparques sob a tutela da UNESCO. Atualmente, segundo o portal da instituição, são 161 Geoparques distribuídos em 48 países. No Quadro 1 abaixo é possível ver a evolução da criação de novos geoparques no mundo. A Figura 1 na sequência apresenta o mapa de distribuição dos geoparques por países, de acordo com os dados disponíveis do portal da Rede Global de Geoparques.

Quadro 1: Quantidade total de geoparques por ano no mundo.



Quadro 2: Porcentagem de distribuição dos Geoparques no mundo, por região, em 2022.



Dados disponíveis em <http://www.globalgeopark.org/aboutGGN/list/index.htm>. Acesso em 17 mar 2023.

O geoparque tem como premissa básica o desenvolvimento econômico das regiões em consonância com a proteção ao patrimônio geológico local (BACCI et al, 2009) e busca fortalecer a conexão entre o patrimônio geológico, natural e cultural, demonstrando que a geodiversidade é a base de todos os ecossistemas e a base da interação entre o ser-humano e a paisagem. “Segundo Gray (2004) e Brilha (2005) os valores da geodiversidade são classificáveis em intrínseco, cultural, estético, econômico, funcional, científico e educativo” (NASCIMENTO, 2008, p. 12). A chancela é uma ferramenta para conservação e desenvolvimento de áreas de significado geológico para a história da Terra, incluindo paisagens e formações geológicas, testemunhos da evolução do planeta e de importância para o futuro, promovendo o desenvolvimento sustentável através do geoturismo e educação.

A iniciativa Geoparks, por outro lado, acrescenta uma nova dimensão para a Convenção de 1972, relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO, destacando o potencial de interação entre o desenvolvimento sócio-econômico e cultural e a conservação do ambiente natural. (SCHOBENHAUS, 2010. P. 7)

No Brasil, devido a sua ligação com a UNESCO, o patrimônio natural e o geoparque, são considerados áreas especialmente protegidas, mas não tem o status de uma unidade de conservação; são, “portanto, um instrumento de proteção ambiental sui generis, gestado no âmbito das políticas culturais e fora da esfera do controle ambiental” (SCIFONI, 2004, p.58). O patrimônio natural, cultural e o misto estão sob a tutela do IPHAN. Já as UCs são

administradas pelo ICMBIO, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integrados ao SNUC, criado em 2000, conforme visto acima. Enquanto por um lado, as UCs trazem em sua gênese a ideia de monumentalidade, não prevendo a presença de pessoas em seu território, os geoparques nascem a partir de uma nova concepção de desenvolvimento sustentável que surge nos anos 1970, a partir das discussões em torno da convivência de população em áreas que devem ser conservadas.

No Brasil foi criada em 1997 a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (Sigep) que funcionou até 2005. Com o objetivo de conservação do patrimônio geológico brasileiro, a Sigep era responsável por identificar, avaliar, descrever e publicar os sítios geológicos e paleobiológicos e submeter propostas de sítios à UNESCO (WINGE et al., 2013). Em conjunto com Serviço Geológico do Brasil (CPRM) foram publicados entre 2002 e 2013 três volumes do “Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil” contabilizando um total de 116 geossítios divididos em doze categorias: paleontológicos, geomorfológicos, paleoambiental, espeleológico, sedimentológicos, história da Geologia e da Mineração, ígneos, marinhos, astroblemas, estratigráficos, tectônicos e hidrogeológicos. Neste período foram mapeados 23 sítios geomorfológicos conforme quadro abaixo:

Quadro 3: Geomorfossítios brasileiros inventariados e publicados pela Sigep entre 2002 e 2013.

Geomorfossítios brasileiros inventariados e publicados pela Sigep.	
Nome do geomorfossítio	Localização
1 Pão de Açúcar	Rio de Janeiro – RJ
2 Vila Velha	Ponta Grossa – PR
3 Canyon do Guartelá	Castro e Tibagi – PR
4 Lagoa Dourada	Ponta Grossa – PR
5 Escarpamento Estrutural	Furnas SP/PR
6 Morro do Pai Inácio	Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA
7 Parque Nacional do Iguaçu	Foz do Iguaçu – PR
8 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	GO
9 Parque Nacional das Sete Cidades	Piracuruca e Piripiri – PI
10 Monte Roraima	Serra da Pacaraima – RR
11 Itaimbezinho e Fortaleza	Cambará do Sul – RS, Praia Grande e Jacinto Machado – SC
12 Canyon do Talhado	Porteirinha – MG
13 Eolianitos de Flecheiras/Mundaú	Flecheiras e Mundaú – CE
14 Dunas de Albardão	RS
15 Pedra Pintada	Reserva Indígena São Marcos, Pacaraíma – RR
16 Cachoeira da Casca D’Anta Parque Nacional da Serra da Canastra	São Roque de Minas – MG
17 Cachoeira de Santa Bárbara no Rio São Jorge	Ponta Grossa – PR
18 Pedra do Baú	São Bento do Sacupá – SP
19 Pico do Itambé	Serra do Espinhaço – MG
20 Três Morrinhos	Terra Rica – PR
21 Ponta de Jericoacoara	Jijoca de Jericoacoara – CE
22 Mar de Bolas do Lajedo do Pai Mateus	Cabaceiras e Boa Vista – PB
23 Pedra Furada de Venturosa Venturosa	Alagoinha e Pesqueira – PE

Elaborado por SANTOS, Yasmim; 2021.

Em 2012 o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) publicou o trabalho “Geoparques do Brasil: propostas” (CPRM, 2012). Nesse primeiro volume foram publicadas 19 propostas de Geoparques no Brasil. Está sendo elaborado um segundo volume que até o momento (2022) possui 12 novas propostas de geoparques, publicados no portal da CPRM, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4: Propostas de Geoparque publicadas no portal da CPRM.

	Geoparque (proposta)	Localização	Puplicação
1	Cachoeiras do Amazonas	(AM)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
2	Morro do Chapéu	(BA)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
3	Pirene us	(GO)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
4	Astroblema de Araguinha - Ponte Branca	(MT/GO)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
5	Quadrilátero Ferrífero	(MG)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
6	Bodoquena - Pantanal	(MS)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
7	Chapada dos Guimarães	(MT)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
8	Fernando de Noronha	(PE)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
9	Seridó	(RN)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
10	Quarta Colônia	(RS)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
11	Caminhos dos Cânions do Sul	(RS/SC)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
12	Serra da Capivara	(PI)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
13	Chapada Diamantina	(BA)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
14	Monte Alegre	(PA)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
15	Alto Alegre dos Parecís	(RO)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
16	Serra da Canastra	(MG)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
17	Chapada dos Veadeiros	(GO)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
18	Canudos	(BA)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
19	Tepuis	(RR)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil*
20	Ciclo do Ouro - Guarulhos	(SP)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
21	Uberaba - Terra dos Dinossauros	(MG)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
22	Campos Gerais	(PR)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
23	Litoral Sul de Pernambuco	(PE)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
24	Costões e Lagunas do Estado do Rio de Janeiro	(RJ)	Volume I do livro "Geoparques do Brasil
25	Geoparque Serião Monumental	(CE)	Propostas de Geoparques - Volume II
26	Geoparque Cariri	(PB)	Propostas de Geoparques - Volume II
27	Cânion do São Francisco	(AL/SE/BA)	Propostas de Geoparques - Volume II
28	Vale das Águas	(MA)	Propostas de Geoparques - Volume II
29	Rio do Peixe	(PB)	Propostas de Geoparques - Volume II
30	Catimbau-Pedra Furada	(PE)	Propostas de Geoparques - Volume II
31	Alto Rio de Contas	(BA)	Propostas de Geoparques - Volume II
32	Serra do Sincorá	(BA)	Propostas de Geoparques - Volume II
33	Alto Vale do Ribeira	(SP/PR)	Propostas de Geoparques - Volume II
34	Sete Cidades - Pedro II	(PI)	Propostas de Geoparques - Volume II
35	Guaritas - Minas de Camaquã	(RS)	Propostas de Geoparques - Volume II
36	São Desidério	(BA)	Propostas de Geoparques - Volume II

Fonte: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Projeto-Geoparques-5416.html>, acesso em jun. 2022.

O Geoparque Araripe foi o primeiro geoparque brasileiro e das Américas a ser reconhecido pela UNESCO Global Geoparks (UGG). Com aproximadamente 3.441 km² de área, o geoparque está localizado no sul do estado do Ceará e abrange seis municípios da região do Cariri (MORCHIUTTI et al, 2012). A partir da iniciativa da Universidade Regional do Cariri (Urca) e em parceria com o Governo do Estado do Ceará, a proposta foi submetida à UNESCO em 2005 e oficializada na Rede Global de Geoparques (Global Geoparks Network – GGN) durante a 2ª Conferência dos Geoparques em 2006.

Em abril de 2022 foram aprovados outros dois geoparques brasileiros, O Geoparque Mundial Seridó, no Rio Grande do Norte e o GCCS, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto de estudo deste trabalho. O primeiro abrange uma área de 2.800 km² no semiárido nordestino com mais de 120 mil habitantes o Geoparque Mundial Caminhos dos Cânions do Sul, abrange uma área de 2.830,8 km² e abriga 74.120 habitantes (UNESCO).

Semelhante à UC, o geoparque tem em sua concepção a previsão do uso público através da educação e do turismo, porém de formas distintas. Com a valorização da natureza ganha-se destaque a contemplação das áreas naturais e o uso turístico desse espaço (DIEGUES, 2000). O turismo se desenvolve como fenômeno social a partir do acesso e a valorização do lazer, a facilidade de locomoção, e as conquistas das garantias trabalhistas (URRY, 2007). O ecoturismo surge como uma interface entre o turismo e os ambientes naturais, incluindo as comunidades locais. Agrega-se a valorização da natureza a qual é atribuída um valor turístico de contemplação (DIEGUES, 2000). O Ministério do Turismo (2010), define o segmento como forma sustentável de utilizar o patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação e a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

A partir desse princípio é possível pensar o ecoturismo como fortalecimento da conexão entre cultura e natureza, um dos princípios do geoparque, além de incluir a comunidade nos processos de desenvolvimento do turismo corroborando as estruturas comunitárias e possibilitando aos visitantes viver diferentes realidades. Esses são componentes essenciais para que a conquista da chancela da UNESCO não favoreça principalmente os mais capitalizados, marginalizando os que possuem menores condições financeiras. O geoturismo é um segmento que nasce do ecoturismo em um contexto de valorização do patrimônio geológico e dos geoparques (NASCIMENTO, RUCHKYS, MANTESSO-NETO, 2007).

Segundo Brilha (2005) o geoturismo se relaciona com o conceito de ecoturismo intrinsecamente ligado à geodiversidade e à geoconservação. No geoparque a proteção do patrimônio geológico está associado ao desenvolvimento econômico da região através do geoturismo. O SNUC permite o “turismo ecológico” ou a “recreação em contato com a natureza” (BRASIL, 2000) nas categorias parque e reserva particular do patrimônio natural. O desenvolvimento sustentável, um dos treze objetivos do SNUC, se apresenta como uma forma de subsistência, para as comunidades que tem seus territórios transformados em UC, a partir do

uso dos recursos naturais. Diferente do SNUC, a UNESCO estimula a atividade econômica local no geoparque como forma de promover o desenvolvimento sustentável.

O Brasil possui um enorme potencial para criação de geoparques devido a sua grande diversidade cultural e natural. Essa diversidade pode ser interpretada a partir do conceito de paisagem que possui múltiplas origens, de acordo com a área que a define. O vínculo entre o relevo e a paisagem se apresenta através das relações entre o cultural e o natural. No próximo capítulo será aprofundada a origem do termo e suas diferentes abordagens, relacionando com o conceito de geoparque e seu significado. Pensar no turismo como única fonte de renda para a população pode gerar conflitos e impactos. Porém a valorização da região através de práticas socioculturais, apesar do objetivo de mercantilização, recupera e fortalece o valor simbólico do território e ganha novas dimensões econômicas, políticas e culturais (CRUZ, 2010).

3. A PAISAGEM E A ÁREA DE ESTUDO

A paisagem é um conceito importante para diversos campos, na Geografia, na Antropologia, nas Artes entre outras. O conceito é fundamental para o entendimento do geoparque e sua relevância de implantação. Neste capítulo, será contextualizado o significado da paisagem a partir da dissolução da dicotomia entre natureza e cultura. Na sequência será descrita a paisagem da área de estudo e também o processo de candidatura desde sua origem. Serão apresentados os projetos em andamento e os mecanismos de divulgação usados pelo Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Será apresentado a seguir os resultados alcançados.

3.1. Entendendo o Conceito de Paisagem

A revisão do conceito de paisagem é fundamental para o entendimento do sentido que é dado à área de estudo e à própria idealização do geoparque onde a concepção do espaço se caracteriza pela relação ativa e dinâmica com o ambiente (MASSEY, 2008). Para a autora, esse ponto de vista se contrapõe à visão ocidental do mundo de uma “narrativa única” e propõe a compreensão de um espaço aberto e heterogêneo, produto das inter-relações, com multiplicidade de existências e em constante construção. Para vários autores o conceito de paisagem tem sua origem na cultura europeia-ocidental, remetendo ao Renascimento Europeu e associada ao momento de ruptura entre cultura e natureza no período do “naturalismo moderno”, que era entendido como algo estático de concepção contemplativa, como um retrato do meio sem o sujeito (MARIA, 2016). É desse período o termo francês *paysage*, que no século XV e XVI, representa um recorte geográfico, uma área com ocupação humana, atrelada ao modo de produção feudal, no qual cada feudo era considerado um pequeno país (*pays*).

Porém, Maria (2010) explica que outros autores como Berque (1994, 2008), Donadieu et Périgord (2007) apontam que a noção de paisagem tem sua origem na China do século IV, com o primeiro tratado sobre a paisagem: “Introdução à pintura de paisagem”, escrito por Zong Bing (375-443) e define a paisagem como “forma material que tenderia para o espírito”. “A paisagem estaria ligada à filosofia do Tao, sua pintura seria como uma expressão de *shanshui* (as montanhas e as águas) relacionado a ideia de *fengshui* (a água e o vento), termos que se desenvolveram neste período” (MARIA, 2010, p. 24).

Na visão ocidental de paisagem, diversas áreas começam a definir o conceito, como as artes, a arquitetura, antropologia, a ecologia. No século XIX, a ideia de paisagem é incorporada

a geografia idealizado como “um conjunto de formas que expressam certa homogeneidade, uma fisionomia característica” (VINCENS, et al. 2019). Alexander von Humboldt (naturalista alemão, 1769-1859) formula a primeira teoria sobre as paisagens ou espaço natural (*Landschaft* em alemão), partindo de uma visão integral e holística da natureza. Para os autores, a concepção humboldtiana nasce a partir da integração de todos os elementos do meio geobiofísico, ideia da forma e da morfologia na interpretação da natureza. A partir do século XIX a definição do conceito de paisagem se desdobra em diversas perspectivas onde se destacam autores como la Blache, Sauer e Sotchava.

O geógrafo francês Paul Vidal la Blache, destaca uma visão integrada na análise do conceito de paisagem (*paysage*), considerando a correlação entre os aspectos naturais, espaciais e humanos sobre o território. A paisagem geográfica traz uma abordagem histórica, onde a atividade humana possui uma capacidade de transformação da região em que está presente. É essa perspectiva que dá origem ao conceito de paisagem, formulado no século XIX, no qual se define como uma dimensão tangível de um determinado Espaço Geográfico que engloba o natural e o cultural de forma entrelaçada (SAUER, 1998, dentre muitos outros). Sauer (1925) introduz o conceito de paisagem cultural retomando a concepção de Humboldt e incluindo o homem com modelador cultural sobre a paisagem natural ao longo do tempo. Observa-se uma conotação empírica no qual são analisados os processos naturais e as relações socioespaciais e considerados também a observação do pesquisador. A paisagem passa a ser vista como algo dinâmico.

A partir da ideia de interação entre as características da paisagem foi desenvolvida a teoria do Geossistema (Sotchava, 1960). A análise estrutural, hierarquizada e sistêmica da paisagem se constitui por meio da superposição e interação das diversas “camadas” que compõem o sistema geobiofísico, a partir da atuação dos processos naturais e o sistema socioeconômico, como ação transformadora da atividade antrópica, estando em constante movimento. Esta teoria se desenvolve ao que hoje conhecemos como ecossistema. Neste contexto, Rangel (2008) identifica a paisagem geográfica, apoiado nos argumentos de Sauer (1925), como:

Sauer (1925) argumenta que a paisagem geográfica é formada pelo conjunto de formas naturais e culturais associadas a uma dada área e analisada morfológicamente, a integração das formas entre si e o caráter orgânico delas. Portanto, a paisagem cultural ou geográfica é uma resultante da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Sauer também considera que a "paisagem possui uma identidade, sustentada por uma constituição

reconhecível, limites e uma relação com outras paisagens, para construir um sistema geral". (RANGEL, 2008, p. 82)

Verdum (2008), define duas paisagens, a paisagem natural, ou original, que é uma área representada por um conjunto de fatos morfológicos anterior a introdução de atividade humana, e a paisagem cultural é concebida a partir da paisagem natural que fornece os materiais para a sua formação a partir da atuação do homem. É o uso que se faz de uma área que concentra o significado mais profundo da paisagem.

A noção de paisagem europeia se difere da origem chinesa. “Na China o desenvolvimento de um pensamento sobre paisagem não tem origem em uma ruptura entre o homem e o meio” (MARIA, 2010, p. 29). Na Europa, a origem está associada ao distanciamento e à separação da natureza, base da modernidade ocidental e fundamental para existência de seu desenvolvimento científico. Maria (2016), se ampara no pensamento oriental da paisagem e propõe uma outra concepção, a partir da ideia de participação e co-construção, uma perspectiva de união entre cultura e natureza que abrange não só a visão, mas também os sentidos. A autora enfatiza o papel trans-formador onde a transformação de uma paisagem afeta os seres que nela integram. Ela a define como parte de um trajeto em constante movimento, caracterizado pela interação entre o físico, o material, o imaterial, os seres e seus valores humanos. Essa perspectiva dialoga com a leitura da paisagem de Verdum (2016) que leva em consideração duas perspectivas, a paisagem como algo concreto e a paisagem como um fenômeno, pensado a partir das representações sociais.

A primeira perspectiva, a paisagem como algo concreto, é “entendida como o resultado das marcas que a(s) sociedade(s) humana(s) imprime(m) na superfície terrestre ao longo do tempo” (VERDUM, 2016, p. 132). Verdum destaca o tempo e a materialidade como importantes variáveis que modificam constantemente a constituição da paisagem. Considera-se sempre um determinado momento no qual é estudada uma paisagem específica, como uma expressão das heranças da ação dos seres humanos sobre a natureza até aquele período, “um resultado histórico acumulado, mas levando em consideração sua dinâmica constante e suas infinitas possibilidades de transformação” (2016, p. 133). A materialidade aparece enquanto adição, resultado, síntese, totalidade, composição e acumulação, como importante fator para determinação dos elementos que compõem a paisagem: “vegetação, fauna, solos, relevo e litologia, assim como a ocupação e o uso da terra, nas suas inter-relações” (2016, p. 133).

Mas é a segunda abordagem de Verdum (2016), a paisagem como um fenômeno, que mais se relaciona com a ideia de transformação e co-construção de Maria (2016):

Cada pessoa, de acordo com a sua trajetória, consciência e experiência, vê as paisagens de forma diferente e única, sendo que nela se insere de determinada forma. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e seus olhares. Por sua vez, esses olhares e ações são concebidos a partir de uma matriz cultural que é do coletivo de uma determinada sociedade humana. O aspecto fenomenológico da paisagem reside, então, nos diferentes – e infinitos – modos do sujeito olhar, interpretar e transformar o espaço geográfico. Dito de outra forma se compreende que essa leitura da paisagem é uma construção contínua social e ao mesmo tempo particular, onde se sobrepõem a identidade, os conhecimentos, a memória e os sentimentos de cada pessoa, associados ao processo cultural que remete à organização coletiva em que estamos inseridos, com toda sua carga simbólica. (VERDUM, 2016, p. 133)

A construção visual da paisagem como imagem se relaciona com a imaginação e conseqüentemente com a representação social, e sua interpretação pressupõe a compreensão de uma determinada matriz cultural. A paisagem pode ser expressa em narrativas, na música, na fotografia, na pintura, no cinema e diversas outras formas. A sociedade humana tem, portanto, um papel fundamental na formação da paisagem e a sua presença ao longo do tempo imprime marcas na superfície terrestre. Os autores identificam que os processos produtivos e a vida das pessoas transformam a natureza, mostrando a história da população de um determinado lugar, cada qual com sua especificidade formando a paisagem de forma diferente e única.

A paisagem, como sentido de representação da natureza, se apresenta em duas perspectivas, uma subjetiva e outra de criação humanas em relação a um ambiente pré-existente ao homem, mas do qual ele é parte (MARIA, 2010). A autora explica que é por essa razão que o sentimento de paisagem oscila entre o externo e o interno, entre o subjetivo e o objetivo. Essa perspectiva vai de encontro com a definição de Tuan (1974), que define a paisagem como um arranjo de aspectos naturais e humanos.

Ao transportar o entendimento de paisagem para o conceito de Paisagem Cultural, uma das chancelas da UNESCO e do IPHAN é importante ressaltar o valor que passa a ser atribuído a esse “rótulo”. O IPHAN define Paisagem Cultural como: “Porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2009)”. Como principal característica a paisagem cultural consiste na:

Ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma

identidade que não possa ser conferida por qual quer um desses elementos isoladamente (IPHAN, 2009).

Como foi visto no capítulo anterior, a conquista desse título aumenta a relevância de um determinado sítio. Esses locais passam a receber mais turistas e conseqüentemente atraem o interesse da iniciativa privada, como especulação imobiliária, hotéis e serviços turísticos.

O valor que passa a ser atribuído à paisagem pode ser entendido como algo processual, que se estrutura com o passar do tempo. Appadurai (2008) discute em seu texto “A vida social das coisas” que as mercadorias têm uma “vida social”, elas entram e saem do estado de mercadoria ao longo de sua trajetória, de forma “lenta ou rápida, reversíveis ou termináveis” (APPADURAI, 2008, p. 27). Esse movimento se manifesta de acordo com a demanda que existe ou é criada. Para o autor, as mercadorias são a representação social do modo de produção capitalista e é nas sociedades que vivem esse modelo econômico que elas têm um papel fundamental. A paisagem se transforma em mercadoria com patrimonialização e o turismo se apresenta como seu produto. Mas para os moradores locais, a paisagem pode ter outro significado. Woortmann (1990), ao falar sobre povos tradicionais, explica que a terra não é vista como a natureza sobre a qual o trabalho é projetado por um determinado grupo doméstico. A natureza, ou a paisagem, é o patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. A terra não é definida como coisa ou mercadoria, mas como patrimônio, ou como dádiva de Deus. A paisagem pode ser entendida como parte de sua existência e é o olhar externo que muda essa percepção. O turista traz novos elementos para o entendimento da paisagem transformando o seu significado.

Cruz (2012) também problematiza contrariedade dos mecanismos sociais de proteção, onde os interesses econômicos tendem a se sobrepor aos interesses culturais. Usando a expressão, “bens materiais patrimonializados”, a autora associa a escolha de uma dada herança cultural à transformação em objetos de consumo turístico, que pode ser medido pelo pagamento de taxas, ingressos, vendas de souvenir e produtos relacionados. Ao mesmo tempo, que essa comercialização acaba por se desdobrar em fonte renda para a sua manutenção, em muitos casos a especulação imobiliária da região tende a expulsar a população local, diretamente vinculada à história e que esse patrimônio representa.

Nas áreas com a presença de comunidades rurais e/ou tradicionais o turismo leva a uma sobreposição de diferentes modos de vida. Essas comunidades possuem identidade sociocultural associada aos aspectos do espaço, no qual o território tende a ser de dominância

simbólica (SOUZA, 2000) e ao mesmo tempo que se apropriam também produzem a natureza (CAMARA, 2018). O desenvolvimento do turismo pode se desdobrar de forma contraditória, podendo por um lado gerar desenvolvimento e fonte de renda para alguns e por outro degradando o ambiente, associado muitas vezes a um descuido com a população diretamente vinculada ao local (CRUZ, 2012). A autora também ressalta que o turismo realça uma a valorização da imagem que muitas vezes se volta a atender a demanda turística:

O uso turístico das paisagens em geral e dos elementos patrimonializados de uma dada paisagem, especificamente, é norteado pelo “visual”, enquanto a visualidade (registro de um dado físico e referencial) e a visibilidade (propriamente semiótica) são oprimidas pela experiência turística, fugaz, transitória e não raras vezes alienante (CRUZ, 2012, Apud. FERRARA, 2002, Pg. 102).

Pensar o turismo a partir da perspectiva das comunidades que habitam esses locais, é entender o significado que a natureza possui da vida das pessoas. Bouvet (2012) a partir de uma perspectiva interdisciplinar explica que desenvolver uma relação sensível e inteligente com a Terra faz com que o mundo exterior seja explorado em conjunto ao mundo das ideias. Ao construir relações harmoniosas uns com os outros é possível conceber um novo território no qual o pertencimento comum é a base para o entendimento da paisagem que visitamos.

3.2. A Paisagem da Área de Estudo

Partido do entendimento do conceito de paisagem visto acima, a ação do ser humano e a organização da sociedade é impressa no meio físico ao longo do tempo como um rastro de memória das sucessivas transformações. É nesse contexto que a caracterização da paisagem da área de estudo será apresentada a seguir. A região é marcada pela presença da Serra Geral, que possui diferentes significados dependendo do olhar do sujeito: impressiona os turistas pela grandiosidade do relevo, mas ao mesmo tempo desempenha um papel de obstáculo para os povos nativos e os colonizadores que tiveram de superar a barreira física no seu dia a dia para estabelecer a relação do planalto com a planície.

A Serra Geral é um gigantesco “paredão” rochoso de aproximadamente 250 km de extensão que contorna o litoral entre do estado do Rio Grande do Sul até Santa Catarina e é recortado por um conjunto de cânions com escarpas de até 900 m de altura. Os rios escavam o platô vulcânico criando uma barreira física entre a planície litorânea e o planalto (SCHOBENHAUS, SILVA, 2012). A região do planalto, denominada Campos de Cima da

Serra, possui um relevo suave caracterizado por coxilhas e vales rasos. À medida que os rios se aproximam das encostas íngremes, formam-se vales mais profundos e degraus no relevo dando origem a sucessivas quedas-d'água e os paredões que formam as bordas dos cânions. A transição abrupta do planalto para a planície sul-catarinense é marcada pelos imensos abismos e pela presença de formações como peraus e grotas.

As escarpas íngremes com desnivelamento de 900 a 1.300 m de altitude, localizadas há 50 km do litoral, tem sua origem na fragmentação do Supercontinente Gondwana e na formação do Atlântico Sul durante no Cretáceo (CPRM, 2012). A formação geológica do relevo ocorreu a partir de uma sequência de depósitos estratigráficos com acúmulos de sedimentos que comprovam a presença de corpos d'água, desertos e eventos magmáticos que cobriram as camadas de rochas sedimentares com uma expressiva camada de rochas vulcânicas.

Figura 2: Cânion de cima do Parque Aparados da Serra. CAMARA, Annika. 2015.



Em primeiro plano observa-se as escarpas íngremes dos cânions, cobertos pela vegetação de araucárias. Em segundo plano se destaca o relevo plano característico do planalto.

Figura 3: Cânion no Parque Aparados da Serra. CAMARA, Annika. 2015.



Em primeiro plano observa-se um dos rios que cortam os cânions, com floresta atlântica em suas margens. Em segundo plano, ao fundo se destaca a Serra Geral.

A erosão fluvial que esculpe a sucessão de cânions ao longo da borda do planalto, é acentuada pela intensa precipitação causada pelo clima úmido e a ocorrência de chuvas orográficas, devido a diferença de altitude. Essa diversidade geológica e geomorfológica possibilitou a formação de uma extensa planície com presença de quedas d'águas, e uma vegetação bastante diversificada. No topo da escarpa há presença de estepe e floresta ombrófila mista (mata de araucária), ao longo da escarpa encontramos a mata nebulosa, formação vegetal com grande número de espécies endêmicas desta região, e na planície há alguns remanescentes de floresta ombrófila densa aluvial, ombrófila densa de terras baixas e áreas de formações pioneiras (IBGE, 2012).

O clima no alto da serra é frio quando comparado com o clima na planície. No inverno há ocorrência de geadas e o solo, formado pela oxidação da rocha de basalto é relativamente raso e ácido para a agricultura. Esse é um dos motivos que motivaram o a instalação de estâncias serranas, seguindo os modelos pecuários dos campos de Viamão (próximo de Porto Alegre). À leste, as escarpas íngremes formam vales, cavados por rios onde se destacam o Araranguá e Mampituba que desaguam no litoral. As margens dos rios e os vales se caracterizam por um

solo fértil que possibilitou o desenvolvimento da agricultura e a instalação de assentamentos humanos. Os povos indígenas denominavam o local ita-imbé que em tupi-guarani significa pedra afiada (LUMMERTZ, 2014). De sul a norte dos Aparados da Serra, se destacam os vales Josafá, Faxinalzinho, São Gorgonha, Rio do Boi, Rio Malacara e Rio Índio Coroados até mais ao norte, Tio Leão e Tigre Preto, todos são afluentes do Rio Mampituba. Consequentemente, ocupação humana desenvolveu-se economicamente e culturalmente de formas distintas. Nos campos de cima da serra ligada a pecuária e nos vales das encostas e na planície, devido ao solo fértil e a abundância de água a cultura se desenvolveu ligada à agricultura.

A valorização das formas geográficas na região dos cânions é um processo relativamente recente. Palco de diferentes dinâmicas econômicas e fluxos populacionais, o relevo acidentado teve sempre um papel de destaque ao longo da história da ocupação humana com diferentes significados. Segundo Ruschel (1995, p. 3) “o paredão funcionou historicamente como obstáculo entre o litoral e o planalto, mas não impediu que cedo fosse transposto nos menores pontos de resistência.” Os vales dos principais rios Araranguá, Mampituba, Três Forquilhas e Maquiné, funcionaram como eixos de encaixe formando os respectivos acessos da Rocinha, Praia Grande, Pinto e Umbu abertos no sec. XVIII, mas que para o autor, provavelmente já eram utilizados pelos indígenas.

O povoamento do litoral iniciou por volta de 3.000 AC por grupos pescadores, coletores e pré-ceramistas substituídos cerca de 1.000 AC por ceramistas e agricultores (SANTOS, 1987). O planalto era povoado pelos Charruas e Minuanos (RAMBO, 1954), grupos Guarani que se assentaram às margens do Rio Uruguai estendendo-se até as planícies do litoral atlântico Sul. A estrutura social dos grupos do planalto se apoiava em hábitos pescador-caçador-coletor que sofreram uma grande transformação com a chegada dos colonizadores europeus. O cavalo e o gado, primeiros animais introduzidos na América do Sul (a partir de 1516 com a expedição de Solís), se reproduziram com facilidade no relevo plano e extenso. Rambo (1954) relata abaixo a transformação cultural que ocorre com os povos que viviam no planalto, o que contribui para a construção do imaginário social acerca dos povos do Sul do Brasil:

Inteiramente afeitos à vida nestas imensas planuras, tornaram-se em menos de um século, os mais hábeis cavaleiros e os mais temíveis adversários das missões; destruídos, como nação, no entrechoque de Castela e Portugal, passaram a constituir o cerne racial dos gaúchos, protótipo do homem, cuja mentalidade é forjada pela estepe sem limites (RAMBO, 1954 p. 24)

A chegada dos colonizadores interrompeu o fluxo de povoamento Tupi-Guarani do litoral, região intensamente explorada pelos vicentistas e pelos espanhóis. Com a fundação de São Vicente, inicia-se uma busca por mão de obra no litoral Sul que era suprida pela escravização dos indígenas. O obstáculo natural do relevo impossibilitou a expansão dos colonizadores europeus nesse primeiro período para o planalto, mas permitiu por outro lado o refúgio das populações indígenas, que estavam sendo dizimadas pelos colonizadores. Santos (1987) relata que os grupos Xokleng e os Kaingang permaneceram assim nas encostas e no planalto praticando caça e coleta e tendo o pinhão como base alimentar. O pinhão era considerado uma dádiva e segundo o autor motivo das disputas pelo território, farto de araucárias.

Com o objetivo de fortalecer o povoamento do litoral e em virtude do avanço espanhol, foram fundadas em 1658 a Vila de São Francisco, em 1678 Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) em 1680 Colônia de Sacramento e em 1696 Santo Antônio dos Anjos (atual Laguna). Laguna passou a ter uma função estratégica, funcionando como base das operações portuguesas que tinham o objetivo de ocupar o Rio Grande do Sul (RUSCHEL, 1995). Ruschel (1995) relata que os exploradores lagunistas capturavam o gado selvagem do sul e exportavam as carnes salgadas e o couro para o norte do país. Com o passar do tempo, esses lagunistas acabaram criando estâncias nos campos de Tramandaí e Viamão. É nesse período que o eixo econômico no Brasil começa a mudar a direção, transferindo a rota comercial litorânea para Minas Gerais, devido à descoberta do ouro. Os paulistas começam a chegar na década de 1730 e iniciam em 1728 a abertura da estrada dos Conventos que subia a Serra do Vale do Rio Araranguá. A estrada iniciava no Morro dos Conventos, na foz do rio Araranguá, subindo a Serra da Pedra (no atual município de Jacinto Machado) seguindo por Vacaria, Lages até Curitiba.

Hobold (1994) relata a construção da estrada Conventos-Curitiba é outro fator importante na formação social e espacial da região. A partir da abertura dessa estrada são criados caminhos alternativos¹ por onde transitavam as tropas de gado. Ao longo desses caminhos se formaram as primeiras póvoas ou praças, locais de descanso com algumas casas e estabelecimentos comerciais (MARCELINO, 2003). O gado que vivia solto em manadas nas

¹ Volta Grande (atual Jacinto Machado), recebeu esta denominação devido a grande volta que se dava de Araranguá para atingir esta “póvoa”, decorrente das grandes áreas alagadiças existentes na planície. Sua colonização foi inicialmente estabelecida por posseiros luso-brasileiros que adquiriram terras devolutas oriundas, em sua maioria, de Araranguá e Laguna (Fontanella, 1992).

terras do Rio Grande passa a ter enorme valor. Até então era embarcado em Laguna, mas passa a seguir pelo planalto, através do Caminho de Viamão, seguindo pelo Rio Araranguá, passando por Conventos, Lages, Curitiba até a feira de Sorocaba. Segundo Hobold (1994):

O abastecimento dessas áreas (Minas Gerais) provinha, em geral, da faixa litorânea, por onde também se escoava a produção de Minas. O relevo acidentado entre o litoral e as “Minas Gerais”, (...) não permitia o uso de carroças ou de carros de bois. A solução única, vantajosa, seria a utilização de animais de carga, os mesmos, porém, muito escassos nas áreas de mineração, mas encontrados em abundância nos campos rio grandenses, o que, por sua vez, abriria chances de um intercâmbio comercial. (HOBOLD, 1994, p.36)

Essa nova rota estimula o povoamento do planalto e desenvolve o consumo e o cultivo da erva mate que foi introduzida pelos povos Guarani. Com o desenvolvimento do planalto, o litoral se transforma em uma área comercial periférica devido a barreira do relevo. Devido a ameaça dos espanhóis conquistarem Sacramento, a coroa toma providências para intensificar o povoamento do litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul criando condições para o estabelecimento de açorianos entre São Francisco do Sul e Laguna que começam a migrar a partir de 1748 (MARCELINO, 2003).

A colonização dos municípios aos pés da Serra Geral foi inicialmente estabelecida por posseiros luso-brasileiros oriundos de Laguna e Araranguá (FONTANELLA, 1992). A economia e a organização social eram precárias. Praticava-se agricultura de pequenas propriedades, com técnicas rudimentares e produzia-se, principalmente mandioca, cana-de-açúcar, milho, algodão entre outras culturas em menor escala (LAGO, 1968). A chegada da Família Real ao Brasil motivou a criação de medidas para vinda de imigrantes estrangeiros para mão de obra influenciada por políticas eugenistas da época. Em 1828 chegaram os primeiros colonos europeus ao Sul do Brasil, inicialmente imigrantes alemães destinados ao núcleo de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina e São Leopoldo no Rio Grande do Sul, seguiram-se imigrantes italianos que formaram as colônias de Tubarão, Azambuja, Urussanga, Criciúma e Turvo (PIAZZA, 1982). A região dos cânions passa ter uma ocupação mais expressiva a partir dos descendentes provenientes dessas primeiras colônias.

A encosta, que antes separava, passa a ter a função de integração da produção da planície com o planalto (BRIGHTWELL, 2006). A autora relata que no final do século XIX os fazendeiros do planalto serrano “enviavam seus escravos para abrirem roças de milho, feijão e cana de açúcar nas férteis planícies e várzeas do Rio Mampituba, denominando o lugar de Roça da Estância” (BRIGHTWELL, 2006, pg. 57). Seus descendentes permaneceram na região

formando ocupações populacionais como a comunidade de São Roque, quilombo em Praia Grande. Os fazendeiros do planalto dependiam da produção das planícies (CABRAL, 1970) e Brightwell (2006) complementa que foi essa dinâmica que favoreceu o uso dos cânions como corredor de tropas na segunda metade do século XX, atraindo para a região comerciantes e agricultores que formaram povoados. A economia era baseada na produção e troca de gêneros de subsistência produzidos nas encostas e a pecuária desenvolvida do planalto. “A partir daí, fortaleceu-se um intenso comércio realizado por tropeiros através de muares, que desciam a serra trazendo pinhão, charque, queijo, gado e varas de porcos e subiam levando do litoral açúcar, cachaça, farinha de mandioca e produtos agrícolas” (BRIGHTWELL, 2002).

É partir da década de 1940 que o lado gaúcho inicia uma intensa exploração madeireira e o Rio Grande do Sul começa a se destacar como polo exportador de madeira nativa, especialmente araucária, estimulando a agricultura nas encostas que abasteciam os núcleos populacionais que se desenvolveram em torno das serrarias (BRIGHTWELL, 2002). A exploração intensa da floresta desperta a atenção à questão ambiental que tem como um de seus primeiros contribuintes o Padre Balduino Rambo que em seus estudos de botânica visita a região a partir de 1951 e relata a preocupação com o desmatamento da mata nativa.

A redução significativa da mata nativa e conseqüentemente a falta de “matéria prima” fez com que os proprietários das serrarias vendessem as terras para os antigos donos que passaram a se dedicar à pecuária (BRIGHTWELL, 2002). O desmatamento da floresta de araucárias chama atenção dos movimentos ecológicos e iniciam-se discussões em torno da preservação da vegetação. A beleza cênica da região também começa a chamar a atenção, pois, como visto no capítulo anterior, o Brasil vivia um momento de construção de uma nova identidade nacional e o ideal de natureza intocada e as magníficas paisagens naturais faziam parte da formação desse imaginário. Iniciavam-se os movimentos para criação de um parque nacional e em 1959 foi criado no território gaúcho o Parque Nacional de Aparados da Serra, com área de 13.000 há. A partir de 1972, após uma revisão da Política Brasileira de Parques Nacionais, houve uma reformulação dos limites do parque, que passa a incluir área de Santa Catarina, especificamente do município de Praia Grande.

Esse novo limite impactou diretamente na vida das famílias que viviam no limite do parque e na zona de amortecimento. As atividades econômicas dessas comunidades que se baseavam no cultivo de bananais, a abertura de roças para cultivo de feijão e milho, a extração de madeira para serrarias e lenha para secagem de fumo e a caça (BRIGHTWELL, 2006),

passam a ser consideradas indesejáveis e uma ameaça, sofrendo pressão dos órgãos ambientais. Os conflitos em relação a questão fundiária têm início nesse período e se estendem até os dias de hoje. Segundo a autora, além das questões com o parque, outros fatores começam a influenciar a dinâmica que existia até então:

Paralelo ao processo de fortalecimento do parque enquanto espaço público de preservação, dinâmicas produtivas “vizinhas” impunham suas lógicas espaciais. O velho sonho da construção de uma estrada que ligasse Praia Grande à Cambará do Sul, alimentado pelo vínculo do poder político local com o comércio entre o planalto e a zona litorânea catarinense, agora era reforçado pela promessa da exploração turística do canyon Itaimbezinho, pela indústria de fabricação de celulose e em menor grau pelo escoamento dos produtos agrícolas. (BRIGHTWELL, 2006, p. 64)

A estrada foi concluída no início dos anos 1980 e foi um importante fator na integração entre o planalto e a planície. Por um lado, facilitou o escoamento da produção de uma grande indústria de celulose que se instalou em Cambará do Sul e permitiu também o abastecimento da fábrica e da população do planalto que dependia da produção agrícola das encostas e da planície. A estrada também impulsionou o turismo que passa a fazer parte dos projetos políticos e começa a chamar a atenção da iniciativa privada. Os líderes políticos locais, principalmente do Rio Grande do Sul, fecham parcerias com a EMBRATUR e secretarias de turismo, com o objetivo de desenvolver a região para o turismo internacional, chegando a ser comparado com as Cataratas do Iguaçu na época (BRIGHTWELL, 2006). No lado catarinense, destacam-se iniciativas para o desenvolvimento da rizicultura das áreas alagadas da planície que incluía o município de Praia Grande. Além disso houve um projeto de implantação de desenvolvimento hortigranjeiro, abrangendo os municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e Santa Rosa do Sul (BRIGHTWELL, 2006). A autora também relata que a produção de fumo impulsionou o extrativismo florestal. As árvores nativas eram usadas como lenha para a secagem das folhas de tabaco.

Esse contexto de conflitos fundiários com a população local se soma à consolidação das indústrias de celulose do planalto, desmatamento para a produção de fumo além do crescimento do interesse turístico na região. Brightwell (2006) descreve diversas iniciativas em pró do desenvolvimento e modernização da natureza. Os projetos de infra-estrutura turística de cunho político tinham o discurso mercantilista para qual a paisagem seria a fonte de renovação espiritual para a massa urbana (p. 68). Uma ampla rede de interesses que incluía líderes políticos de SC e RS, empresários e organizações não governamentais fundam associações e criam propostas de novas estradas, asfaltamento de vias até a instalação de um teleférico. Essa

conjuntura leva ao envolvimento de grupos ambientalista do Rio Grande do Sul que viviam um momento de ascensão nos anos 1980 que denunciaram os problemas que o parque enfrentava. O Ministério Público moveu uma série de ações para a proteção dos ecossistemas locais que culminaram no aumento da extensão da proteção da serra com a criação do Parque Nacional da Serra Geral (PNSG) em 1992, ampliando a área de proteção em mais 17.300ha e o reconhecimento, em 1993, da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados como Reserva Biosfera pela UNESCO.

Hoje a área referente a proposta do GCCS engloba total ou parcialmente onze áreas protegidas: Parques Nacionais (Parnas), Parques Estaduais (PES), Áreas de Proteção Ambiental (APA), Refúgio da Vida Silvestre (Revis), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Reserva Biológica, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e uma Comunidade Tradicional. Essa configuração reforça relevância da bio- e geodiversidade local e fortalece o alicerce para a criação do GCCS.

3.3. A Proposta do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

O trabalho de reconhecimento e mapeamento dos sítios geológicos e paleontológicos no Brasil inicia com a publicação do estudo “Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil” em 2002 pela Comissão Brasileira Sítios Geológicos e Paleontológicos (SIGEP), com o apoio do Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) e da CPRM. A SIGEP, formada em 1997 devido ao compromisso assumido pelo Brasil na conferência Geral da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972. A SIGEP, que nasceu a partir do Grupo de Trabalho Nacional de Sítios Geológicos e Paleobiológicos criado em 1993, era ligada na época ao Departamento Nacional de Produção Mineral. A SIGEP é composta por 11 instituições, o IPHAN, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o IBAMA, CPRM, IBGE, Petrobrás, Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Brasileira para Estudos do Quaternário (ABEQUA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sociedade Brasileira de Espeleologia, Sociedade Brasileira de Geologia e a Sociedade Brasileira de Paleontologia, e nasceu com o objetivo de apoiar o gerenciamento de um banco de dados nacional de geossítios e disponibilizar em um portal da Internet artigos científicos bilíngues (site da SIGEP).

A SIGEP foi responsável, até 2015 (quando as atividades foram suspensas), por identificar, avaliar, descrever e publicar os sítios geológicos e paleobiológicos, tendo como

objetivo a conservação do patrimônio geológico brasileiro (WINGE et al., 2013). Entre os anos de 2002 e 2013 foram publicados 3 volumes do estudo intitulado “Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil” onde foram inventariados 116 geossítios no Brasil. Já no primeiro volume, foram mapeados os geossítios do Itaimbezinho e Fortaleza, RS e SC hoje parte do território do GCCB. A partir de 2006 a CPRM passa a ter um papel indutor importante na elaboração de propostas de divulgação de áreas com potencialidade para criação de geoparques. Paralelamente, instituições municipais, estaduais e federais e universidades também elaboraram propostas.

Em 2012 o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) publicou o trabalho “Geoparques do Brasil: propostas” (CPRM, 2012). Nesse primeiro volume foram publicadas 19 propostas de Geoparques no Brasil entre elas o “Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC)” onde é apresentado o primeiro estudo detalhado e mapeamento dos geossítios da região. A proposta desenvolvida por Godoy, Binotto e Wildner, seguiu as diretrizes da UNESCO e apontou 20 geossítios, definidos como rochas, minerais e fósseis considerados arquivos da história da Terra e da vida (CPRM, 2012). O estudo propôs a criação de um geoparque na região com objetivo de conservar a geodiversidade e o desenvolvimento socioambiental e apresenta uma descrição detalhada dos aspectos culturais, econômicos e ambientais (localização, caracterização do território, geologia e vegetação) além de elaborar diretrizes para desenvolvimento sustentável.

A proposta inicial da CPRM incluía 18 municípios, com população aproximada de 223.000 habitantes (Godoy et al., 2012). Segundo Godoy et al. (2012) a geologia da região do GCCS é testemunho do registro da separação dos continentes sul-americanos e africano, um dos maiores eventos tectônicos ocorrido no planeta. Para ser concedido o título de Geoparque Mundial da UNESCO é necessário que os geossítios tenham relevância internacional. Adicionalmente é indispensável a presença do patrimônio cultural (material e imaterial) e que haja um plano de desenvolvimento sustentável estruturado associado à educação ambiental.

Apesar do Projeto Geoparques do Brasil da CPRM, de 2012, ser considerado um importante indutor para a criação de Geoparques no Brasil, é desde 2006 que o país tem seu representante. O Geopark Araripe, localizado no Ceará foi uma iniciativa da Universidade Regional do Cariri (URCA) que teve apoio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITE/CE) do Governo do Estado do Ceará. Em Santa Catarina, o Dr. João Matos, médico, prefeito e liderança na comunidade de Praia Grande/SC, é considerado, segundo Sung (2019) o idealizador do GCCS. Junto com autoridades locais e regionais foi possível

desenvolver esse projeto que almejava o desenvolvimento sustentável da região. Foi através do engajamento da Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá, SC (antiga Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR e extinta atualmente) e da Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) que se implementou o processo de governança global (SUNG, et al. 2019) da região do GCCS. A autora explica que o modelo se baseia em um processo de governança local chamado GATS (Governança da Água e do Território na perspectiva da Sustentabilidade), visando o alcance do horizonte participativo com foco na sustentabilidade, base do projeto GCCS.

Geoparque pode ser interpretado como um selo de qualidade que é atribuído pela UNESCO para territórios que já funcionam como Geoparque. Isso significa, que antes de pleitearem a chancela já devem estar em funcionamento as atividades educativas e de comunicação para promoção do patrimônio geológico, assim como as políticas de geoconservação que apoiam o desenvolvimento socioeconômico e sustentável (SUNG, 2019). O GCCS se candidatou ao título pela UNESCO em 2020, mas devido a pandemia de COVID 19 teve a visita técnica de avaliação somente em novembro de 2021. A autora divide o longo percurso desde a idealização do projeto até a candidatura em 4 fases descritas abaixo:

Quadro 5: Fases do histórico do projeto GCCS.

Período	Municípios	Área	Habitantes
2007-2010	6	3158 km ²	28.573
2011-2014	18	5750 km ²	251.680
2015-2016	7	2830 km ²	73.867
a partir de 2017	7		

Adaptado de SUNG (2019)

Na primeira fase o projeto recebeu o nome de “Cânions do Brasil” e tem sua gênese em Santa Catarina a partir onde foram desenvolvidas articulações com o Conselho Regional de Desenvolvimento de Araranguá e o escritório da UNESCO em Porto Alegre. Sob liderança da SDR e da AMESC, foram desenvolvidos seminários sobre a proposta, além da elaboração de um documento de candidatura (SUNG, 2019).

A partir de 2011 o projeto passa a ser conduzido pela equipe técnica da SDR e da AMESC e a contar com o amparo dos estudos da CPRM que em 2012 lança o estudo Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Somam-se aos 6 originais mais 12: Passo de Torres, Balneário

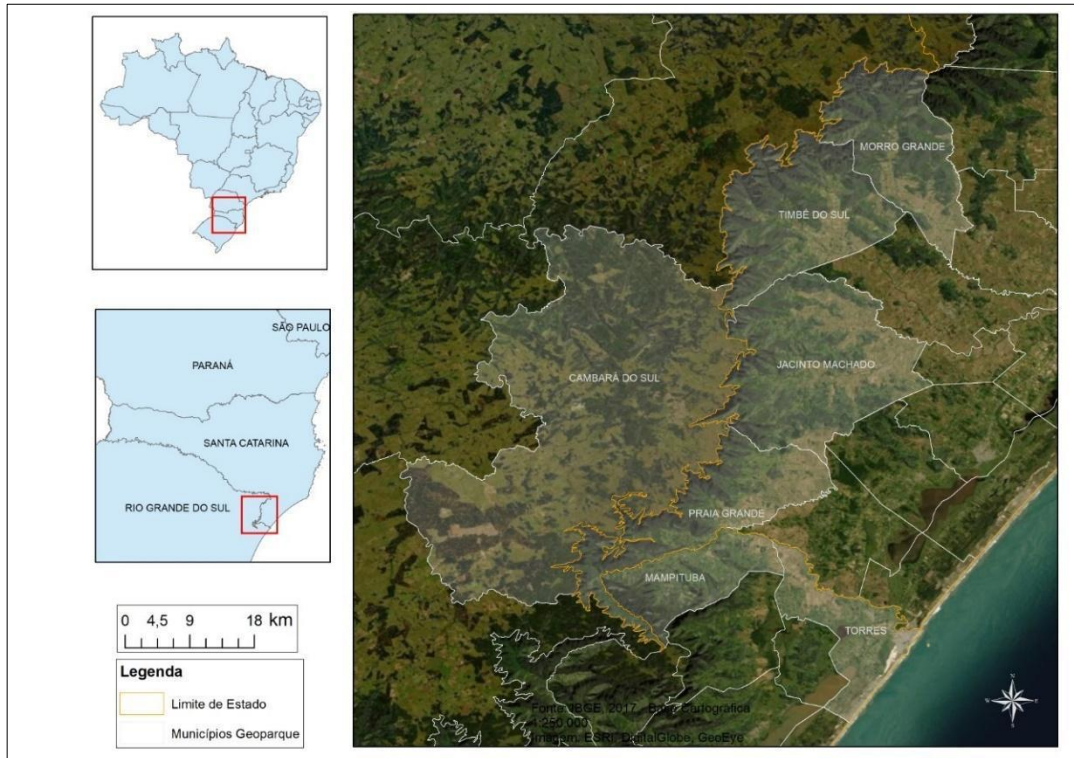
Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Araranguá, Maracajá, Ermo, Timbé do Sul, Jacinto Machado, Morro Grande, Sombrio, Turvo e Meleiro em SC, além de Torres no RS. O estudo da CPRM mapeia e descreve 20 geossítios que estão apresentados na tabela abaixo:

Quadro 6: Geossítios mapeados pela CPRM, 2012

Geossíteo	Município
1 FURNAS DE SOMBRIO	Município de Sombrio
2 MORRO TRÊS MARIAS	Turvo
3 MORRO PELADO	Turvo
4 FURNAS ÍNDIOS XOCLENG	Jacinto Machado
5 MORRO CARASAL	Timbé do Sul
6 MORRO DOS CONVENTOS	Araranguá
7 CÂNION DA PEDRA	Jacinto Machado
8 MORRO DA MOÇA	Jacinto Machado
9 DUNAS	Balneário Gaivota
10 PARQUE DA GUARITA	Torres
11 PEDRA BRANCA	Praia Grande
12 CÂNION FORTALEZA	Machado
13 CÂNION ITAIMBEZINHO	Município Cambará do Sul e Praia Grande
14 DESNÍVEL DOS RIOS	São José dos Ausentes
15 CÂNION MONTE NEGRO	São José dos Ausentes e Morro Grande
16 MIRANTE TIMBÉ DO SUL	Timbé do Sul
17 PEDRA DO SEGREDO	Machado
18 CÂNION MALACARA	Praia Grande
19 MIRANTE DA LAGOA DO SOMBRIO	Santa Rosa do Sul
20 ÁCIDAS DE CAMBARA	Cambará do Sul

Em 2014 houve uma reestruturação passando a abranger os municípios de Cambará do Sul, Torres e Mampituba (no Rio Grande do Sul), Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande (em Santa Catarina). Decidiu-se pela redução da área, recomendação do estudo técnico contratado na época, configuração que se mantém até hoje. O mapa abaixo apresenta a localização dos municípios:

Figura 4: Mapa de localização dos municípios que integram o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul



Elaborado por CAMARA, Annika (2021)

A partir de 2017 forma-se o Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul (LIMA & VARGAS, 2018) que passa a conduzir o projeto. Segundo o portal do Geoparque o consórcio atua desde 2017 como articulador e gestor deste projeto, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento sustentável do território integrando a comunidade local e instituições parceiras. Além do consórcio conta com o apoio do Comitê Científico e Educativo, instituído em 2018, que assegura o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

A condução do projeto se estruturou a partir da criação de Grupos de Trabalho (GT) que junto com a Equipe de Coordenação implementaram e conduziram ações locais. Foram definidos seis GT (SUNG, 2019): (1) Governamental, (2) Científico-Educativo, (3) Gerenciamento de Adversidades, (4) Professores da Educação Básica, (5) Iniciativa Privada do Trade de Turismo e (6) Entidades Sociais. O GT Governamental se transformou na atual Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Caminho dos Cânions do Sul (ETCICCS) e o GT Científico-Educativo tornou-se o Comitê Científico e Educativo (CEC) formado por especialista e pesquisadores da área.

Apesar do trabalho de todos os municípios envolvidos existiram alguns ruídos que levaram o estudo de 2018 ser contratado somente pelo estado de Santa Catarina. O Relatório do Inventário e Avaliação de Geossítios foi realizado pela empresa Geodiversidade Soluções Geológicas Ltda, pelos geólogos Flavia Fernanda de Lima e Jean Carlos Vargas. O estudo foi contratado pela Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte de Santa Catarina – SOL e relaciona 23 geossítios presentes somente nos municípios catarinenses de Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande. Abaixo a relação dos geossítios mapeados:

Quadro 7: geossítios mapeados pela Geodiversidade Soluções Geológicas Ltda

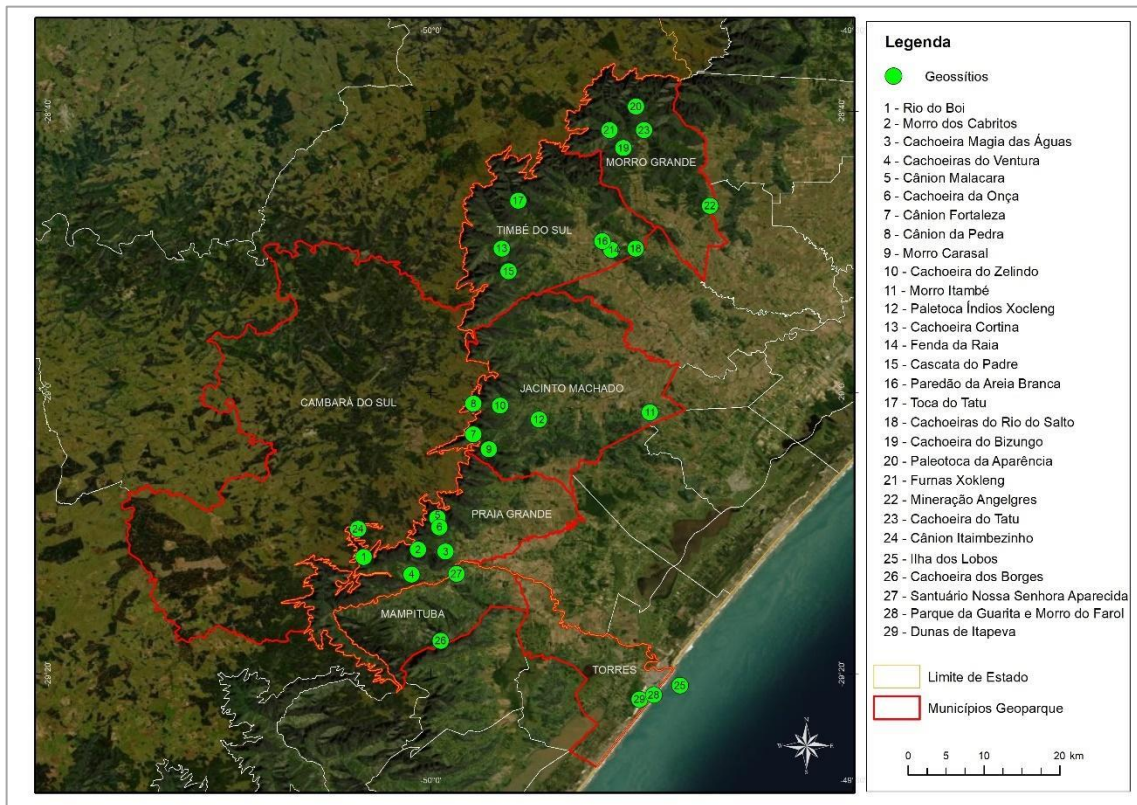
Geossíteo	Município
1 Cãnion Itaimbezinho	Praia Grande
2 Morro dos Cabritos	Praia Grande
3 Cachoeira Magia das Águas	Praia Grande
4 Cachoeira do Ventura	Praia Grande
5 Cãnions Malacara	Praia Grande
6 Cachoeira da Onça	Praia Grande
7 Cãnion da Fortaleza	Jacinto Machado
8 Cãnion da Pedra	Jacinto Machado
9 Morro Carasal	Jacinto Machado
10 Cachoeira do Zelindo	Jacinto Machado
11 Morro Itaimbé	Jacinto Machado
12 Paleotocas Índios Xokkleng	Jacinto Machado
13 Cachoeira da Cortina	Timbé do Sul
14 Fenda da Raia	Timbé do Sul
15 Cascata do Padre	Timbé do Sul
16 Paredão da Aria Branca	Timbé do Sul
17 Toca do Tatu	Timbé do Sul
18 Cachoeiras Rio do Salto	Timbé do Sul
19 Cachoeira do Bizungo	Morro Grande
20 Paleotocas da Aparência	Morro Grande
21 Furnas Xokkleng	Morro Grande
22 Minerações Amgelgres	Morro Grande
23 Cachoeira do Tatu	Morro Grande

Em 2015 foi assinado, pelos prefeitos dos municípios envolvidos, um protocolo de intenções para criação do Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cãnions do Sul. O processo avançou para oficialização do Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cãnions do Sul, como instituição gestora do projeto Geoparque Caminhos dos Cãnions do Sul. Em 2019 foi

submetido Consórcio o dossiê da candidatura ao Programa Geoparques Mundiais da UNESCO. O dossiê oficial de candidatura, denominado “Application Dossier for UNESCO Global Geoparks” é um relatório de 22 páginas que descreve o território a partir dos temas sobre patrimônio geológico e conservação que são subdivididos em (1) descrição geológica geral do Geoparque, (2) lista e descrição dos geossítios do Geoparque, (3) detalhes em relação ao foco de interesse dos sítios em relação a sua relevância internacional, nacional e local, (4) potenciais riscos relacionados a preservação e manutenção geológica e (5) a atual situação de proteção dos geossítios do Geoparque.

O dossiê inclui novos geossítios além dos que já haviam sido mapeados nos trabalhos anteriores, totalizando 30 pontos de interesse geológico apresentados no mapa abaixo:

Figura 5: Mapa de localização do geossítios apresentados ao dossiê de candidatura do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul à UNESCO.



Elaborado por CAMARA, Annika (2021)

Os geossítios como os cânions e cachoeiras da região, são historicamente pontos de grande interesse geológico desenvolvendo o turismo nos municípios como Praia Grande e Cambará do Sul desde a década de 50, como foi visto ao longo do trabalho. Porém, entre os

geossítios o relatório aponta também um promissor potencial turístico, as paleotocas da região. As paleotocas são abrigos ou túneis subterrâneos, escavados por mamíferos gigantes extintos. Presentes em diversas áreas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, representam um local de moradia relativamente permanente da megafauna pleistocênica de mamíferos da América do Sul, extintos na transição do Pleistoceno/Holoceno (BUCHMANN, et. al., 2003). Consideradas como excepcionais, devido ao seu grau de preservação e abundância quando comparado à outras localidades no Brasil, elas estão localizadas em regiões do Geoparque onde o turismo foi pouco explorado até hoje, culminando em pouca oferta de meios de hospedagem, o que será demonstrado no próximo capítulo.

Conforme discutido ao longo deste trabalho, a UNESCO destaca o encontro entre a conservação do ambiente natural e o desenvolvimento socioeconômico e cultural, como uma das premissas do Geoparque, dimensão que surge a partir da Convenção de 1972. Por essa razão os aspectos culturais de um geoparque se conectam com a geologia e a natureza demonstrando que a geodiversidade é a base de todos os ecossistemas e a base da interação entre o ser-humano e a paisagem. O geoparque destaca o potencial geoturístico como um instrumento de desenvolvimento sustentável possibilitando a criação de novos mercados como artesanato, gastronomia, hotelaria, rotas turísticas, guias e motoristas locais.

O turismo pode ser definido como uma “atividade de serviço classificado como mercadorias intangíveis ou imateriais” (D’ONOFRE, 2017, p 63). Essas atividades têm sua origem antes da idade moderna, porém é somente na segunda metade do século XX que os estudos desse fenômeno social começam se intensificar. Mas o autor explica que o turismo também se constitui como um dos universos que aciona relações sociais e culturais entre atores nos mais variados territórios. Para o autor, a hospitalidade se constitui como um dos principais fatores para a criação de um mercado turístico, como um “bem imaterial que envolve as materialidades presentes nas mercadorias e serviços de alimentação, recepção, hospedagem e entretenimento” (p. 10).

Considerando a importância dos aspectos culturais para a concepção do geoparque estes não constam no relatório enviado à UNESCO, analisado para este trabalho. Com o objetivo de contribuir com a redução desta lacuna o próximo capítulo será dedicado ao aprofundamento do conceito de hospitalidade como um dos traços da cultura e um aspecto relevante para a materialização do geoparque e seu “desempenho” com seus visitantes. A proteção do

patrimônio geológico se associa ao desenvolvimento econômico da região através do geoturismo e a hospitalidade é a condição para que essa relação funcione.

3.4. A Hospitalidade

A reconfiguração de um território com a introdução do turismo transforma a paisagem e os grupos sociais que neles vivem. São inúmeras as ofertas de infraestrutura que se tornam necessárias ou surgem respectivamente. Construção de aeroportos ou rodoviárias, crescimento do comércio local, construção civil, novos restaurantes e meios de hospedagem são apenas alguns exemplos da reorganização de infraestrutura que ocorre, muitas vezes marginalizando atividades econômicas que antes ocupavam um espaço central (CAÑADAS, 2017). Um território que até então vivia uma lógica camponesa/rural passa a incorporar a lógica do funcionamento global capitalista. Cañadas (2017) apresenta três impactos associados ao turismo: (1) os danos ao ecossistema, perda de recursos naturais e desarticulação do território; (2) novos impulsos migratórios como êxodo rural e atração de novos grupos seduzidos pela oferta de mão de obra e (3) subalternidade da população local nas novas atividades turísticas através da precarização de emprego e superexploração do trabalho.

Pensar em novas formas de desenvolver uma região turística reduzindo os impactos negativos é um dos fundamentos do geoparque, apoiado nos ideais do desenvolvimento sustentável e educação ambiental. A criação de novos meios de hospedagem, um dos serviços turísticos de apoio, é essencial para a consolidação e desenvolvimento de um destino turístico. O planejamento é fundamental para redução dos impactos negativos mencionados acima e o envolvimento da comunidade local traz novas possibilidades e um resgate da cultura e valorizando a mão de obra local. A hospitalidade é uma característica da cultura da população da região dos cânions e importante marco para o desenvolvimento dessa atividade em consonância com a região.

Os estudos sobre hospitalidade se desenvolvem a partir de duas escolas de pensamento, a francesa e a estado-unidense (LASHLEY, 2004). A francesa, se desenvolve, segundo o autor, ligado ao ato de dar, receber e retribuir, influenciada pelos trabalhos de Marcel Mauss sobre a reciprocidade. Para Mauss (2003) a origem do vínculo social emerge através do sistema de trocas de mercadorias e riquezas e traz a perspectiva de mutualidade entre a construção dos mundos pelas trocas, bem como as trocas mediando os mundos. D'Onofre (2017) caracteriza a

hospitalidade de acordo com a trindade de Lashley (2004) “alimentos, bebidas e hospedagem” e inclui o elemento “entretenimento” de Camargo (2003).

A inclusão do entretenimento enquanto um dos pilares da hospitalidade, possibilita uma diversificação dos papéis que cabem a quem é acolhido. Nesse contexto, as pessoas que recebem a hospitalidade podem assumir diferentes tipos de relação para com seu anfitrião. Ou seja, um visitante pode ser um hóspede quando está sob domínio de um anfitrião durante uma visitação ou (...) o hóspede pode ser quem se hospeda no meio de hospedagem, enquanto que o visitante será quem adquire um serviço de acompanhamento de visita guiada. (D’ONOFRE, 2017, p. 9)

Segundo Camargo (2003) a hospitalidade se estabelece a partir dos eixos sociais: (1) doméstico (privado), (2) público (social), (3) comercial e adiciona o (4) virtual. Ele define a hospitalidade “como o ato humano, exercido em contexto doméstico/privado, público ou profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat” (p. 12). Essa relação pode ocorrer tanto em espaços físicos mais também virtuais. “Tecnologias ligadas aos serviços de hospitalidade, promovem a formação de mundos turísticos através da organização de cultura material” (D’ONOFRE, 2017, p 12).

As diferenças de comportamento entre os homens e seus hábitos formam o paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. Diversos costumes e atitudes podem parecer estranhas ou curiosas quando observadas a partir de outros olhos, de uma outra cultura. O termo tem sua gênese na palavra germânica *Kultur*, que segundo Laraia (2001) simbolizava os aspectos espirituais de uma comunidade. Outro termo francês, *Civilization*, já se refere as realizações materiais. O termo inglês *Culture*, sintetiza os diversos sentidos como “conhecimento, crenças, arte, moral leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos” (p. 14). O conceito de cultura, da forma que entendemos hoje, começa a ser desenvolvido a partir da década de 60, mas já no século XIX alguns pensadores apresentavam análises sobre a igualdade da natureza humana e a complexidade da diversidade cultural. As explicações para essa complexidade tiveram diversas justificativas, em muitas colocando a cultura europeia no topo da escala evolutiva.

As teorias deterministas seguiam essa lógica, sempre propondo a superioridade da cultura europeia. O determinismo biológico, um dos mais antigos, foi desconstruído por especialistas e cientistas, após a Segunda Guerra Mundial, a partir da premissa de que características genéticas não determinam as diferenças culturais. Elas se explicam a partir da história cultural de cada grupo e começaram a serem divulgadas diversas pesquisas científicas evidenciando que todos os grupos étnicos possuem as mesmas aptidões mentais (LARAIA,

2001). O determinismo geográfico, teoria que se popularizou entre o final do século XIX e o início do século XX, condiciona as diferenças entre o ambiente físico à diversidade cultural. A latitude e o clima seriam fatores determinantes para a dinâmica do progresso no mundo, o que passa a ser invalidado a partir dos anos 20 com estudos que demonstravam os limites da influência geográfica sobre a condição cultural.

A importância da reconstrução histórica de um povo e a importância da comparação dos dados da vida social de diferentes povos, começa a ser defendida por Franz Boas (1858-1949) que desenvolve particularismo histórico (LARAIA, 2001). As explicações que se associam a discriminação racial e social passam a dar lugar ao entendimento de que o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. As inúmeras experiências e o conhecimento adquiridas pelos antecedentes das gerações anteriores refletem na formação do patrimônio cultural de um povo (KROEBER, 1949).

Para ampliação do conceito Kroeber (1949) propõe que a cultura determina o comportamento do homem, mais que a herança genética. São os padrões culturais que moldam as ações do homem, anulando parcialmente os seus instintos. É através da cultura que o homem é capaz de modificar seu ambiente ecológico, rompendo as barreiras ambientais e transformando assim seu hábitat. Portanto cada vez mais dependem do aprendizado e da socialização para definir seu comportamento e habilidades profissionais e artísticas. O autor explica que a cultura é um processo acumulativo que resulta das experiências históricas das gerações anteriores, transmitida de indivíduo para indivíduo, um processo ininterrupto.

A origem da cultura está ligada ao início do processo evolutivo dos primatas. Fatores como o bipedismo, o desenvolvimento das habilidades manuais e o conseqüentemente desenvolvimento da inteligência humana levaram o homem a convencionar regras sociais expressas através da concepção dos símbolos e posteriormente a linguagem. Geertz (1978) define a cultura com um sistema de símbolos e significados partilhados pelos membros dessa cultura. Laraia (2001) aponta diversas características que identificam indivíduos de uma mesma cultura, como por exemplo, modo de agir, vestir, caminhar, comer, as diferenças linguísticas e outras muitas. Como, por exemplo, o “ato de comer” que possui rituais diferentes em diversas sociedades. O sentar à mesa, a alimentação, a organização ou separação das pessoas por sexo ou idade na hora das refeições são apenas uma pequena amostra de como essa prática, tão essencial para o homem, se difere tanto.

A hospitalidade está inserida neste contexto simbólico, no qual, segundo Carvalho (2015) o modo de vida, as relações culturais, econômicas e domésticas formam uma teia de significados desenhados pela história e pela cultura civilizatória. Os aspectos da hospitalidade estão presentes na dinâmica social e o ambiente no qual se está inserido tem grande relevância nos elementos que a caracterizam. Os pilares da interação de viajantes e anfitriões podem ser definidos por ações que fazem parte dos eixos culturais da sociedade. Alimentar, entreter, recepcionar e hospedar são para D’Onofre (2017) o reflexo das relações sociais praticadas em um determinado ambiente. Conhecer as características de um lugar, seus recursos naturais, formações do solo, rochas e sua morfologia, a população que ali vive, sua história, a identidade dos grupos sociais e seus laços e ligações afetivas são aspectos que fundamentam essas relações e se associam à noção de formação do território.

A dinamicidade das construções simbólicas fornece contorno ao conceito de identidade cultural. Santos (2011) ressalta o sentido contraditório, múltiplo e mutável, de tal conceito assim como ocorre com o próprio conceito de cultura. Na perspectiva antropológica-social, o autor define identidade cultural como um sentimento de pertencimento, que nasce e se desenvolve em relação ao outro. “Só afirmamos quem somos, a que grupo pertencemos (nação, região, sexo), quando existe um não nós e um outro que não faz parte dos nossos” (p. 145). Sendo assim, a dinâmica relacional define a identidade cultural, analisada através de um processo que para Santos se manifesta e se afirmar em momentos de crise, instabilidade e insegurança. Para o autor, a globalização e os processos de homogeneização têm levado as crises de identidade regionais, religiosas, étnicas e muitas outras que vivemos hoje.

Em um ambiente rural, como no caso da área de estudo, o contexto simbólico remete a relação homem-natureza, pautado na sua ligação com a terra o que refletindo a identidade de uma população. Comunidades camponesas ou populações tradicionais não veem a terra como a natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico. Para Woortmann (1990) a terra é vista “como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (p. 12). A terra é entendida como continuação da família – expressão de uma moralidade onde há uma dimensão simbólica associada à natureza como fonte do trabalho e do seu meio de subsistência.

Ao lançarmos outros olhares sobre o rural, percebemos que a natureza passa a ter múltiplos sentidos, além da produção e consumo de mercadorias primárias ou secundárias, as

funcionalidades ecológicas, recreacionais e estéticas ganham espaço e representatividade. Como espaço de trocas e relação social, o rural permite o estreitamento de laços, favorecendo a sociabilidade e o estabelecimento de vínculos identitários fundamentado pela continuidade de tradições locais, saberes e fazeres característicos desse modo de vida (CARVALHO, 2015). Os serviços de hospitalidade oferecidos por essa população se diferem na sua relação de pertencimento à localidade e às culturas que se manifestam no rural. Carneiro (2012, p. 50) observa que a ruralidade, na condição de processo dinâmico de construção de identidades, envolve uma constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos, práticas, artefatos e técnicas. Falar sobre os processos relacionados à organização dos serviços de hospitalidade permite analisar e desvendar ruralidades ligadas ao universo turístico.

Camargo (2015) ressalta a importância de uma compreensão crítica do espaço rural em contraposição ao urbano. As gerações que migraram do campo para a cidade durante o processo de industrialização, trouxeram consigo a memória das festas, músicas, danças, celebrações, tradições, culinária e saberes, que compõem a vida em comunidade e formam uma imagem idealizada e romântica do campo. Esse universo cultural é reconhecido por agentes sociais como “potencial gerador de riqueza em uma perspectiva de abertura a modelos sustentáveis de atividade econômica” (p. 312). Para Tulik (2010) os aspectos importantes sobre cultura estão presentes em toda atividade turística. Apesar do geoturismo ser o foco deste trabalho, ao falar da hospitalidade, a proximidade com o turismo no espaço rural se apresenta como relevante.

O turismo no espaço rural está, segundo o autor, associado à existência das crises econômicas, sociais ou ambientais e das atividades geradoras de renda agrária e pecuária. A prestação de serviços turísticos se apresenta para as famílias agricultoras ou os produtores rurais, como uma possibilidade de diversificação de renda nos casos de desestabilização dos processos ligados à produção agropecuária. O autor apresenta como exemplo o “nascimento” do turismo rural no Brasil relacionado à crise da produção bovina na Serra Catarinense. Os serviços comerciais de hospitalidade se apresentaram como uma via econômica capaz de assegurar a reprodução social das famílias nas localidades atingidas pela crise. É essa mesma origem da criação do geoparque na região de estudo, ligada a decadência da exploração da madeira. Empresários e políticos se uniram para concepção do geoparque com o objetivo de desenvolver economicamente a região (SUNG, 2019). A paisagem e as formas geológicas são os principais atrativos, porém, ao pensar sobre a hospitalidade na região, ainda pouco

desenvolvida, a proximidade com o turismo no espaço rural é grande. As regiões nos quais os processos de industrialização foram mais lentos e mantiveram as práticas ligadas à agricultura, pecuária e extrativismo, são consideradas regiões “naturais” atraindo o público em busca do contato com a natureza como “fuga” dos centros urbanos e mais industrializados. O rural se destaca quase como uma analogia à natureza, aproximando o turismo rural ao ecoturismo.

Segundo a geógrafa Adyr Balastrieri Rodrigues (2001), os ciclos econômicos que o Brasil enfrentou deixaram marcas na paisagem produzindo o diversificado patrimônio histórico-cultural brasileiro. A autora ressalta que os equipamentos de hospedagem do Turismo Rural Tradicional têm sua origem na pecuária tradicional. As áreas nas quais a atividade de criação de gado atuou como recurso de apropriação do território durante o início da colonização, como as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil se destacam hoje pela presença do turismo rural. Ela traz como exemplo o caminho que ligava Viamão à Sorocaba e as fazendas históricas do Vale do Paraíba fluminense que com a decadência da produção cafeeira e do transporte do gado veem diversificando as atividades econômicas.

Hoje esta atividade turística se apresenta associada às classes mais privilegiadas. Porém, Lane (2014) afirma que na região dos cânions, nos anos 70 a região era muito procurada por mochileiros. A autora explica que o turismo rural nasce da procura da classe média por uma nova forma de vivenciar as férias, como uma aventura e poucos recursos, a partir dos anos 1970, como é o caso da região dos cânions. Atualmente o turismo rural pode ser entendido como uma possibilidade de prática turística longe das aglomerações dos grandes centros urbanos, tendo como premissa o contato entre hóspedes e anfitriões, em um ambiente agrário ou natural. Segundo Portugues (2002), o turismo rural permite que o turista experimente maior contato com o ambiente bucólico, os costumes locais e a “rotina” da vida no campo. O interesse pelo turismo rural é motivado pela busca por uma vivência com pessoas simples e a interação com funcionários é parte da atmosfera local, promovendo a difusão da diversidade e a possibilidade de trocas sociais, alma do conceito de hospitalidade (CAMARGO, 2015)

A história da formação do território percorrida neste estudo apresenta a pequena propriedade rural e a agricultura familiar como uma característica da área do geoparque. Ainda que individualmente os municípios da região não se destaquem pela produção agrícola, a partir do final dos anos de 1970, Brightwell (2006) explica que essa atividade passa a representar cada vez mais a dinâmica produtiva regional, com destaque para a produção de arroz, fumo e banana. Isso se reflete na peculiaridade da hospitalidade rural que se caracteriza por uma expressiva

presença de hospitalidade privada em relação a comercial (CAMARGO, 2015), característica que será desenvolvida no próximo capítulo. A relação mais próxima com os proprietários e o acolhimento são traços marcantes e se materializam na “oferta de produtos caseiro e artesanais como doces, bolos. Chás, café, biscoitos, sucos naturais” (p. 314).

A hospitalidade é um marcador identitário da população que vive na região do geoparque. Este se manifesta no ato de receber os visitantes e se materializa de diferentes formas: (1) Através do compartilhamento de seu patrimônio, representado pela terra; (2) a partir da forma de tratar os visitantes onde se destaca a fartura alimentar, característica que se relaciona à produção agrícola e pecuária, presente até os dias de hoje; (3) por meio da relação com a natureza que se consolidada pelos hábitos e atividades desempenhadas ao longo da história como levar os animais pelas encostas, o plantio e a colheita, a valorização da paisagem; e (4) a produção artesanal de artefatos ‘típicos’ da cultura material local como facas, chicote, produtos de couro, carro de boi, entre outros.

Ao entender a hospitalidade como um traço cultural pode-se intuir sua difusão como estratégia para desenvolvimento do geoturismo e incrementar o processo que já foi deflagrado com a chancela da UNESCO. Porém é necessário um cuidado e atenção ao propor essa estratégia, que não deve mercantilizar a cultura local, mas garantir que os valores culturais do grupo sejam inseridos nesse circuito de mercado enquanto patrimônio cultural. Somente com a inclusão da comunidade um bem de valor inalienável faz sentido. Do contrário, tende a recair na apresentação de tradições encenadas.

4. A HOSPITALIDADE COMO DIFERENCIAL NO GEOTURISMO

Conforme visto nos capítulos anteriores, o conceito de geoparque, se desenvolve a partir da ideia da relação entre cultura e natureza que para a UNESCO parte do encontro entre a conservação do ambiente natural e o desenvolvimento sócio-econômico e cultural, considerados os instrumentos de conservação da geodiversidade, base de todos os ecossistemas e da interação entre o ser-humano e a paisagem. Essa dimensão, que se desdobra a partir das discussões da Convenção de 1972, associa a proteção do patrimônio geológico ao desenvolvimento econômico da região através do geoturismo e a hospitalidade é a condição para que essa relação funcione. O desenvolvimento sustentável é um dos pilares para a conservação do patrimônio geológico de acordo com a proposta da UNESCO. Essa proposta é possível somente com o envolvimento da população local e através de atividades econômicas de baixo impacto para o meio ambiente.

Porém converter os conceitos e as premissas que constam no papel em prática é uma tarefa difícil. O GCCS possui diversos projetos educacionais e parcerias com a população local como pousadas, restaurantes, agências de turismo e artesãos que não foram mencionados no dossiê de candidatura. Este dossiê apresentou principalmente os aspectos físicos e geológicos do geoparque, os aspectos culturais não são mencionados. A hospedagem, fator relevante para o êxito do geoparque, sequer foi abordada. Essa questão será desenvolvida neste capítulo com o objetivo de entendermos o cenário atual da hospedagem na região e o seu potencial, inserida dentro de uma perspectiva do debate da hospitalidade.

4.1. A oferta de hospedagem no Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

A implementação da chancela do Geoparque no Brasil está lentamente ganhando espaço, mas ainda tem alguns obstáculos para superar. Apesar de existirem vários projetos no país, o caminho até uma efetiva candidatura na UNESCO é longo. Até o momento, conforme visto no capítulo anterior, existem somente três Geoparques aprovados pela UNESCO, o Geoparque Araripe, o Geoparque Seridó e o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. São muitas frentes que devem ser cuidadosamente estudadas e implementadas, como o desenvolvimento sustentável por meio da participação de comunidades locais, projetos de educação ambiental e a conservação da geodiversidade. O geoparque já deve estar efetivamente funcionando, para que haja uma candidatura à chancela. A UNESCO recebe a inscrição e após uma visita de avaliação ao local a aprovação é então concluída. Esse caminho torna o processo longo até a

efetiva conquista da chancela internacional e é importante ressaltar que todos os geoparques passam por reavaliações a cada quatro anos.

O geoparque tem como premissa o desenvolvimento sustentável e a hospedagem se encaixam, neste sentido, como uma oportunidade a ser desenvolvida. A hospedagem é fundamental para a implementação do geoparque na região dos cânions e um dos pilares para o desenvolvimento do turismo dentro da proposta do geoparque. Porém a construção desordenada de novos hotéis traz impactos para a região. Aproveitar a hospitalidade característica da população local, para o planejamento do setor de hospedagem, é uma forma de reduzir o impacto negativo que a chegada de grandes redes hoteleiras pode trazer e estimular a troca e o intercâmbio cultural.

Pautada nos aspectos comuns da população local o “bem receber” e a hospitalidade são percebidos pela grande oferta de pousadas, chalés e “cabanas”, em sua grande maioria propriedades privadas. Estes estabelecimentos têm como marca característica servir refeições como café da manhã, almoço e jantar. O proprietário é na maior parte também o anfitrião que recebe pessoalmente os visitantes, os hospedando em sua residência ou em pequenos chalés distribuídos em seu terreno. A gastronomia é uma marcante nesse tipo de hospedagem onde a fartura e a comida caseira são apresentadas como um atrativo das pousadas.

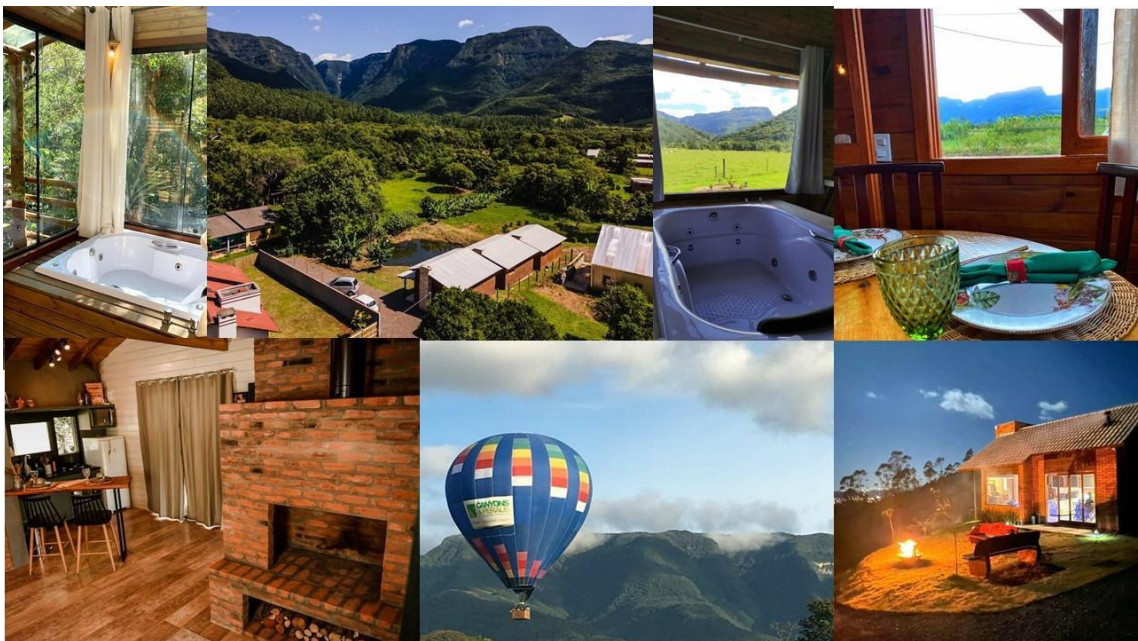
Na figura abaixo foram selecionadas algumas imagens que estão disponíveis no portal do GCCS na parte de hotelaria. Todas as opções de hospedagem parceiras do geoparque apresentam a comida como um dos atrativos. Além de tortas, bolos e cucas é possível observar o pinhão e a cachaça, produtos locais característicos da cultura, como é caso do pinhão, visto no capítulo anterior. Outras características das imagens disponíveis tanto no portal do GCCS quanto nos demais portais do Airbnb e Booking.com mostram a paisagem local, os cânions a floresta de araucária e as cachoeiras. Imagens que remetem ao romantismo e o turismo típico dos climas de montanha como lareira e banheiras de hidromassagem.

Figura 6: Seleção de imagens retiradas do portal do GCCS disponibilizadas por pousadas parceiras.



Disponível em: <https://canionsdosul.org/>. Acesso: 18/07/2022.

Figura 7: Imagens das hospedagens disponíveis no portal Airbnb.



Disponível em: <https://www.airbnb.com.br/>. Acesso: 18/07/2022.

Para entender a oferta de hospedagem na região do GCCS e apresentar como ela está sendo percebida pelo visitante foi feita uma busca nos principais portais de hospedagem: Trip Advisor, Booking.com e Airbnb em dois períodos distintos. O primeiro, em abril de 2021, quando o projeto ainda estava em fase de aprovação pela UNESCO e durante o período de

pandemia de COVID 19 que o país enfrentava. Em segundo momento, foi realizada uma busca em maio de 2022, após a conquista da chancela de geoparque. Apesar de possuírem propostas diferentes, os três portais oferecem opções de hospedagem entre hotéis, pousadas, hospedagem particular e quartos compartilhados (podendo ser hostel ou oferta particular) onde há a possibilidade de o visitante interagir na plataforma, com comentários e avaliando a instalação e o serviço. Entender o cenário atual é essencial para poder planejar o desenvolvimento de um determinado setor, como é o caso da hospedagem, proposta por este estudo.

O Trip Advisor, em 2021, foi a plataforma mais completa em relação a diversidade de informação oferecida. O visitante encontra além das opções de hospedagem, também restaurantes, atividades e um fórum onde é possível interagir. O visitante pode avaliar também instalações como os parques e atrativos turísticos sempre com a possibilidade de adicionar comentários e fotos próprias. Não é possível fazer uma reserva da hospedagem pelo portal, ele apresenta a acomodação, porém, leva o visitante para outros portais, onde é possível fazer a reserva. No período entre os dois momentos da pesquisa foi possível observar que a plataforma sofreu mudanças e não apresentou mais um resultado de busca relevante para a hospedagem. Por esse motivo decidiu-se por não considerar os seus resultados no segundo momento da pesquisa.

O Booking.com é um portal dedicado à hospedagem onde o visitante pode escolher sua acomodação, reservar e posteriormente avaliar de acordo com diversos critérios oferecidos. É possível também interagir com a plataforma através de comentários e avaliação do local hospedado. O site oferece mais de dez opções de hospedagem diferentes, desde pousadas, hotéis, casas de temporada, chalés e etc. Esta plataforma também sofreu mudanças no período e incluindo mais categorias de hospedagem. Observou-se um aumento das opções quando comparada o primeiro e o segundo momento da pesquisa. Destaca-se a inclusão da categoria “casas de hóspede” com uma disponibilidade considerável.

O Airbnb se destaca pela oferta de atividades do setor extra-hoteleiro e está ligado intrinsecamente a experiência do viajante. Segundo Soares (2017) o Brasil é o país com maior mercado na América Latina, com 45 mil anúncios, e o quarto no mundo. Como uma maneira inovadora de economia, a hospedagem compartilhada cresceu baseada no pilar colaborativo da economia compartilhada. O turista que procura esse tipo de hospedagem muitas vezes está em busca de um contato com os moradores locais (KRIPPENDORF, 2001). Sua dinâmica se baseia na disposição da oferta pelo anfitrião, podendo ser somente um quarto ou o local inteiro. O

viajante tem, mediante um cadastro, a possibilidade de escolher entre opções por temporada ou diária. Toda a comunicação é feita pela plataforma e após o término ambos os lados terão que descrever a experiência. Ao final, o anfitrião e o viajante são avaliados.

Para ser possível avaliar a oferta de hospedagem dos portais apresentados acima a pesquisa se dividiu em duas etapas. Na primeira foi avaliado o período com maior disponibilidade no portal. Foram consultadas datas de alguns feriados futuros e os meses de férias escolares como julho, dezembro e janeiro. Datas muito distantes, apesar de terem conhecidamente uma maior procura não apresentaram uma disponibilidade relevante. O mês de julho foi o que apresentou o maior número de unidades habitacionais disponíveis e por esse motivo a segunda parte da pesquisa, realizada em 01 abr. 2021, traz os dados apresentados nos quadros abaixo. Eles se referem a oferta de hospedagem das três plataformas:

Quadro 8: Oferta de hospedagem do portal Booking.com, por segmento e a avaliação do visitante.

Booking.com	Casa de temporada	pousada	chalés	apartamento	hotel	chalés alpinos	campings de luxo	hostels	B&B	total	nota 9 ou mais	%
Praia Grande	30	17	6	4	4	3	2	1	1	68	30	44%
Jacinto Machado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Morro Grande	1	0	0	1	1	0	0	0	0	3	3	100%
Timbé do Sul	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100%
Cambará do Sul	9	22	2	0	10	1	0	1	0	45	26	58%
Torres	58	26	0	98	18	1	0	8	1	210	70	33%
Mampituba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

Acesso em 01 abr 2021.

Quadro 9: Oferta de hospedagem do portal Airbnb, por segmento e a avaliação do visitante.

Airbnb	Espaço Inteiro	quarto inteiro	quarto de hotel	quarto compartilhado	Total	Super host	%
Praia Grande	141	27	0	3	171	48	28%
Jacinto Machado	3	1	0	0	4	1	25%
Morro Grande	2	0	0	0	2	2	100%
Timbé do Sul	3	3	0	0	6		0%
Cambará do Sul	46	28	4	1	79	7	9%
Torres	298	52	2	1	353	93	26%
Mampituba	3	0	0	0	3	1	33%

Acesso em 01 abr 2021.

Quadro 10: Oferta de hospedagem do portal Trip Advisor por segmento e a avaliação do visitante.

Trip Advisor	pousada	acomodações	albergues	hoteis	aparta	sem avaliação	total	4* ou mais
Praia Grande	2	2	2	4	4	7	21	7
Jacinto Machado	1	0	0	0	0	0	1	0
Morro Grande	1	0	0	0	0	0	1	0
Timbé do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0
Cambará do Sul	12	1	2	0	4	0	19	17
Torres	11	1	1	10	0	1	24	12
Mampituba	2	0	0	0	0	0	2	2

Acesso em 01 abr 2021.

Como é possível observar nos quadros acima, a oferta de hospedagem se concentra nos municípios de Praia Grande (SC), Cambará do Sul e Torres (RS). O portal Airbnb se apresenta como o principal canal com mais de 400 opções disponíveis no dia da pesquisa. Isso demonstra o potencial de crescimento da oferta de hospedagem nos demais municípios que fazem parte da região do geoparque. Outro ponto que podemos analisar é em relação à percepção da satisfação dos visitantes. No município de Praia Grande, ao analisar os dados do Booking.com por exemplo, 44% das acomodações que receberam nota 9 ou mais dos seus visitantes. Esse número é ainda menor no município de Torres que chega a 33%. Municípios com menor oferta apresentam um índice de satisfação maior.

No segundo momento da pesquisa, que ocorreu no dia 15 de maio de 2022, observou-se um significativo aumento na oferta de hospedagem nos municípios que já se destacavam em 2021. Existem duas hipóteses para a provável motivação do desenvolvimento desse cenário. Primeiramente, pelo período pós-pandêmico e uma retomada do turismo nacional associado a uma crise econômica no qual o país se encontra. A possibilidade de alugar sua residência ou um quarto, é uma forma de complementar a renda. Em segundo lugar, a aprovação da chancela do geoparque tem um destaque nas mídias sociais e nos meios de comunicação, impulsionando o turismo na região e a oferta de hospedagem.

Nos quadros abaixo é possível observar um aumento quantitativo na oferta de hospedagem nos dois portais avaliados, o Booking.com e o Airbnb. Ambos os portais criaram categorias novas. No Booking.com podemos destacar as casas de hóspede, a hospedagem domiciliar, villas e hotel fazenda. O portal Airbnb também criou a categoria casa de hóspede e apartamento. A retomada do turismo após o primeiro momento da pandemia pode ser um dos fatores que incentivou o surgimento da categoria casa de hóspede, onde é possível receber o visitante em sua própria casa.

Quadro 11: Oferta de hospedagem do portal Booking.com, por segmento e a avaliação do visitante.

Booking.com	Casa de temporada	pousada	chalés	apartamento	hotel	chalés alpinos	campings de luxo	hostels	B&B	casas de hóspedes	hospedagem domiciliar	Villas	Hotel Fazenda	total	nota 9 ou mais	%
Praia Grande	17		5	5	9	16	1	2	1	13	1	1		71	36	51%
Jacinto Macha	1			2		5					1			9	1	11%
Morro Grande														0		0%
Timbé do Sul	1			3	1	2			1					8	1	13%
Cambará do Sul	7		2	5	23	1		1		8	1		1	49	31	63%
Torres	16			28	24	1		3		6				78	43	55%
Mampituba	0	0	0	0	0	0	0	0	0					0		0%
total 2022	42	0	7	43	57	25	1	6	2	27	3	1	1	215	112	52%

Acesso em 15 mai. 2022.

Quadro 12: Oferta de hospedagem do portal Airbnb.com, por segmento e a avaliação do visitante.

Airbnb	Espaço Inteiro	quarto inteiro	quarto compartilhado	apartamento	hotel	casa de hóspede	Total	Super host	%
Praia Grande	203	16	8	16	48	17	308	100	32%
Jacinto Machado	11	2	0	1	1	11	26	1	4%
Morro Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Timbé do Sul	0	0	0	0	0	1	1	0	0%
Cambará do Sul	49	12	1	12	22	10	106	46	43%
Torres	182	19	2	664	48	19	934	212	23%
Mampituba	15	0	0	0	5	1	21	3	14%
total 2022	460	49	11	693	124	59	1396	362	26%

Acesso em 15 mai. 2022

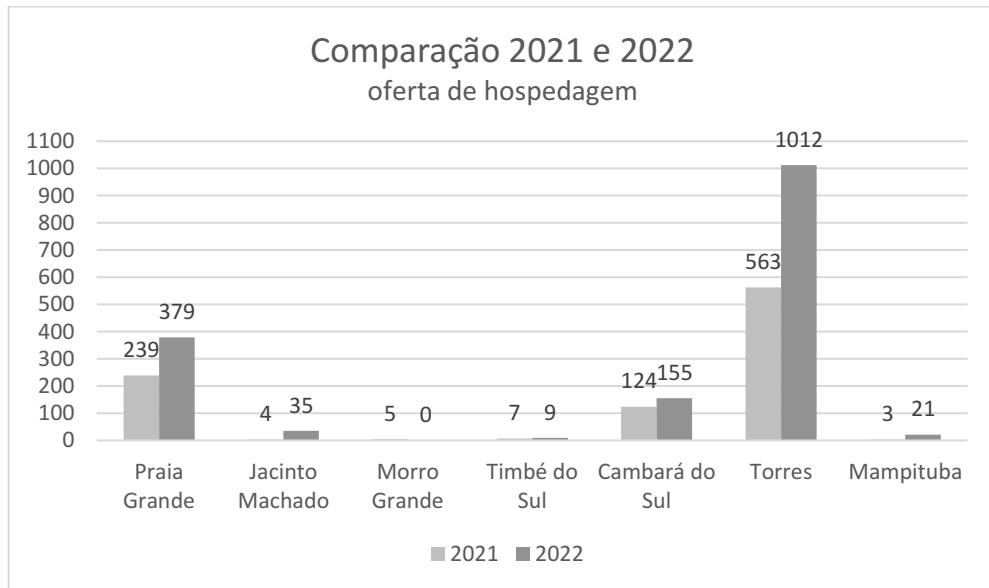
A criação da categoria casa de hóspede por ambos os portais, o Airbnb e o booking.com é um fato de interesse. A ideia remete a uma hospedagem privativa dentro de um terreno compartilhado entre o morador e anfitrião. Ambos os portais não disponibilizam uma descrição detalhada das categorias que oferecem, porém é possível utilizá-la como critério de busca, como uma das opções de filtro, por exemplo. O próprio anfitrião, ao se registrar no portal, escolhe em qual categoria de hospedagem se encaixa. Porém, é interessante o fato de que maioria dos resultados que aparecem quando se busca pela categoria casa de hóspedes, são pousadas com pequenas casas individuais, ou chalés.

No portal do Booking.com, a satisfação do hóspede melhorou no município de Praia Grande, onde estão localizados os geossítios mais conhecidos e visitados pelos turistas, além de Torres e Cambará do Sul, ambos com um turismo já bastante consolidado. Já o site do Airbnb apresentou a maior mudança a oferta de hospedagem aumentou 80% em Praia Grande, 165% em Torres, 550% em Jacinto Machado e 600% em Mampituba. Apesar do aumento quantitativo a percepção dos hóspedes em relação a qualidade não apresentou uma melhora significativa com exceção de Cambará do Sul. Em 2021 somente 9% das hospedagens possuíam o selo de “super host” e em 2022 esse número sobe para 43%. Praia Grande também apresenta uma leve melhora, indo de 28% em 2021 para 32% em 2022.

Ao comparar os dois períodos da pesquisa em relação ao total de hospedagem, é possível observar em um primeiro momento um aumento significativo da oferta de hospedagem nos municípios de Torres e Praia Grande, que já possuíam um turismo consolidado. Porém, alguns municípios que em 2021 possuíam pouca ou nenhuma oferta de hospedagem apresentam em 2022 um aumento significativo. Destes se destacam Jacinto Machado, Timbé do Sul e Mampituba, como é possível observar no quadro 8 e 9 abaixo. O município de Morro Grande foi o único que reduziu a oferta para zero, e não foi possível encontrar nenhuma hospedagem no momento da pesquisa.

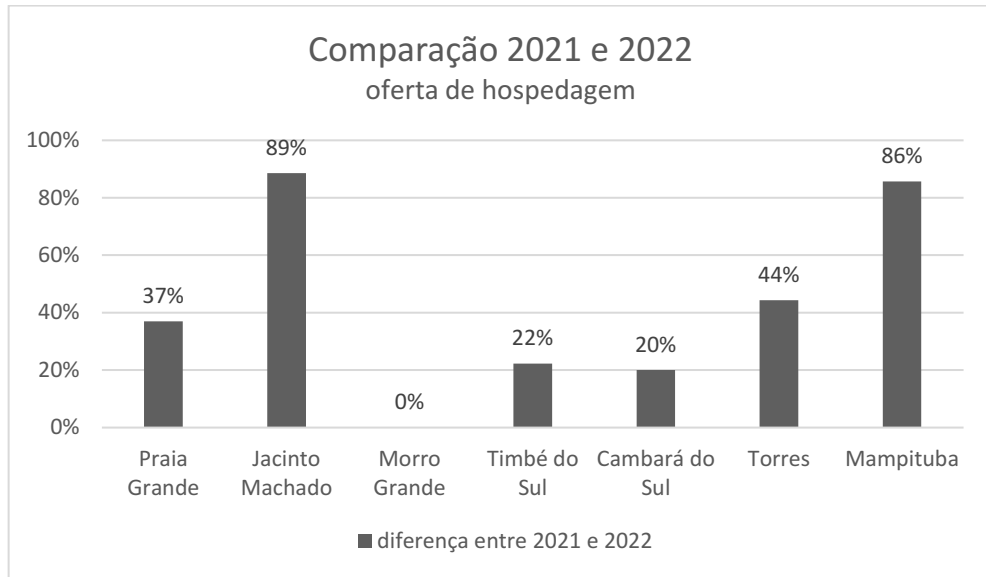
Nos quadros oito e nove abaixo, é possível observar a oferta total de hospedagem nos anos de 2021 e 2022. Foi feita uma comparação quantitativa e percentual entre os dois períodos:

Quadro 13: Comparação quantitativa da oferta de hospedagem nos dois momentos da pesquisa.



Elaborado por Camara (2022)

Quadro 14: Comparação percentual da oferta de hospedagem entre os dois momentos da pesquisa.



Elaborado por Camara (2022)

Como complemento à pesquisa realizada nos portais de hospedagem, o portal do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, <https://canionsdosul.org>, foi acessado em 22 de maio de 2022 para análise da oferta de hospedagem:

Quadro 15: Oferta de hospedagem do portal Airbnb.com, por segmento e a avaliação do visitante.

Site Geoparque	pousada	cabanas	hostel	hotéis	camping	total
Praia Grande	5	1	1			7
Jacinto Machado	1					1
Morro Grande		2				2
Timbé do Sul					1	1
Cambará do Sul	1			1		2
Torres				1		1
Mampituba						0

Acesso em 22 mai. 2022

O site apresenta as opções de hospedagem relativas as iniciativas que trabalham em parceria com o GCCS. Percebe-se que o cenário é reflete a oferta de hospedagem encontrada nos sites de busca analisados acima. Praia Grande aparece novamente como o município com a maior oferta, seguido por Cambará do Sul e Morro Grande. Esse cenário aponta que a conquista da chancela do geoparque inicialmente impulsiona os municípios que já possuem uma

oferta de hospedagem consolidada. O desenvolvimento dos municípios com pouca oferta ainda não está aparente e observa-se um grande potencial nestes locais.

4.2. O Produto técnico: a oferta de hospedagem por município relacionada à localização dos geossítios do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

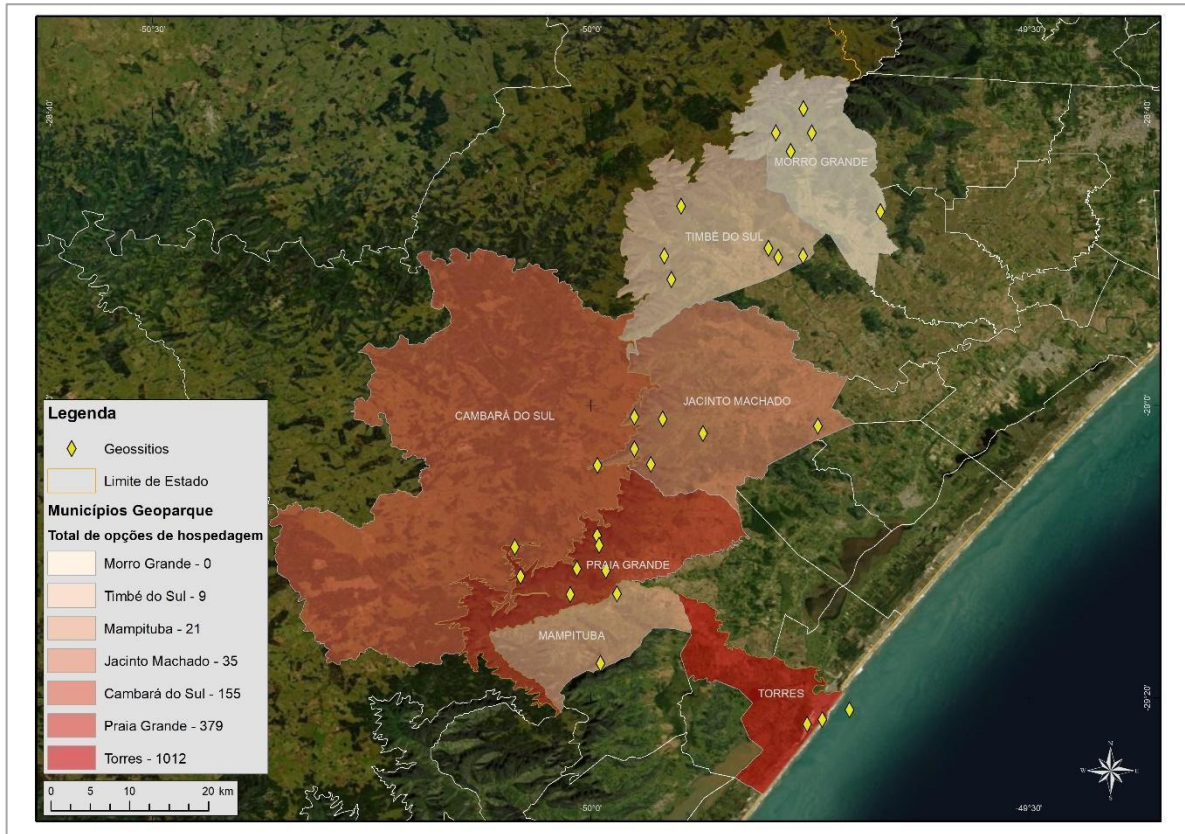
Conforme visto no decorrer deste capítulo, identificamos que a região dos cânions ainda possui um significativo potencial de desenvolvimento do turismo e conseqüentemente da oferta de hospedagem. As opções disponíveis do setor hoteleiro correspondem em sua grande maioria a pousadas, chalés, casa de hóspede, entre outros, de propriedade particular e sem a presença de uma rede hoteleira consolidada. Os municípios que tradicionalmente já recebiam turistas antes da implementação do geoparque, como Praia Grande, Torres e Cambará do Sul, continuam sendo os que possuem uma vasta oferta, até o momento da pesquisa. Não se apresentou uma mudança considerável após a conquista da chancela do geoparque. Por esse motivo é importante explorar as possibilidades que existem. No caso deste trabalho defendemos que a hospedagem a ser desenvolvida deve considerar a hospitalidade regional. Por ser uma manifestação da interação entre natureza e cultura, pode vir a contribuir para a redução dos impactos negativos que possam vir a ocorrer futuramente.

A geógrafa Cruz (2018) explica que o turismo de massa e o desenvolvimento desigual desenvolvem uma relação dialética com o território. Baseada na teoria do “desenvolvimento desigual” de Neil Smith (2008), é através do uso diferenciado dos recursos da natureza, a divisão do trabalho na sociedade, a base histórica e os diferentes níveis e condições de desenvolvimento, que estão pautados o modo de produção capitalista. No Brasil, o desenvolvimento desigual das forças produtivas resultou em um cenário de desigualdade, intensificado após o período de industrialização. Foi sob um território marcado por profundas desigualdades socioespaciais que o turismo começa a se desenvolver a partir do século XX. O desenvolvimento do turismo se desenha nos locais com maior infraestrutura, como estrutura de transportes, construção civil, oferta de mão de obra e hotéis, fortemente influenciado culturalmente, com maior procura por locais de praia. Cruz ressalta a relação dialética entre o papel de operadoras de turismo, grandes redes hoteleiras, companhias aéreas e o Estado que comandam o fluxo turístico, melhorando infraestruturas pré-existentes e promovendo destinos turísticos já consolidados.

É fundamental reconhecer é que por trás das paisagens materiais criadas pelo e para o turismo encontram-se divisões do trabalho historicamente sobrepostas assim como processos imanentes ao modo de produção capitalista como a tendência contraditória à expansão e à concentração espaciais (CRUZ, 2018, p. 12).

A construção de formas de turismo livres dessas influências é importante para um redirecionamento espacial do fluxo do desenvolvimento turístico o que se demonstra como relevante e nossa área de estudo. Três dos sete municípios que integram o território do GCCS já possuem um fluxo relevante de turistas. Os demais municípios, Timbé do Sul, Morro Grande, Jacinto Machado e Mampituba não são tão procurados e conseqüentemente ainda não apresentam uma oferta de hospedagem consolidada. Observa-se, conforme visto na análise acima, que a oferta de meios de hospedagem ainda é muito baixa. Pensando em analisar o potencial para a região foram relacionadas a quantidade de hospedagem de cada município com a localização dos geossítios mapeados no geoparque. A presença dos geossítios, que são a principal atração do geoparque, está espacialmente bem distribuída. Os municípios com pouca oferta de hospedagem possuem de dois a cinco geossítios em seu território o que indica um grande potencial de desenvolvimento turístico.

Figura 8: Oferta de hospedagem total nos municípios integrantes do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.



Elaborado por Camara (2022)

Como foi observado na pesquisa nos portais de busca, a opção “casa de hóspede” se apresentou como uma novidade e pode ser um potencial a ser desenvolvido. A boa estruturação de uma forma de hospedagem que possibilita a inclusão social e desenvolvimento territorial sustentável é uma oportunidade para diversos agricultores que ao longo do tempo foram excluídos do processo de desenvolvimento. Além do potencial turístico de hospedagem é importante desenvolver organizações como associação de produtores orgânicos, cooperativa de crédito rural, fórum de economia solidária etc.

Visando otimizar o desenvolvimento da implantação de uma estrutura de hospedagem de menor impacto e de inclusão social, foram analisados dois exemplos de hospedagem: 1) o projeto da Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE) (TAUMATURGO, et al, 2019) e a 2) Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC) (Guzzatti, 2010). A Fundação Casa Grande é um empreendimento social no Cariri, em Nova Olinda (CE) a partir da ideia de turismo de base comunitária (TBC) oferecendo um serviço de hospedagem aos turistas dentro de suas próprias casas ou em chalés junto a propriedade. A Associação Acolhida na Colônia é uma iniciativa de agroturismo que iniciou nos municípios em Santa Rosa de Lima, nas encostas da Serra Geral (SC) e hoje funciona com um portal na internet que oferece experiências e hospedagem em três estados no Brasil onde é possível experimentar o modo de vida de um agricultor familiar através de experiências compartilhadas com os anfitriões.

Inspirado nesses dois trabalhos e utilizando o conhecimento adquirido nos anos de trabalho na hotelaria foi desenvolvida uma cartilha contendo orientações para a implementação da atividade de hospedagem familiar, amparado por processos realizados em hotéis e pousadas para conduzir a elaboração de modelos individualizados de hospedagem, baseados na hospitalidade local e integrada com a qualidade de serviços esperados pelos visitantes. Serão elencadas opções de experiências, serviços e padrões de qualidade que poderão servir como orientação aos moradores da região do geoparque que se interessarem em oferecer uma hospedagem que vá de encontro com a singularidade da cultura local.

Durante essa dissertação foi mostrado que a hospitalidade é uma marca cultural. A paisagem dos “velhos tempos” que está na memória da população, as formas de preparar uma comida, as músicas e as danças, as brincadeiras e histórias da região, fazem parte da construção do “bem receber” característico de cada lugar. Os turistas, que são de outras culturas e realidades, trazem consigo expectativas do que vão encontrar. Considerando que a hospedagem

será oferecida por moradores que muitas vezes não tiveram contato com essas culturas foi elaborada essa cartilha para os futuros empreendedores, apontando alguns dos pontos que serão esperados deles e apresentando estratégias para divulgar a hospedagem através do bem receber da casa de hospede. No Anexo III e IV elaboramos um check list para complementar

CARTILHA – casa de hóspede

Objetivo

- Empreendimento social que oferece um serviço de hospedagem aos turistas dentro de suas próprias casas ou em chalés junto a propriedade. Como exemplo temos o projeto da fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE) (TAUMATURGO, et al, 2019);
- Promover a qualidade de vida das pessoas através do geoturismo de qualidade e das pessoas que acolhem, favorecendo a interação do meio rural e geológico com o urbano e o desenvolvimento sustentável local e regional valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos;
- Pautado na simplicidade da vida em comunidade, imergindo na cultura local a partir de um negócio sustentável;
- Valores: hospitalidade, solidariedade, compartilhar, respeito pelo ser humano e a natureza (<https://www.accueil-paysan.com/fr/>);
- Serviços Hospedagem, atividades, produtos e refeições, recepção e apoio durante a hospedagem, atividades infantis ou para família, recepção de artistas;
- Descobrir e conhecer a vida rural através de um turismo sustentável e original;
- Empoderar a riqueza e a qualidade das relações sociais;
- Proporcionar uma melhor qualidade de vida a população rural;
- Incentivar a produção rural e artesanal e ajudar no desenvolvimento de práticas agroecológicas e em sintonia com a natureza.

Antes do hóspede chegar...

- Conhecer a região e estudar a história,
 - Lugares importantes para a comunidade, sua história e significados
 - Elementos naturais: árvores, vegetação, montanhas, morros, rios e cachoeiras que fazem parte da história da comunidade

- Construções e materiais: como foram construídas as casas e elementos do lugar. De onde vieram os tijolos, as pedras, a madeira? Como foram construídos?
 - Atividades que acontecem no lugar: cultos, celebrações, produção agrícola ou manufaturados, atividades escolares...
 - Quem cuida do local, a prefeitura, comunidade?
 - Objetos: Equipamentos profissionais como barcos, carroças, carros de boi, ferramentas de artesãos podem ser considerados uma referência cultural: desenhos, esculturas, pinturas, objetos da família, brinquedos antigos.
 - Conversar com os mais velhos e lembrar como era a região, eles são os detentores do saber, do que tem de especial nesse lugar
 - Lembrar das comidas e pratos regionais (tradições da própria família), redescobrir as receitas e prepará-las para os visitantes.
- Atendendo o visitante (fazer a reserva)
 - Retornar aos contatos dos hóspedes o mais breve possível. Uma opção é ter uma resposta automáticas no Email e WhatsApp para horários que não possa atender informando quando que ele receberá um retorno.
 - Reconfirmar datas de entrada e saída, informando dia da semana e do mês. As vezes as próprias pessoas se confundem.
 - Confirmar quantidade total de pessoas para poder se preparar de acordo. Importante perguntar o número de adultos e crianças.
 - Caso não haja disponibilidade na data solicitada oferecer datas alternativas. Caso tenha chales ou quartos diferentes que estejam disponíveis, oferecer alternativas.
 - Caso a pessoa esteja em dúvida perguntar pode-se ajudar informando as características e particularidades da hospedagem que se diferenciam e destacam das outras.
 - Informar o valor total e as condições de pagamento e cancelamento.
 - Perguntar o horário previsto de chegada e informar o horário de entrada e saída. Caso haja disponibilidade no dia é sempre bom poder oferecer uma entrada antecipada ou saída posterior aos horários previstos, isso agrega valor ao serviço. Caso não seja possível, pode-se oferecer guardar as malas. Essa organização é importante para haver tempo hábil de limpar um quarto antes do próximo hóspede chegar.

- Verificar se os hóspedes têm alguma preferência ou necessidade especial.
- Tentar entender se é primeira vez que visita a região e qual a motivação da viagem. Se é uma data especial ou uma comemoração. Assim é possível preparar algo especial para a ocasião.
- Perguntar se precisa de alguma ajuda ou orientação para chegar até o local.
- Importante sempre falar o seu nome e se colocar a disposição para futuras solicitações.
- Enviar uma confirmação da reserva, caso não seja feita através de uma plataforma.

Serviços relacionados

- Selecionar uma lista de serviços locais, como restaurantes, padarias, mercados, agências de turismo, farmácia, hospital, aluguel de bicicleta, passeios a cavalo, aluguel de carro ou motoristas, pontos turísticos etc.;
- Promover roteiros turísticos de bagagem cultural e atividades criativas com guias locais e o envolvimento da comunidade local;
- Capacitação das famílias na área da hotelaria;
- Desenvolvimento de demais negócios ligados a cultura local como artesanato e produtos locais.
- Oficinas para retomar algumas práticas antigas que ajudem eles a mostrar as particularidades que os caracterizam.

Organização e apresentação

- A organização e a limpeza são importantes, pois, formam a primeira impressão que o do hóspede.
- Atenção aos horários e prazos.
- Cuidado com cigarros, bebidas alcólicas, algumas pessoas podem ser alérgicas.
- Ser organizado com material, produtos de limpeza, roupas de cama etc.

Material

- É importante oferecer roupa de cama e as toalhas frescas para os novos hóspedes. Usar produtos como desinfetantes (cloro, água oxigenada, kiboa etc), detergente comum e álcool sempre que um hóspede for embora. Para hóspedes que ficam mais que dois ou três dias é pode-se oferecer um serviço de arrumação, ou toalhas e roupa de cama frescas.
- para lavar os copos, pratos, talheres e demais itens é interessante manter esponjas e panos que não se misturam com os demais utensílios.
- Roupa de cama: ter roupas de cama exclusivas para os hóspedes. Orienta-se a ter de três a quatro jogos por cama (uma lavando, uma de reposição e outra no quarto).
- Toalhas: ter toalhas exclusivas para os hóspedes. Muitas vezes elas sujam com mais facilidade ou não secam tão rápido e é indicado ter mais unidades por esse motivo.
- Manter um padrão de cores para roupa de cama e toalhas, isso ajuda na organização.
- É indicado lavar roupas de cama e toalhas com água quente, mas caso não seja possível deixar secando ao sol é uma boa alternativa.

Procedimentos

- Quantidade de pessoas: sempre preparar o quarto para a quantidade de pessoas que reservou o quarto.
- Quantidade de toalhas
- Quantidade de itens que serão oferecidos, como sabonete, shampoo, travesseiros
- Caso tenha crianças ou bebês pode-se já preparar um berço ou uma cama adicional
- Comemorações especiais: caso seja uma comemoração especial como um aniversário, aniversário de casamento ou namoro, noivado, lua de mel, etc. é interessante preparar alguma coisa para receber os hóspedes:
 - Cartinha com referência a data especial, um verso da região ou alguma história;
 - Colocar algumas flores do próprio jardim;
 - Preparar algo pequeno como um docinho, bolinho, frutas da estação para a chegada;
 - Pequenas coisas que remetem a região ou a história da família são sempre muito especiais para os visitantes.
- Frigobar: caso o quarto tenha uma geladeira ou alguns alimentos é importante atentar sempre para a validade dos itens.

Limpeza

- Abrir portas e janelas para arejar e renovar o ar durante a arrumação;
- Retirar a roupa suja da cama e banheiro e o lixo.
- Verificar se há lâmpadas queimadas ou problemas de manutenção (checar TV, chuveiro, descarga, geladeira, se há entupimentos pia, vaso, banheira etc...) se tiver de providenciar o reparo. Fazer a reposição do frigobar/geladeira.
- Ao trocar a roupa de cama, cuidar para que estejam limpas sem manchas, rasgos e ou furos.
- Lavar os copos e louças sujas atentando para o uso da esponja separada.
- Fazer uma autorrevisão.
- Itens nos quartos: travesseiro, cinzeiro, tábua de passar, ferro, sacador de cabelo, espelho de maquiagem, materiais impressos (livros, revistas, lista de serviços locais, bandeja de louça, copos, pratos, talheres).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul foi criado em função de sua forma de relevo e a raridade da sua geodiversidade. A gigantesca escarpa que separa geograficamente o planalto central da planície litorânea foi historicamente uma barreira física para a população que habitava o local, mas ao mesmo tempo também o símbolo dessa forte relação que existe até hoje na região. O local que tem diversas áreas protegidas, entre elas duas importantes UC brasileiras desde a década de 40, é um exemplo da transformação do entendimento do conceito patrimônio ao longo do tempo.

A criação de áreas protegidas está relacionada à noção de patrimônio, a partir da ideia de monumento. Originalmente como algo estático, que precisava ser protegido da destruição e mais a frente, associado a construção de uma identidade nacional. Fortemente influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, a preocupação com os monumentos históricos inclui, no Brasil, os monumentos naturais como a declaração de Ouro Preto, em Minas Gerais, como Monumento Nacional em 1933 e em 1937 o Parque de Itatiaia no Rio de Janeiro. O patrimônio natural reflete a ideia de monumentalidade da natureza, grandiosa e intocada, ou quase intocada, da ação humana (SCIFONI, 2006).

Porém, essa visão começa a mudar com o advento da criação da UNESCO e o contexto histórico que se deu após segunda Guerra Mundial. O novo paradigma do conceito de cultura começa a influenciar as políticas patrimoniais e conseqüentemente o entendimento do que é patrimônio natural, indissociável da vida humana, destacando a relação intrínseca entre cultura e natureza. Scifoni (2006) descreve duas origens do monumento natural, (1) associado ao caráter simbólico e memorial, às lembranças coletivas e (2) relacionado ao sentido estético, a sua grandiosidade e beleza.

Neste mesmo período o turismo começa a despontar devido ao contexto histórico de conquista dos direitos trabalhistas e a aceleração industrial. O turismo passa a ser enfatizado no favorecimento do desenvolvimento e para a UNESCO passa a exercer um papel central na articulação dos ideais de sustentabilidade que começam a se destacar internacionalmente. O desenvolvimento do turismo se vincula então às políticas de desenvolvimento territorial, em muitos casos associado a novos projetos de patrimônio cultural ou natural. A Convenção de Paris, em 1972, introduz uma nova visão sistêmica reforçando a ligação entre a cultura e a natureza influenciando o conceito de patrimônio envolvendo a conservação à diversidade cultural de forma harmoniosa.

É a partir dessa lógica que nasce o Geoparque, uma das chancelas da UNESCO que foram concebidas como instrumento para proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. A conservação da geodiversidade associada ao desenvolvimento sustentável é a base para a conquista da chancela. A educação ambiental e o turismo, ou neste caso, o geoturismo passa a ser o meio para se alcançar os objetivos propostos. A participação das comunidades locais se torna essencial para um bom funcionamento da proposta que se constrói a partir do autorreconhecimento do seu patrimônio material e imaterial, a valorização das suas identidades e a importância do seu papel nos processos de conservação da natureza.

Apesar do geoparque ter sua origem associada a transformação do conceito de conservação da natureza a partir da noção de patrimônio, a evolução do conceito é em sua maioria desenvolvida por geólogos. O Brasil segue a linha mundial com a CPRM se destacando pelo seu papel indutor com o mapeamento dos geossítios e publicação de propostas de geoparques entre os anos de 2002 e 2013, além de ser responsável pela submissão das propostas de novos geoparques à UNESCO. Por esse motivo os trabalhos desenvolvidos a partir da perspectiva do patrimônio são relevantes. São os debates em torno dos múltiplos processos que fundamentam a origem do geoparque que se relacionam com o conceito de paisagem visto neste trabalho. A paisagem é entendida como uma síntese de diversos elementos da natureza que são transformados pelos seres que a integram (MARIA, 2010; VERDUM, 2016). A interação entre o físico, o material, o imaterial, os seres e seus valores humanos, dialoga com a questão temporal. A paisagem está em constante movimento e é necessário também considerar seu aspecto transformador, a herança das ações dos seres humanos sobre a natureza até o período em questão.

A paisagem do GCCS que se destaca pelo gigantesco paredão rochoso recortado por um conjunto de cânions impressiona os visitantes. Os vales íngremes também simbolizam a união entre a planície e os campos de cima que se materializa através das trilhas, caminhos e estradas. Historicamente, essa formação sempre foi um grande obstáculo para os povos que habitaram essa região, porém atraíram também sempre muitos interesses. Rotas dos tropeiros, vastas estâncias de produção pecuária, exploração de madeira e a conseqüente preocupação com o desmatamento, a criação de áreas protegidas e o interesse turístico formam o pano de fundo para o atual cenário e a conquista da chancela do geoparque. Essa conjunção resultou na manifestação cultural singular que agrega características do modelo pecuário das estâncias serranas, a agricultura de pequena propriedade da planície e encostas e as influências indígenas.

Essas comunidades que habitam a região entendem o território (a natureza) como uma extensão da vida, fundindo o seu significado ao sentido da própria existência (MARIA, 2016), no qual o ser humano tem um papel ativo e transformador. O território é representado pelo trabalho que ao mesmo tempo que é o local de onde o indivíduo retira o seu sustento, possui também um valor ético, o patrimônio da família (WOORTMANN, 1990). A hospitalidade se encaixa neste contexto simbólico formado pelo modo de vida, as relações culturais, econômicas e domésticas, como uma teia de significados desenhados pela história e pela cultura presentes na dinâmica social (CARVALHO, 2015). O ambiente no qual se está inserido tem grande relevância nos elementos que a caracterizam. A interação entre os viajantes e os anfitriões é reflexo das relações sociais características de um determinado lugar. A identidade cultural e os elementos da cultura local refletem a organização dos serviços de hospitalidade oferecidos no universo turístico.

O GCCS é resultado de uma iniciativa entre o governo de SC através da Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá e a Associação de Municípios do Extremo Sul de Catarinense, com o apoio das universidades da região, empresários e políticos. Ao mesmo tempo que representa uma oportunidade de desenvolvimento apresenta também um desafio aos moradores locais, a iniciativa privada e ao Estado e requer muito trabalho para todos os lados envolvidos. O geoparque promove o desenvolvimento através do geoturismo. A associação entre a proteção do patrimônio geológico e desenvolvimento econômico da região é a condição para que essa relação funcione. O desenvolvimento sustentável é um dos pilares para a conservação do patrimônio geológico de acordo com a proposta da UNESCO. Essa proposta é possível somente com o envolvimento da população local e através de atividades econômicas de baixo impacto para o meio ambiente. A hospedagem familiar se encaixa como um potencial a ser desenvolvido a partir da hospitalidade característica da população local. Essa forma de hospedagem é uma forma de fomentar a redução dos impactos negativos que poderão ocorrer mais à frente.

A motivação do desenvolvimento da hospedagem familiar, no caso deste trabalho, a “casa de hóspede”, veio da análise realizada sobre a oferta de hospedagem que existe atualmente. Percebemos que Praia Grande, Cambará do Sul e Torres foram os municípios com mais opções de hospedagem nos dois períodos da pesquisa. Os demais municípios, Jacinto Machado, Timbé do Sul, Morro Grande e Mampituba apresentaram poucas opções. Observou-se, contudo, o surgimento de uma nova categoria, a “casa de hóspede”. Essa opção vai de

encontro com as premissas de desenvolvimento de atividades turísticas de baixo impacto e se apresenta como uma opção a ser estimulada. A hospitalidade característica da população da região é um grande atrativo, e possibilita o intercâmbio cultural entre a população local e os visitantes, agregando valores e fortalecendo o pertencimento à região.

Diante do dossiê da candidatura do geoparque não mencionar os aspectos culturais e conseqüentemente a hospitalidade, destacamos a relevância desse trabalho e seu viés. As construções simbólicas e a perspectiva do patrimônio reforçam a cultura inerente a natureza e por esse motivo, conectado aos aspectos físicos e a paisagem. O envolvimento da comunidade é essencial para a manutenção da sua permanência no território e a manutenção da sua cultura e seu modo de vida, ou seja, de seu patrimônio, de acordo com as mudanças que eles escolherem para si. É uma forma de fornecer as condições estruturais para um processo participativo de conservação da natureza através do desenvolvimento sustentável do turismo. Como sugere Sansolo (2010), o fortalecimento das estruturas comunitárias pode ser um caminho para a melhoria dos processos participativos na comunidade e conseqüentemente, a conservação do ambiente que habitam – o Geoparque.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Regina M. R. M. **Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Apostila Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular Primeira Edição, 2006/2007. Museu Casa do Pontal, Rio de Janeiro. p. 54-63. 2007.
- APADURAI, A. **A Vida Social das Coisas**. Niteroi: EdUFF, 2008.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**.
- _____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937.
- _____. **Decreto de Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- BACCI, Denise de La Corte; et al. **Geoparque - Estratégia de Geoconservação e Projetos Educacionais**. Revista do Instituto de Geociências – USP. Geol. USP, Publ. espec., São Paulo, v. 5, p. 7-15, outubro 2009
- BRILHA José. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica**. Palimage Editores. 2005.
- _____. **A Geologia, os Geólogos e o Manto da Invisibilidade**. Comunicação e Sociedade, no 6, 257-265. 2004.
- BRIGHTWELL, Maria da Graça Santos Luiz. **Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande/ SC: dimensões escalares e conflitos**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC, 2006.
- BOUVET, Rachel. **Como habitar o mundo de maneira geopoética?** 2012
- BUCHMANN, F.S.; Caron, F., Lopes, R.P., Tomazelli, L.J., 2003. **Traços fósseis (paleotocas e crotovinas) da megafauna extinta no Rio Grande do Sul, Brasil**. In: 9º Congresso da Associação Brasileira.
- CARVALHO, Alissandra Nazaret de. **Hospitalidade sob a vertente rural: uma reflexão acerca de sua reconstituição simbólica**. In: Turismo em Análise. Vol. 26 n.2 p. 308-333. 2015.
- CRUZ, Rita de C. A. da. **“Patrimonialização do Patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço**. In: GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo. Nº 31, pp 95- 104. 2012.
- _____. **Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil**. Confins. Revista franco-brasileira de geografia. Número 36. 2018.
- DANTAS M.E., ARMESTO R.C.G., SILVA C.R., SHINZATO E. 2015. **Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica**. Terræ Didática, 11(1):04-13.
- DIEGUES, Antonio C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª. Ed. Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

D'ONOFRE, D. G. **Hospitalidade como tecnologia no Vale do Café fluminense do século XXI: produção e consumo.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2017.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos.** IN: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006

FERREIRA, Helena Catão Henriques; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. **Memória, identidade e gastronomia: turismo como alternativa de desenvolvimento local para “populações tradicionais” em unidades de conservação.** Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Vol. 9, Número Especial, p. 170-190, Mar. 2019.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n 57, p. 129-148, jan.-abr. 2016.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. **História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral.** Historiæ, Rio Grande, p. 233-270, 2015.

FONTANELLA, Pe. H. Jacinto Machado: Capital da Banana. Tubarão: Ed. Dehon, 1992. 91 p.

GIRAULT, Yves. **The geoheritage structure within the world's Geoparks: Tensions in a multiplicity of cultural, economic and scientific contexts.** ISTE&Wiley, 2019.

GUERRA, Antonio J. T.; COELHO, Maria C. N. **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso.** In: OLIVEIRA, L. (org) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.108-123.

_____. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Rio de Janeiro: Lamparina. 2009. Versão publicada pela DP&A disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17542/material/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro. Zahar. 1978.

GONZALEZ-TEJADA, Catalina; DU, Yi; READ, Mark; GIRAULT, Yves. **From nature conservation to geotourism development: Examining ambivalent attitudes towards UNESCO directives with the global geopark network.** International Journal of Geoheritage and Parks, Darswin Publishing House, 2017, pp.1 - 20.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature.** John Wiley & Sons Ltd., Londres/Inglaterra, 434p. 2004.

HINE, Christine. **Virtual ethnography.** Londres. Sage, 2000.

HOBOLD, P. **A História de Araranguá: reminiscência desde os primórdios até o ano de 1930.** Porto Alegre: PALMARINCA, 1994. 255 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>. Acesso em 15 out. 2020.

IUGS – Heritage Sites and Collections Subcommittee. Historic. **Geoheritage-IUGS**, 2013. Disponível em: <https://geoheritage-iugs.mnhn.fr/index.php?catid=4&blogid=1> Acesso em: 08 de abr. de 2022.

JUHÉ-BEAULATON, D., GIRAULT, Y. (2016). **Entre effervescence et ambivalences: les déclinaisons locales du patrimoine**. In: Guillaud D, Juhé-Beaulaton D, Cornier-Salem M-C, Girault Y (eds) *Ambivalences patrimoniales au Sud. Mises en scène et jeux d'acteurs*, Karthala. Paris, 6, 16, 276.

KROEBER, Alfred. O Superorgânico, in Donald Person 9org). **Estudos de organização social**. São Paulo. Livraria Martins Editora. 1950 " Anthropology". Scientific American. vol. 83. 1949.

KIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: Por uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph. 2001.

LASHLEY, C. **“Para um entendimento teórico”**. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. Em *Busca da hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Ed. Manole, 2004.

LANE, B. **Turismo rural de segunda geração: prioridades & questões de pesquisa**. In: CRISTÓVÃO, A. et al. (org.). *Turismo rural em tempos de novas ruralidades*. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2014.

LAGO, P. F. **Santa Catarina: a terra – o homem e a economia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1968.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da UNESCO no Brasil**: Michel Parent. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina. **As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960**. Revista Confluências Culturais, v. 4, n. 1, 2015.

LIMA, Flavia F.; VARGAS, Jean C. (2018) **Inventário de Geossítios do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (Território Catarinense)**. Relatório técnico da Geodiversidade Soluções Geológicas Ltda., executado através de contrato com Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina – Sul. Curitiba 223 p. (não publicado).

LONDRES, Maria Cecília. **Para Além da Perda e Cal**: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Regina Abreu e Mario Chagas (orgs). P. 56-76. DP&A Editora. Rio de Janeiro. 2003.

LUMMERTZ, Frank C.. **Cânions e História: Comunidade Tradicional, Cultura Popular e Ecologia nos Aparados da Serra**. Trabalho de conclusão do curso de História. UDESC. 2009.

MARIA, Yanci Ladeira. **Paisagem: Cultura-Natureza em perspectiva: Uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem**. Tese de doutorado em Geografia Física. São Paulo: USP, 2016.

_____. Em busca da superação da cisão entre cultura e natureza.

_____. **PAISAGEM: entre o sensível e o factual. Uma abordagem a partir da geografia cultural. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana**. USP. São Paulo, 2010.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Diagnóstico das formas de uso e ocupação do espaço urbano do município de Jacinto Machado (SC)**. Caminhos de Geografia 4(8),54-74 fev/2003.

MASSEY, D. **Pelo Espaço. Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, 2008.

MORCHIUTTI, N. F. et al. Os Valores da Geodiversidade: Geossítios do Geopark Araripe/CE. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. v. 35. Rio de Janeiro, 2012. p. 173-189. Disponível em: <https://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/5937/5445> Acesso em: 29 de jun. de 2022.

NASCIMENTO, Marcos A. L. do. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. Marcos A. L. do Nascimento, Úrsula A. Ruchkys, Virginio Mantesso-Neto. – 2008.

NASCIMENTO, Marcos A. L. do; RUCHKYS, Úrsula Azevedo; MANTESSO-NETO, Virgínio. **Geoturismo: Um Novo Segmento do Turismo no Brasil**. Global Tourism, Vol. 3 Nº2. 2007.

OLIVEIRA, Maria Amália. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, D.T., Sperb, D. Q., & Cortimiglia, M. N. **Crowdbusiness: inovação em modelo de negócios na web 2.0**. In: XXXIII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2013, Salvador. Anais do XXXIII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 2013.

PIAZZA, W. F. **Atlas Histórico do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DCSEC, 1970.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. RISCO, Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo. EESC-USP. 2006.

PORTUGUES, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2000.

RAMBO, Balduino S. J. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. IN: Fundamentos da Cultura Rio-Grandense Primeira Série. Organização: Faculdade de Filosofia Universidade do Rio Grande do Sul. 1954.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia.** In: _____ (Org.). Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 101-116.

RONCAGLIO, Cynthia. **A Ideia da Natureza como Patrimônio:** Um percurso histórico. Desenvolvimento e Meio Ambiente. N. 19, P. 111-128, Editora UFPR, 2009.

RUSCHEL, Ruben Ruy. **Torres Origens.** Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 1995.

SCIFONI, Simone. **Os Diferentes Significados do Patrimônio Natural.** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 10, núm. 3, 2006, pp. 55-78. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil.

_____. **Patrimônio mundial:** do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, N° 14, 2003.

SCHOBENHAUS, Carlos. SILVA, Cassio R. **O Papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de Geoparques e na conservação do patrimônio Geológico.** CPRM. Geoparques do Brasil / Propostas - volume I. 2012.

_____. **O Papel Indutor do Serviço Geológico do Brasil na Criação de Geoparques.** CPRM. Anais do I Fórum do Patrimônio Cultural. Paineira: Paisagem Cultural e Patrimônio Natural: Conceitos e Aplicabilidade, Ouro Preto, dezembro de 2009, patrocinado pelo IPHAN. 2010.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Bancos no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Movimento; Brasília, Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

SANTOS, Yasmim Rizzolli Fontana dos. **Cartografia Geomorfológica de Detalhe a Aplicada ao Geopatrimônio: geomorfossítios do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, SC/RS.** Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2021.

SANTOS, Luciano dos. **As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teóricas.** Revista Rascunhos Culturais. Cozim/MS. V2, n. 4, p. 141-157, 2011.

SUNG, Chen Lin, BELTRÃO, Leila Maria Vasquez, MELO, Maurício Dalpiaz; SILVA, Daniel José da; CRISTIANO, Samanta da Costa. **O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – Brasil.** Caderno de Geografia, v. 29, n. 59. 2019.

SOARES, Andre; DIAS, Maria; FILHO, Luiz. **A experiência do turista e a hospedagem compartilhada através do uso das novas tecnologias do turismo: o caso do Airbnb.** Revista Turismo & Desenvolvimento. N. 27/28. 2017

SILVA, L. F. de M. e. **Ilusão concreta, Utopia possível: Contraculturas Espaciais e Permacultura (uma mirada desde o cone sul).** 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TAUMATURGO, Ítalo Anderson; BRANDÃO, Halana A.; VALDEVINO, Antonio M.; SILVA, Brena C. O.. **Bem-vindo, a casa é sua! O turismo comunitário da Fundação Casa Grande.** RPCA | Rio de Janeiro | v. 13 | n. 3 | jul. – set. 2019

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network**. 2014.

URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Studio Novel SESC. São Paulo, 2007.

VEADO, Ricardo W. ad-V., TROPPEMAIR, Helmut. **Geossistemas do Estado de Santa Catarina**.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. **As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem**. ESPAÇO ABERTO, PPGG - UFRJ, V. 6, N.1, P. 131-150, 2016.

_____. **Perceber e conceber a paisagem**. IN: Paisagem leituras, significados e transformação. Organizadores: Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto, Luís Alberto Pires da Silva. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2012.

VICENS, Raul Sanchez; RODRIGUEZ, José Mateo; CRONEMBERGER, Felipe Mendes. **A Paisagem Físico-Geográfica: identificação e classificação**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 202-219, jan./jun. 2019.

WILDNER, W.; ORLANDI Filho, V.; GIFFONI, L.E. 2006. **Itaimbezinho e Fortaleza, RS e SC - Magníficos canyons esculpidos nas escarpas Aparados da Serra do planalto vulcânico da Bacia do Paraná**. In: Winge,M.; Schobbenhaus,C.; Berbert-Born,M.; Queiroz,E.T.; Campos,D.A.; Souza,C.R.G.; Fernandes,A.C.S. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Publicado na Internet em 01/07/2006 no endereço <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio050/sitio050.pdf> [atualmente <http://sigep.cprm.gov.br/sitio050/sitio050.pdf>]

WOORTMANN, Klaas. **"Com parente não se negueia" O Campesinato Como Ordem Moral**. In: Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro. 1990.

ANEXO I

Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra²

1 - Assim como cada vida humana é considerada única, não é chegado o tempo de reconhecer também a condição única da Terra?

2 - A Terra, nossa Mãe, é base e suporte de nossas vidas. Somos todos ligados à Terra. A Terra é o elo de união entre todos nós.

3 - A Terra, com quatro bilhões de anos e meio de idade, é o berço da Vida, da renovação e das metamorfoses de todos os seres vivos. Seu longo processo de evolução, seu lento amadurecimento, deu forma ao ambiente no qual vivemos.

4 - Nossa história e a história da Terra estão intimamente entrelaçadas. As origens de uma são as origens de outra. A história da Terra é nossa história, o futuro da Terra será nosso futuro.

5 - A face da Terra, a sua feição, são o ambiente do Homem. O ambiente de hoje é diferente do ambiente de ontem e será diferente também no futuro. O Homem não é senão um dos momentos da Terra. Não é uma finalidade, é uma condição efêmera e transitória.

6 - Da mesma forma como uma velha árvore registra em seu tronco a memória de seu crescimento e de sua vida, assim também a Terra guarda a memória do seu passado... Uma memória gravada em níveis profundos ou superficiais. Nas rochas, nos fósseis e nas paisagens, a Terra preserva uma memória passível de ser lida e decifrada.

7 - Atualmente, o Homem sabe proteger sua memória: seu patrimônio cultural. O ser humano sempre se preocupou com a preservação da memória, do patrimônio cultural. Apenas agora começou a proteger seu patrimônio natural, o ambiente imediato. É chegado o tempo de aprender a proteger o passado da Terra e, por meio dessa proteção, aprender a conhecê-lo. Essa memória antecede a memória humana. É um novo patrimônio: o patrimônio geológico, um livro escrito muito antes de nosso aparecimento sobre o Planeta.

8 - O Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Cada ser humano e cada governo não são senão meros usufrutuários e depositários desse patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade desse patrimônio.

9 - Os participantes do 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, composto por mais de uma centena de especialistas de trinta diferentes nações, solicitam com urgência a todas as autoridades nacionais e internacionais que levem em consideração a proteção do patrimônio geológico, por meio de todas as necessárias medidas legais, financeiras e organizacionais.

² O texto foi elaborado a 13 de junho de 1991 em Digne-Les-Bains, França, durante o Primeiro Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico. A tradução é de Carlos Fernando de Moura Delphim. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Declaracao_Internacional_dos_Direitos_a_Memoria_da_Terra.pdf. Acesso em 02 abr 2021.

ANEXO II

Países	Quantide de Geoparques
Austria	2
Belgium	1
Brazil	1
Canada	5
Chile	1
China	41
Croatia	2
Chipre	1
Tchequia	1
Dinamarca	1
Equador	1
Finlandia	2
França	7
Alemanha	5
Grécia	5
Hungria	1
Islândia	2
Indonesia	5
Iran	1
Irlanda	2
Italia	9
Japão	9
Corea	4
Malasia	1
Mexico	2
Moroccos	1
Paises Baixos	1
Nicaragua	1
Noruega	3
Peru	1
Portugal	5
Romenia	1
Rússia	1
Serbia	1
Eslovenia	1
Espanha	15
Tanzania	1
Tailandia	1
Turquia	1
UK	7
Uruguai	1
Vietnam	3
Hungria-Eslovaquia	1
Alemanha-Polónia	1
Eslovenia- Áustria	1
Irlanda-Irlanda do Norte	1
Total	161

ANEXO III

Check List de limpeza				
Item	MEET	BELOW	N/A	
1	✓	✗		Televisão e controle remoto funcionando
2	✓	✗		Mobiliário: TV, móveis, lâmpadas, portas, frigobar/geladeira, quadros, gavetas, mesa.
3	✓	✗		Sem poeira, marcas, manchas e resíduos
4	✓	✗		Ar Condicionado / ventilador / aquecedor Funcionando
5	✓	✗		Cama: Toda a roupa de cama, cobertor, sem marcas, manchas, furos, fios de cabelo ou resíduos (olhar embaixo da cama)
6	✓	✗		Lixeiras limpas
7	✓	✗		Janelas, Paredes, Espelhos, Vidros e Tetos estão:
	✓	✗		Sem poeira, resíduos, marcas de dedo ou ferrugem
	✓	✗		Em perfeito estado (sem rasgos, furos ou amassados, papel de parede solto)
8	✓	✗		Cortinas e Blackouts sem manchas ou rasgos
9	✓	✗		Piso limpo, sem manchas ou cabelos
10	✓	✗		Secador de Cabelos limpo e funcionando
11	✓	✗		Roupa de Banho (3 toalhas de mão, 3 toalhas de banho, 3 toalhas de rosto nos aptos. Comuns nas suítes 4 toalhas de banho 6 toalhas rosto e 6 de mão)
	✓	✗		Limpas e sem manchas
	✓	✗		Em perfeito estado (sem furos, rasgos ou fios puxados)
12	✓	✗		Vaso sanitário e bidê (assento, tampa, base, tubulação)
	✓	✗		Sem cabelos, resíduos ou poeira e sem manchas
	✓	✗		Sem odor ou com odor agradável
	✓	✗		Em perfeito estado (sem rachaduras ou arranhões)
	✓	✗		Funcionando adequadamente (por favor teste a velocidade com que a água escoar)
13	✓	✗		Chuveiro, banheira, blindex (1 sabonete, 1 piso, 1 tapete de borracha)
	✓	✗		Sem cabelos
	✓	✗		Sem manchas de mofo
	✓	✗		Sem restos de sabonete
	✓	✗		Funcionando adequadamente
14	✓	✗		Piso do banheiro e ladrilhos e paredes:
	✓	✗		Sem cabelos
	✓	✗		Sem resíduos ou poeira
	✓	✗		Sem manchas de mofo
15	✓	✗		Iluminação funcionando

ANEXO IV

Check List de Reservas			
Item	FEITO	NÃO FEITO	N/A
1: Retornar aos contatos dos hóspedes em até X horas.	✓	✗	
2: ter uma resposta automáticas configurada no email e whatsapp para horários que não possa atender.	✓	✗	
3: Reconfirmar datas de entrada e saída, informando dia da semana e do mês.	✓	✗	
4: Confirmar quantidade total de pessoas, perguntar o número de adultos e crianças.	✓	✗	
5: Oferecer datas alternativas. Caso tenha chales ou quartos diferentes que estejam disponíveis, oferecer alternativas.	✓	✗	
6: Perguntar pode-se ajudar informando as características e particularidades da hospedagem que se diferenciam e destacam das outras.	✓	✗	
7: Informar o valor total e as condições de pagamento e cancelamento.	✓	✗	
8: Perguntar o horário previsto de chegada e informar o horário de entrada e saída.	✓	✗	
9: Anotar o número de telefone e email do hóspede.	✓	✗	
10: Verificar se o cliente tem alguma preferência (por ex., restrições alimentares, arrumações especiais, necessidades especiais).	✓	✗	
11: Tentar entender se é primeira vez que visita a região e qual a motivação da viagem. Se é uma data especial ou uma comemoração.	✓	✗	
12: Perguntar se precisa de alguma ajuda ou orientação para chegar até o local. Perguntou ao cliente se este necessitava de transporte?	✓	✗	
13: Enviar um email de confirmação	✓	✗	
32: Ser amável e terminar uma ligação o contato com uma mensagem agradável, dizendo que está esperando a chegada do hóspede.	✓	✗	